



Auditoria Externa para Microfinanças

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



BNDES MICROFINANÇAS





PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Auditoria Externa para Microfinanças

Autor:

Boucinhas & Campos Auditores Independentes

Coordenação Técnica:

Alexandre Sahade Darzé

Julho de 2002
PDI/BNDES



@Copyright 2002 desta edição by BNDES.
Proibida a reprodução sem autorização do autor.
Todos os direitos reservados.

Orientação Técnica: Development Alternatives Inc.
Projeto Gráfico: Imprinta Express
Projeto de Capa: Imprinta Express
Revisão: Alexandre Sahade Darzé
Editoração Eletrônica e Diagramação: Sérgio Milagres
Impressão: Gráfica Imprinta Express

Boucinhas & Campos Auditores Independentes
Manual de Auditoria Externa para Microfinanças: Programa de
Desenvolvimento Institucional / Boucinhas & Campos Auditores
Independentes. – Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

1V

Proibida a reprodução parcial ou total. Os infratores serão processados na forma da Lei.

PREFÁCIO

Sobre o Programa de Desenvolvimento Institucional - PDI

O Programa se desenvolve no âmbito do convênio de cooperação técnica firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no qual o BNDES participa na qualidade de órgão executor e beneficiário. A Development Alternatives, Inc - DAI, empresa americana de consultoria com ampla experiência em microfinanças e gerenciamento de recursos de cooperação, foi escolhida, através de licitação internacional, para prestar assistência técnica na implantação do Programa.

O objetivo do Programa de Desenvolvimento Institucional é fortalecer o segmento microfinanceiro no Brasil. A visão de futuro é de um mercado que oferte, de forma sustentável, serviços financeiros aos microempreendedores, formais ou informais, e a segmentos da população que não lhes têm acesso, ou o têm de maneira restrita. Espera-se que as instituições de microfinanças sejam capazes de oferecer uma gama de produtos adequada às necessidades do seu público-alvo e que se integrem cada vez mais ao sistema financeiro formal, por este ser a fonte essencial de recursos para seu desenvolvimento.

O estágio atual de desenvolvimento administrativo-operacional deste segmento no Brasil exige um investimento em fortalecimento institucional para propiciar-lhe, não só acesso às tecnologias específicas de microfinanças que conduzirão a um melhor desempenho, como também condições estruturais de expansão da oferta de serviços microfinanceiros no país.

O Programa de Desenvolvimento Institucional busca implementar ações no sentido de, primeiro, apoiar instituições cujo bom desempenho contribua, pelo efeito demonstração, para o desenvolvimento do segmento e, segundo, disponibilizar novas ferramentas de gerenciamento, operação e controle para a consolidação da indústria.

A Iniciativa dos Manuais para Gerentes

Alinhada aos objetivos gerais do PDI, a iniciativa pioneira de elaboração e publicação de manuais para gerentes e um manual para empresas de auditoria, que têm a finalidade de contribuir na formação técnica dos atores supracitados. Os manuais serão publicados inicialmente em cinco volumes:

- ▶ Técnicas de Gestão Microfinanceira;
- ▶ Marketing para Microfinanças;
- ▶ Regulamentação das Microfinanças;
- ▶ Sistemas de Informação para Microfinanças e
- ▶ Auditoria Externa para Microfinanças.



Os manuais são acompanhados de três artigos:

- ▶ Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro;
- ▶ Entendendo a história das microfinanças e
- ▶ Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil: um estudo qualitativo em duas cidades.

Os manuais e os artigos representam a primeira iniciativa de desenvolvimento e divulgação de material técnico sobre as microfinanças em língua portuguesa, adaptado ao contexto brasileiro. Ressalta-se, porém, que este material representa apenas o primeiro passo no que deve ser um trabalho contínuo do conjunto das instituições atuantes no setor, na produção e divulgação de ferramentas técnicas para o segmento microfinanceiro brasileiro.

Os manuais se aproximam de livros-textos, no sentido de que eles oferecem uma abordagem tanto teórica como prática dos conceitos mais importantes e abrangem todos os temas relevantes dentro da sua “disciplina”. A idéia é que estes livros-textos se tornem ferramentas úteis para o seguinte público-alvo:

- ▶ gerentes e diretores de instituições de microfinanças que já operam no Brasil,
- ▶ novos entrantes no mercado, como por exemplo SCMs ou outras instituições regulamentadas,
- ▶ investidores locais ou estrangeiros com interesse em participar ativamente da implantação dos serviços microfinanceiros no país e
- ▶ prestadoras de serviços às instituições de microfinanças.

Os manuais devem atender às diferentes Instituições de Microfinanças - IMFs, independente da sua estrutura legal (ONG, OSCIP, SCM, Cooperativa ou Banco) ou da metodologia de crédito praticada (microcrédito individual, grupos solidários ou bancos comunitários).

Prevê-se a utilização dos manuais, principalmente, pela leitura desassistida por parte de profissionais diretamente envolvidos com as questões técnicas discutidas, ou através de sua utilização por parte de consultores e agentes de capacitação, como base para o desenvolvimento de materiais pedagógicos e exercícios dinâmicos e interativos, a serem aplicados durante *workshops*, cursos ou assistência técnica.

Os temas foram selecionados como os mais relevantes para enfrentar os maiores desafios do segmento microfinanceiro hoje, através de consultas dentro e fora do âmbito do PDI, sempre priorizando as demandas das IMFs participantes do Programa. Esses manuais não têm a pretensão de esgotar os temas tratados, devendo ser vistos como uma primeira iniciativa didática no sentido de analisá-los. Assim, novos manuais sobre os mesmos temas serão publicados. Prevê-se ainda o desenvolvimento de outros manuais e ferramentas no futuro, por exemplo, uma metodologia de crédito rural. Apresenta-se a seguir um breve resumo do escopo de cada publicação disponível nesta série:

- ▶ O primeiro manual, “Técnicas de Gestão Microfinanceira”, visa a aprimorar a capacidade gerencial dos executivos de instituições de microfinanças, com especial enfoque nos aspectos financeiros do planejamento, gerenciamento de riscos e ativos e monitoramento do desempenho.
- ▶ O segundo manual, “Marketing para Microfinanças”, oferece ao leitor ferramentas no sentido de avaliar o papel do marketing em uma IMF, avaliar o mercado onde ela está inserida e elaborar e monitorar suas ações de marketing. Esta publicação vem acompanhada de um relatório de pesquisa de mercado, realizado por iniciativa do PDI, “Entendendo a demanda





para as microfinanças no Brasil: um estudo qualitativo em duas cidades”. Destinado a um público-alvo interno, as IMFs brasileiras, este manual e a pesquisa acompanhante também serão de interesse especial para novos entrantes e até para os atores comerciais que hoje atendem ao mesmo mercado.

- ▶ O terceiro manual, “Regulamentação das Microfinanças”, tem como objetivo ser uma referência no que diz respeito ao quadro legal deste segmento. Ele está dividido em duas partes: a primeira mais teórica e informativa; e a segunda mais orientada a responder a questões específicas de natureza legal que podem surgir no decorrer do processo da constituição e operação das IMFs.
- ▶ O quarto manual, “Sistemas de Informação para Microfinanças”, analisa os elementos fundamentais para o desenvolvimento de sistemas para IMFs. O manual também funciona como guia para avaliação e aquisição de sistemas já desenvolvidos para o segmento microfinanceiro.
- ▶ O manual “Auditoria Externa para Microfinanças” apresenta uma metodologia de auditoria baseada em uma análise de risco específica em relação aos aspectos mais relevantes do negócio de microfinanças. Além de abordar os pontos mais comuns a uma missão de auditoria tradicional (análise de demonstrações contábeis), o manual põe ênfase especial na análise da carteira de crédito e dos procedimentos de controle interno. Este manual se dirige claramente às empresas de auditoria externa, visando auxiliar os mesmos a entender e tratar de questões únicas e específicas das operações microfinanceiras, ao tempo que instrui gerentes de IMFs sobre o que esperar de um programa de auditoria externa.





ÍNDICE

1. Introdução	11
1.1. Apresentação	11
1.2 Contexto	12
1.3. Motivação / Objetivos	12
1.4. Estrutura	14
2. A Indústria das Microfinanças	17
2.1. Conceituação e Histórico	17
2.2. Tipologia das instituições	19
2.3. Diferenças entre as operações microfinanceiras e as operações financeiras tradicionais	23
3. Operação das IMFs	25
3.1. Concessão de crédito	26
3.2. Metodologias de crédito	28
3.3. Administração da carteira	30
3.4. Provisionamento e perdas	31
3.5. Controle interno	33
3.5. Fraude	36
4. Caracterização do Mercado Brasileiro de Microfinanças	39
4.1. Oferta	39
4.2. Demanda	42
4.3. Regulamentação	42
5. Planejando e Realizando a Auditoria	47
5.1. Linhas gerais	47
5.2. Contas contábeis - erros e riscos	49
5.3. Procedimentos	50
5.4. Determinação de amostras	50
5.5. Principais Contas	52
6. Conceituação Teórica	63
6.1. Objetivos da auditoria	63
6.2. Ética profissional	63
6.3. Normas relativas à execução dos trabalhos	64
6.4. Normas relativas à pessoa do auditor	64
6.5. Regulamentação do trabalho do auditor	64
6.6 Relatório de auditoria	66
7. Programas de Auditoria	69
Bibliografia	173

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Quadro resumo das principais características das IMFs	20
Figura 2: Tipologia das instituições: Vantagens e fraquezas	22
Figura 3: Características Específicas da Indústria de Microfinanças	24





Figura 4: Processo de Gestão para Aprovação de Crédito ²⁷	
Figura 5: Políticas de provisionamento para devedores duvidosos	32
Figura 6- Classificação de créditos segundo o atraso	32
Figura 7: Provisões para créditos de liquidação duvidosa	33
Figura 8: Normas de Controle Interno por Escala de Operação	34
Figura 9: Mercado microfinanceiro no Brasil	39
Figura 10: Taxa de crescimento annual no número de clientes para 19 IMFs brasileiras	40
Figura 11: IMFs brasileiras com mais de 2.000 clientes ativos (2001)	40
Figura 12: Taxa de penetração do mercado microfinanceiro no Brasil, por região	42

ÍNDICE DE BOXES

Box 1: O papel do grupo na intermediação financeira	29
Box 2: Utilização de auditor interno pela ABA.....	36
Box 3: Exemplo de fraude numa IMF no Egito	37
Box 4: Exemplo de determinação de tamanho de amostra	51
Box 5: Questões específicas sobre o sistema de acompanhamento da carteira	54



Capítulo

1

1. Introdução

1.1. Apresentação

O Programa de Desenvolvimento Institucional se desenvolve no âmbito do convênio de cooperação técnica não reembolsável firmado entre o BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, ficando a Development Alternatives, Inc - DAI, responsável por prestar assistência técnica na implantação do mesmo. O objetivo do Programa é fortalecer a indústria das microfinanças no Brasil, implementando ações no sentido de apoiar IMFs e disponibilizando novas ferramentas de gerenciamento, operação e controle para a consolidação da indústria.

Esta publicação vem, como iniciativa integrante do PDI, apresentar uma metodologia de auditoria baseada e desenvolvida em uma análise de risco específica do negócio de microfinanças. A idéia é apresentar mecanismos ordenados e padrões básicos de auditoria a serem aplicados quando da auditoria de uma Instituição de Microfinanças - IMF. Este trabalho foi desenvolvido pela Boucinhas & Campos Auditores Independentes com o apoio da DAI - Development Alternatives, Incorporated. No início dos trabalhos foram realizadas missões a três instituições microfinanceiras apoiadas pelo PDI, quais sejam:

- ▶ Instituição Comunitária de Crédito Blumenau Solidariedade - ICC BLUSOL (Blumenau, Santa Catarina);
- ▶ Rótula Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (Leopoldina, Minas Gerais); e
- ▶ Visão Mundial (Recife, Pernambuco).

Com base no conhecimento adquirido nessas três missões foram desenvolvidos programas de auditoria aplicáveis às contas contábeis de maior relevância para as operações de uma IMF. Em seguida, tais programas foram testados através de uma auditoria piloto, realizada no Banco do Povo de Santo André - Crédito Solidário, no estado de São Paulo. Utilizando as lições e os conhecimentos adquiridos na referida auditoria piloto, foram implementados ajustes nos programas de auditoria, apresentados em sua versão final, neste Manual.

Este Manual se baseia e utiliza como referência fundamental a publicação do CGAP - Consultative Group to Assist the Poorest, "External Audits of Microfinance Institutions: A Handbook", ampliando o tratamento de algumas questões específicas e adaptando-o à realidade brasileira, com a finalidade de melhor atender ao que se acredita sejam as carências do seu público-alvo: empresas de auditoria e auditores independentes que trabalham, ou que tenham interesse em trabalhar, com instituições de microfinanças.



1.2. Contexto

Ao longo das duas últimas décadas, com maior intensidade nos anos 90, a indústria de microfinanças, no âmbito internacional, vem se consolidando como um segmento do sistema financeiro, com instituições ampliando suas carteiras de crédito e leques de produtos. Essas instituições vêm demonstrando ser possível prestar serviços financeiros às classes excluídas do sistema tradicional de uma forma sustentável e, mesmo, lucrativa. Como parte deste movimento, ou talvez como consequência natural dele, percebe-se uma mudança também na estrutura de capital dessas instituições, que passam a financiar seu crescimento não mais apenas através de recursos subsidiados e doações, mas também acessando fontes comerciais. É nesse novo contexto que se desperta a necessidade de maior transparência, sendo atribuída grande importância às questões relacionadas à disponibilização de informações financeiras confiáveis, gestão e governança corporativa. Transparência é um elemento fundamental no sentido de conferir maior confiabilidade tanto para investidores que buscam avaliar, numa base contínua, oportunidades de novos investimentos e os investimentos já realizados, quanto para cooperantes, que buscam avaliar se as instituições apoiadas apresentam operações sustentáveis.

A auditoria externa tem sido, historicamente, um dos principais instrumentos utilizados no sentido de atender à demanda por transparência. No entanto, é preciso que fique claro que a auditoria externa é um dos componentes de um processo dinâmico e contínuo, inserido num quadro mais amplo, que comporta procedimentos de controle interno eficientes, comprometimento da alta gerência com transparência e boa governança. Nesse quadro, a auditoria passa a ter uma contribuição interna à instituição, na medida em que suas investigações resultam em recomendações de melhorias importantes.

O que se verifica na indústria microfinanceira é uma incapacidade dos programas usuais de auditoria em produzir uma avaliação adequada e confiável em relação às operações das Instituições de Microfinanças. A dois fatores principais podem ser atribuídos tal deficiência:

- ▶ Os contratantes das auditorias (conselhos ou dirigentes das IMFs) geralmente não sabem exatamente o que esperar de um programa de auditoria externa, não ficando claro qual deveria ser o seu papel;
- ▶ A maioria dos auditores não conhecem as características específicas da indústria microfinanceira que demandariam programas de auditoria distintos, não avaliando corretamente as áreas e riscos mais relevantes na gestão e operação da instituição.

1.3. Motivação / Objetivos

Os objetivos e escopos de um programa de auditoria externa variam de acordo com os interesses, objetivos e motivações para sua realização, que por sua vez vem responder à demanda de alguma parte interessada - investidores, conselhos de administração, Governos etc. No entanto, um programa de auditoria deve prover um parecer independente das demonstrações financeiras de uma entidade,

suas transações e operações, e identificar fragilidades nos controles internos e sistemas.¹ No que diz respeito às IMFs, um programa de auditoria deve, exceto em ocasiões muito específicas, analisar cuidadosamente os aspectos relacionados à carteira de crédito e aos processos de controle interno.

A maior parte dos auditores não está familiarizada com a indústria das microfinanças, desconhecendo os princípios básicos que fazem deste um segmento singular do setor financeiro. O que se apresenta, portanto, é um desafio à disciplina de auditoria, acostumada a trabalhar com o sistema financeiro tradicional. “Os auditores externos que trabalham com o sistema financeiro tradicional têm um trabalho consideravelmente mais fácil do que seus pares dedicados às microfinanças. Isso porque a principal medida de saúde financeira - a qualidade dos ativos - possui uma série de procedimentos internos que facilitam a verificação e validação externa. A falta de garantias reais das operações de crédito nas microfinanças lança um desafio à auditoria. Os ativos financeiros de uma IMF não estão segurados/lastreados em nenhuma espécie de ativo com o qual o auditor se sinta familiarizado.”²

Um outro complicador é a fragilidade institucional de grande parte das IMFs brasileiras, que se reflete também na qualidade (ou má qualidade) das informações e demonstrações financeiras geradas por tais instituições. Padrões contábeis são geralmente negligenciados, apresentando um real desafio para auditores no sentido de interpretar suas demonstrações. Princípios contábeis básicos como regime contábil (caixa ou competência), políticas de provisionamento e perdas são tratados de forma inconsistente. No entanto, é certo que, na medida em que a indústria microfinanceira se desenvolve, um número cada vez maior de instituições se profissionaliza, apresentando um quadro mais favorável à implantação de um programa de auditoria externa.

Reconhecendo que a auditoria externa é um importante elemento para conferir maior credibilidade e confiabilidade às demonstrações contábeis e à qualidade da gestão da instituição, e uma vez identificadas as limitações dos atuais programas de auditoria externa aplicados nas IMFs brasileiras, o Programa de Desenvolvimento Institucional vem, por meio desta publicação, auxiliar as empresas de auditoria externa e auditores independentes a entender e tratar de questões específicas da gestão e operação microfinanceiras.

Os objetivos gerais desta publicação são:

- ▶ Apresentar ao leitor um quadro que caracterize o negócio microfinanceiro, fornecendo informações fundamentais a serem utilizadas e consideradas quando do planejamento e realização da auditoria em uma IMF;
- ▶ Analisar os principais riscos inerentes aos ativos e passivos das IMFs, principalmente aqueles referentes à carteira de crédito, que devem ser considerados quando da adequação dos programas de auditoria à realidade da entidade objeto da auditoria; e
- ▶ Disponibilizar programas de auditoria que servirão de guia para o planejamento e a realização dos trabalhos de auditoria.

¹ CGAP. “External Audits of Microfinance Institutions – A Handbook”, 1998.

² Jackelen, H. “Auditing: The Missing Dimension in Microfinance”, 1998.



Cabe enfatizar que esta iniciativa de elaborar um Manual de Auditoria Externa para IMFs está inserida num quadro mais amplo, que engloba ações contribuintes e complementares, como programas de auditoria específicos (p.e. auditoria da carteira de crédito, auditoria de sistemas de informação) e missões de avaliação de risco.

1.4. Estrutura

Além desta apresentação, este Manual está estruturado em sete outros capítulos. Os três capítulos seguintes buscam prover ao leitor, de forma clara e simplificada, informações que lhe permitam entender os princípios fundamentais das microfinanças. O capítulo 4 caracteriza o mercado brasileiro. Os três capítulos finais são de caráter mais prático, apresentando questões relevantes quando do planejamento da auditoria de uma IMF e os programas de auditoria de suas principais contas contábeis.

A seguir uma breve descrição de cada capítulo.

Capítulo 2 - A Indústria de Microfinanças - Neste capítulo se busca apresentar ao leitor um quadro com os elementos mais relevantes para o entendimento do que seja a indústria microfinanceira. Inserido num breve contexto histórico, se caracteriza a tipologia das instituições que operam com microfinanças e se apresentam as principais diferenças entre as operações microfinanceiras e as operações financeiras tradicionais.

Capítulo 3 - A Operação das Instituições de Microfinanças - O capítulo três apresenta os principais elementos da operação de uma IMF que tem, basicamente, o crédito como único serviço financeiro prestado. Os processos e as metodologias de concessão de crédito são analisados. Atenção especial é dada à administração da carteira de crédito e às políticas de provisionamento e reconhecimento de perdas. Ao final, o capítulo trata de duas questões fundamentais e intimamente relacionadas a um programa de auditoria externa: controles internos e fraude.

Capítulo 4 - Caracterizando o Mercado Brasileiro de Microfinanças - Neste capítulo busca-se caracterizar o mercado microfinanceiro no Brasil, analisando, com dados quantitativos atualizados, os principais elementos deste mercado: oferta e demanda. O quadro legal é apresentado ao final do capítulo.

Capítulo 5 - Planejando e Realizando a Auditoria - Este capítulo contempla uma visão geral sobre as principais contas das demonstrações contábeis de uma IMF, os possíveis erros e riscos que o auditor pode encontrar e indica os testes de auditoria mais apropriados a serem aplicados.

Capítulo 6 - Conceituação Teórica - O capítulo seis apresenta, de forma breve, a fundamentação teórica que serviu de base para a proposição dos procedimentos a serem observados e dos programas a serem aplicados.



Capítulo 7 - Programas de Auditoria - O capítulo sete complementa os dois capítulos anteriores. Ele apresenta 15 programas de auditoria que cobrem os principais procedimentos a serem aplicados para exame das demonstrações contábeis e da carteira de crédito de uma IMF. Embora bastante detalhados, contemplando os mais diversos aspectos, em hipótese alguma fica excluída a possibilidade e/ou necessidade, nem mesmo a responsabilidade, do auditor em adequá-los às reais circunstâncias de cada exame, respeitando as particularidades da entidade auditada.





Capítulo

2

2. A Indústria das Microfinanças

Neste capítulo se busca apresentar ao leitor um quadro com os elementos mais relevantes para o entendimento do que seja a indústria microfinanceira. Inserido num breve contexto histórico, se caracteriza a tipologia das instituições que operam com microfinanças e se apresenta as principais diferenças entre as operações microfinanceiras e as operações financeiras tradicionais.

2.1. Conceituação e Histórico

Microfinanças é um novo nome para uma idéia antiga. Há pouco menos de três décadas atrás, algumas ONGs provedoras de crédito a microempreendedores e que buscavam apoiar o desenvolvimento econômico e social de famílias com baixos níveis de renda, redescobriram a metodologia de concessão de crédito baseada no caráter³.

Inspirada em e adaptando antigas metodologias, muitas delas informais, as microfinanças se desenvolveram como uma ferramenta de desenvolvimento econômico visando apoiar as camadas com níveis de renda mais baixos, focada no segmento de microempreendedores - geralmente desprovidos de serviços financeiros formais - com a finalidade de prestar serviços financeiros. O crescimento das microfinanças se destaca como resposta aos - ou à ineficácia dos - programas governamentais de concessão de créditos subsidiados a pequenos produtores agrícolas, predominantes nas décadas de 1960 e 1970. Esses programas apresentavam altas taxas de inadimplência e perdas, minando sua sustentabilidade, requerendo repedidas capitalizações para sua continuidade⁴. Além disso, apresentavam uma realidade perversa: a incapacidade de atingir o público-alvo. Não eram, na sua essência, programas financeiros, mas sim programas que buscavam, através das finanças, desenvolver determinados setores econômicos. Portanto, a prestação de serviços financeiros era vista como questão secundária. Esses programas foram fortemente criticados sob os seguintes argumentos:

- ▶ Não há relação direta comprovada entre o acesso a crédito⁵ e o subsequente crescimento econômico. O crédito deve ser visto como um dos elementos dentro do complexo sistema de crescimento econômico;

³ Robinson, M. "The Microfinance Revolution", 2001.

⁴ Von Pischke, J.D. et al. "Rural Financial Markets in Developing Countries", 1983.

⁵ Estes programas, em termos de serviços financeiros, se limitavam à concessão de crédito.



- ▶ É mais aconselhável desenvolver / ampliar a capacidade do sistema financeiro do que criar mecanismos paliativos não sustentáveis para compensar suas imperfeições; e
- ▶ No longo prazo não há como, devido a finitude dos recursos, prestar serviços financeiros em escala fundeados com recursos do governo e de cooperantes.

Também na década de 1970, concomitantemente aos já referidos programas governamentais, surgem algumas instituições pioneiras, caracteristicamente sem fins lucrativos, desenvolvendo programas inovadores, basicamente de concessão de crédito às populações com baixos níveis de renda. O exemplo mais notório é o do Grameen Bank, de Bangladesh, sob a liderança do professor Muhammad Yunus. O Grameen comprovou a capacidade de pagamento das camadas mais pobres da população. A concessão de crédito através da metodologia de grupo utilizada pelo Grameen se tornou muito difundida entre as demais organizações provedoras de microcrédito.

As fortes críticas aos insucessos dos programas governamentais subsidiados, juntamente com o bom desempenho das instituições pioneiras, fizeram com que, especialmente a partir da década de 1980, se intensificasse o debate em torno do desenvolvimento de um novo modelo para a prática microfinanceira. Este novo modelo tinha como proposta enquadrar as microfinanças como um segmento do mercado financeiro. A idéia central dessa nova abordagem era ter instituições operando de forma sustentável. Nesse sentido o foco na sustentabilidade é visto como elemento fundamental, não somente para garantir a sobrevivência da IMF mas também para torná-la mais eficiente e voltada para resultado. O ganho de escala, em função do valor reduzido dos empréstimos, é elemento fundamental no caminho da sustentabilidade. Alguns princípios norteadores dessa nova abordagem:

- ▶ As pessoas com níveis de renda mais baixos podem e estão dispostas a pagar para ter acesso aos serviços e pela conveniência (o que reduz, sob a ótica do tomador do crédito, os custos de transação);
- ▶ Metodologias específicas podem reduzir os custos de concessão de empréstimos e manter baixas taxas de inadimplência (tais metodologias serão apresentadas no capítulo 4).

Os anos 1980 foram, portanto, um marco na história das microfinanças, ao deixar claro que instituições poderiam prestar serviços microfinanceiros em larga escala de forma sustentável. Essas IMFs começavam a desenvolver uma estrutura institucional mais profissional e, portanto, mais sólida. Na década de 1990 se presenciou o desenvolvimento das microfinanças como indústria. Em alguns países, instituições microfinanceiras já haviam conseguido ter acesso aos mercados de capitais nacional e internacional. É especialmente nessa década que novos atores entram em cena e que questões fundamentais para a consolidação do segmento ganham maior destaque e passam a ser discutidas de forma mais intensa. Destacamos:

- ▶ Desenvolvimento de um marco regulamentar adequado;
- ▶ Desenvolvimento de uma rede internacional de serviços voltados para atender às instituições de microfinanças (consultoria, classificação de risco, auditorias especializadas, programas de capacitação etc.);
- ▶ Disseminação de informações sobre as melhores práticas na indústria microfinanceira; e
- ▶ Entrada de bancos comerciais no setor microfinanceiro.



O que se vislumbra neste novo século é o forte crescimento desse segmento, impulsionada pela disseminação de informações a respeito das potencialidades desse mercado e pela rentabilidade alcançada por algumas instituições microfinanceiras⁶.

2.2. Tipologia das instituições⁷

O sucesso de algumas ONGs pioneiras, a partir da década de 1970, na prestação de serviços financeiros para populações excluídas do sistema financeiro tradicional atuou como importante força propulsora de um movimento no sentido de desenvolver instituições especializadas na prestação de serviços microfinanceiros, desempenhando um papel de intermediadoras financeiras mais completas e profissionais, buscando atender de forma plena as diversas necessidades financeiras dos seus clientes. Como conseqüência, um mercado anteriormente composto por pequenas instituições sem fins lucrativos, passou a contar com um número maior e mais diversificado de atores.

Nos últimos anos tem convergido para o mercado microfinanceiro uma série de instituições provenientes tanto do terceiro setor como do setor financeiro tradicional. As motivações para a entrada neste mercado variam de acordo com a tipologia e a missão de cada instituição, indo desde assistencialismo à busca por maximização de lucro. Na América Latina o setor de microfinanças conta com a presença de uma variada gama de instituições, indo desde as ONGs não especializadas a bancos comerciais que implementaram um processo de *downscaling*.

Com fins didáticos podemos classificar as instituições em quatro grupos principais. Este critério de classificação se baseia no nível de intermediação financeira prestado por cada instituição. A Figura 1 apresenta as principais características dos diferentes grupos de instituições.⁸

⁶ Robinson, M. "The Microfinance Revolution", 2001.

⁷ Baseado no artigo Tipología de Instituciones Financieras para la Microempresa en América Latina y el Caribe, Miguel Taborga & Fernando Lucano.

⁸ É certo que a tipificação das instituições que atuam no setor microfinanceiro deve variar de acordo com as características econômicas de cada país e com o grau de sofisticação de seus sistemas financeiros. Os mecanismos informais de prestação de serviços financeiros, não apresentados na tabela, serão apresentados ao final da seção.



Figura 1: Quadro resumo das principais características das IMFs

	Instituições financeiras convencionais	Instituições financeiras especializadas	ONGs especializadas em microfinanças	ONGs generalistas
Estratégia	-Penetração em novos mercados -Marketing institucional -Usufruto de incentivos	-Impacto social -Rentabilidade	-Impacto social -Geração de margem -Graduação	-Impacto social -Auto-suficiência financeira
Forma jurídica	-Bancos e Financeiras -Cooperativas	-Bancos e Financeiras -SCMs(para Brasil)	-Associações sem fins lucrativos -Fundações -OSCIPs (para Brasil)	-Associações sem fins lucrativos -Fundações
Clientes	-Diversos segmentos	-Micro e pequenas empresas	-Microempresa	-Microempresa
Instrumentos de crédito	-Diversos para cada segmento do mercado	-Grupo solidário -Crédito individual -Leasing e outros	-Grupo solidário -Crédito individual -Banco comunitário	-Grupo solidário -Crédito individual -Banco comunitário
Passivos e patrimônio	-Ações, empréstimos subordinados -Bolsa de valores -Linhas de desconto	-Ações, empréstimos subordinados -Bolsa de valores -Linhas de desconto	-Doações, empréstimos subsidiados	-Doações, empréstimos subsidiados

Instituições financeiras convencionais

São instituições financeiras com tradição em intermediação financeira, que continuam com suas operações tradicionais e que, por diferentes motivos, decidem ampliar suas operações ao setor de microempreendedores e populações com níveis de renda mais baixos. Podemos, ainda, separá-las em dois subgrupos: as instituições financeiras comerciais e as de origem social. Com relação ao primeiro subgrupo dentre as diversas motivações para a entrada no mercado microfinanceiro estão:

- ▶ Penetração em novos mercados rentáveis;
- ▶ Usufruir de incentivos financeiros ou fiscais concedidos por governos ou entidades de desenvolvimento;
- ▶ Marketing institucional, vinculando o nome da instituição a uma atividade socialmente responsável; e
- ▶ Obrigatoriedade jurídica (ex.: parte dos ativos da instituição devem estar alocados, por lei, ao segmento de microempreendedores).

O subgrupo de instituições financeiras de origem social tem como objetivo o desenvolvimento socioeconômico de seus clientes / membros.

Instituições financeiras especializadas

São instituições financeiras regulamentadas, com fins lucrativos, criadas com a finalidade específica de prestar serviços microfinanceiros. Em geral, desenvolve-se uma nova forma jurídica com a finalidade de estimular tanto a transformação de ONGs que já operam com microfinanças, como para permitir a criação de novas instituições autorizadas a operar com microfinanças, mas sujeitas a barreiras de entradas mais brandas (ex.: níveis reduzidos de capital mínimo). Como qualquer instituição financeira regulamentada, estão obrigadas a atender as exigências e sujeitas à supervisão da autoridade monetária de seus respectivos países. No Brasil este grupo está representado pelas Sociedades de Crédito ao Microempreendedor - SCMs (as SCMs serão objeto de discussão no capítulo 4).

ONGs especializadas em microfinanças

São instituições que mantendo uma base jurídica de entidade sem fins lucrativos, se dedicam essencialmente à prestação de serviços microfinanceiros. Não estão sujeitas à legislação financeira. Eventualmente prestam outros tipos de serviços, notadamente capacitação e assessoria técnica. Tais serviços acessórios, geralmente, são parte integrante da estratégia de concessão e recuperação de crédito da instituição. No Brasil este grupo está representado pelas Organizações de Sociedades Civis de Interesse Público - OSCIPs (as OSCIPs serão objeto de discussão no capítulo 4).

O que se verifica em mercados onde a indústria microfinanceira se apresenta com um certo grau de desenvolvimento, é que algumas das ONGs especializadas optam por se tornarem instituições financeiras regulamentadas, sem, no entanto, perder de vista a sua missão social. O Box 1 ilustra o processo de transformação de uma associação numa instituição financeira formal.

ONGs generalistas

Essas ONGs são constituídas com objetivos diversos, agregando a prestação de serviços microfinanceiros a suas operações. As ONGs generalistas se assemelham às ONGs especializadas, no sentido em que também são instituições sem fins lucrativos, não regulamentadas. São instituições que prestam uma ampla gama de serviços, que vai desde desenvolvimento empresarial a apoio social. A atividade microfinanceira é apenas um dos diversos serviços prestados. Essas organizações têm claramente como objetivo gerar um impacto social positivo sobre a vida de seus clientes e, não apresentando enfoque comercial, freqüentemente com operações não-sustentáveis.

De uma forma geral, não segregam as atividades financeiras das não financeiras, não gerando, portanto, relatórios gerenciais e contábeis individualizados. Dessa forma, existe uma grande dificuldade em avaliar a real situação das operações microfinanceiras.

Na medida em que as operações microfinanceiras crescem, se percebe um conflito entre dois estilos de operação. Muitas destas ONGs acabam separando suas operações, muitas vezes através da criação de uma nova instituição, em função do crescimento da importância das operações microfinanceiras.

A Figura 2 apresenta um quadro resumo onde estão relacionadas as vantagens e fraquezas dos diferentes tipos de instituições descritos até então.

Informais

É fundamental caracterizar um importante grupo de prestadores de serviços financeiros para as populações com baixos níveis de renda: os intermediadores informais - agiotas, empregadores, comerciantes varejistas de pequeno porte etc⁹. São "instituições" cujas operações são essencialmente

⁹ A concessão de crédito informal pode ser desempenhada com fins comerciais (o que aqui chamamos de intermediadores informais) e sem fins comerciais. Este último grupo comporta os empréstimos feitos por parentes, amigos, vizinhos etc.

informais, não regulamentadas, nem por um quadro legal específico (financeiro) nem geral. Estão à margem do sistema legal. Os prestadores informais de serviços financeiros desempenham, em muitos dos países em desenvolvimento, um papel mais relevante quando se trata de administração das necessidades financeiras das populações excluídas do que os atores formais.

Uma das características comuns aos prestadores de serviços financeiros informais é a prática de elevadas taxas de juros. Por outro lado, se analisados os custos de transação para a obtenção de crédito, eles são sensivelmente mais baixos nos emprestadores informais. No entanto, o custo total para o cliente, devido à magnitude dos juros cobrados, ainda é bem mais elevado nos emprestadores informais.¹⁰ Algumas IMFs têm adaptado, com sucesso, muitas das práticas aprendidas com os prestadores de serviços financeiros informais.¹¹

Figura 2: Tipologia das instituições: Vantagens e fraquezas

TIPOLOGIA	Vantagens	Fraquezas
Instituições financeiras convencionais	<ul style="list-style-type: none"> -Infra-estrutura e ferramentas de gestão -Experiência com intermediação financeira -Oferta diversificada de produtos -Tamanho permite captar recursos a custos mais baixos -Diversificação de ativos e riscos -Elevado nível de competência 	<ul style="list-style-type: none"> -Em alguns casos visão paternalista -Falta de informação segregada da carteira de microcrédito -Autonomia insuficiente para tomada de decisão rápida -Difícil coesão institucional em relação ao microcrédito -Baixo grau de atenção concedido a pessoas de baixa renda
Instituições financeiras especializadas	<ul style="list-style-type: none"> -Foco no setor de microempreendedores -Especializadas na tecnologia do microcrédito -Experiência com microempreendedores -Autonomia de gestão (maior agilidade) 	<ul style="list-style-type: none"> -Concentração de ativos em um mesmo tipo de clientela -Dificuldade de captação de recursos -Clientes com garantias não convencionais
ONGs especializadas em microfinanças	<ul style="list-style-type: none"> -Inovação -Capacidade de penetração em novos mercados populares -Possibilidade de gerar patrimônio antes do processo de transformação 	<ul style="list-style-type: none"> -Limitações de crescimento em função da forma jurídica e da dependência de subsídios -Centros de decisão muito dependentes do líder -Ausência de investidores privados -Informações contábeis e financeiras insuficientes e pouco confiáveis
ONGs generalistas	<ul style="list-style-type: none"> -Inovação -Em geral, atendem a um público de mais baixa renda 	<ul style="list-style-type: none"> Idem a ONGs especializadas em microfinanças e: -Pouca visão comercial e difícil expansão -Pouca autonomia de decisão

¹⁰ Robinson, M. "The Microfinance Revolution", 2001.

¹¹ Christen, Robert P. "What Microenterprise Credit Programs Can Learn from the Moneylenders", 1989.

2.3. Diferenças entre as operações microfinanceiras e as operações financeiras tradicionais

É fundamental quando se trabalha com IMFs manter em mente a singularidade de suas operações, guardando muito claramente as diferenças entre as operações financeiras tradições e as operações microfinanceiras. Tais diferenças podem ser agrupadas, por fins didáticos, em três áreas:

- ▶ Metodologia de crédito;
- ▶ Composição da carteira; e
- ▶ Características institucionais.

As três áreas identificadas acima apresentam um elemento comum fundamental: o perfil da base de clientes das IMFs. É o cliente, acima de tudo, que faz com que microfinanças sejam diferentes. O perfil dos clientes é bastante singular. São, em geral, pessoas excluídas do sistema financeiro tradicional, sem acesso a este tipo de serviço. Tipicamente formado por microempreendedores provenientes tanto do setor formal como informal, com baixa capacidade de fornecer as garantias e documentações normalmente solicitadas pelas instituições tradicionais.

As metodologias aplicadas pelas IMFs apresentam características absolutamente singulares. O processo de análise de crédito está fortemente baseado no caráter do cliente, na análise detalhada do seu negócio e, conseqüentemente, na sua capacidade esperada de pagamento. Questões como garantias reais e documentações formais são secundárias. Essas metodologias, se por um lado conferem elegibilidade para indivíduos excluídos, por outro elevam os custos de prestação de serviços financeiros, uma vez que são intensivas em mão-de-obra e em informação. Prestar serviços microfinanceiros é mais caro do que prestar serviços financeiros tradicionais. Como resultado, as IMFs devem praticar taxas de juros mais altas do que as praticadas pelos bancos com operações tradicionais.¹²

A carteira de crédito dessas instituições é formada por um grande número de empréstimos de pequeno valor e de curto prazo, com taxas, em geral, superiores às praticadas pelas instituições tradicionais.

Os proprietários (acionistas) de instituições financeiras tradicionais possuem uma forte orientação para resultado e lucro, exercendo constante e forte pressão sobre a produtividade de sua equipe. Já em muitas IMFs¹³, a propriedade se encontra difusa, muitas vezes permanecendo o vínculo de propriedade com a instituição sem fins lucrativos fundadora. A formação dos profissionais que dirigem as instituições é predominantemente voltada para as ciências sociais. Em geral são indivíduos com um histórico de envolvimento em movimentos de cunho social e geralmente atribuem importância secundária a questões como sustentabilidade das operações e desempenho financeiro da instituição. Muitas das IMFs apresentam uma composição de capital bem distinta da dos bancos comerciais tradicionais. Seu capital está composto, de uma forma geral, por doações, depósitos de seus membros, investimentos realizados por outras ONGs e/ou agências internacionais e por lucros acumulados.

¹² Robinson, M. "The Microfinance Revolution", 2001.

¹³ A presença de ONGs é muito forte dentro do setor microfinanceiro.

Essa estrutura de capital tem reflexos importantes na gestão da instituição. A inexistência de investidores comerciais privados se reflete numa menor ênfase em resultados e maior ênfase no impacto social das operações. Questões relativas a produtividade, controles internos, eficiência de gestão, transparência, desempenho financeiro não recebem a atenção devida. Isso se reflete em organizações com uma séria fragilidade institucional. A Figura 3 sumariza as questões tratadas nessa seção. Apesar das evidentes diferenças entre as indústrias microfinanceira e financeira tradicional, em certos países algumas dessas diferenças começam a se estreitar, na medida em que instituições financeiras tradicionais se voltam para o segmento de microempreendedores e que instituições sem fins lucrativos se transformam em instituições financeiras reguladas.

Figura 3: Características Específicas da Indústria de Microfinanças

Área	Crédito Tradicional	Microcrédito
Metodologia de Empréstimos	(1) baseados em garantias (2) má documentação (3) pouca mão-de-obra (4) reembolso mensal	(1) baseados no caráter (2) menos documentação (3) Intensivo em mão-de-obra (4) reembolso semanal ou quinzenal
Carteira de Empréstimos	(1) menos empréstimos (2) empréstimos de valor maior (3) com garantia (4) longa maturidade (5) inadimplência estável (6) baixa taxa de juros	(1) mais empréstimos (2) empréstimos de menor valor (3) sem garantia (4) curta maturidade (5) inadimplência volátil (6) alta taxa de juros
Quadro Institucional e Governança	(1) Instituição maximizadora de lucro e acionistas individuais (2) criação por separação de instituições existentes regulamentadas (3) organização centralizada com agências localizadas em cidades	(1) basicamente instituições sem fins lucrativos (2) criação por conversão de ONG (3) pequenas unidades descentralizadas em áreas de infra-estrutura fraca.
Características dos Clientes	(1) empresários (2) clientes dispersos geograficamente	(1) empreendedores com baixos recursos e negócios familiares rudimentares. (2) Clientes agrupados em regiões dispersas.

Fonte: Adaptado de Jansson, Tor. Financial Regulation and its Significance for Microfinance in Latin America and the Caribbean, 1997.



Capítulo

3

3. Operação das IMFs

Este capítulo apresenta os principais elementos da operação de uma IMF. Os processos e as metodologias de concessão de crédito são analisados. Atenção especial é direcionada à administração da carteira de crédito e às políticas de provisionamento e reconhecimento de perdas. Ao final, o capítulo trata de duas questões fundamentais e intimamente relacionadas a um programa de auditoria externa: controles internos e fraude.

No Brasil, as atividades das IMFs se restringem basicamente à concessão de crédito produtivo. Trataremos aqui, portanto, das operações relacionadas a essa transação.

Como já visto anteriormente, as operações das IMFs apresentam características bem específicas. Neste tipo de instituição a carteira de crédito representa seu principal ativo, sua principal fonte de receita e de risco. Nesse sentido, atenção especial deve ser dedicada a investigações relativas à carteira, desde o acompanhamento de todo o processo de concessão de crédito, procedimentos de acompanhamento, às políticas de provisionamento e reconhecimento de perdas. Um primeiro passo neste sentido é reconhecer e identificar quais são as características específicas relevantes em relação à carteira de crédito e à operação das IMFs:

- ▶ Grande número de pequenos empréstimos e o recebimento de um número ainda maior de pequenos reembolsos;
- ▶ Operações geralmente dispersas em uma ampla área geográfica;
- ▶ Forte pressão sobre custos operacionais;
- ▶ Operações descentralizadas; e
- ▶ Sistemas de acompanhamento da carteira e sistemas contábeis raramente integrados.

A combinação de tais características representa um grande desafio à gestão das IMFs. O processo de descentralização implica que relativamente poucos funcionários estarão envolvidos na aprovação, desembolso, monitoramento e cobrança de cada empréstimo. Num ambiente com fracos controles, isso pode gerar procedimentos em desacordo com as políticas estabelecidas, além de criar oportunidades para fraudes.

Um ponto fundamental na análise das operações de uma IMF trata de uma abordagem diferenciada em função do tamanho da instituição em questão. O grau de maturidade e desenvolvimento da instituição confere à mesma características distintas que precisam ser entendidas e consideradas

quando do planejamento e implementação de um programa de auditoria externa. Sob esta perspectiva as IMFs podem ser assim classificadas:¹⁴

- ▶ **Instituições novas.** Com uma pequena base de clientes, geralmente concentram seus esforços em desenvolver e consolidar metodologias de concessão de crédito, não tratando com profundidade questões como controles internos e sistemas de informação. Normalmente a instituição apresenta um quadro de funcionários reduzido e a presença e o controle do seu principal executivo é muito forte. Os controles são pessoais. A instituição, em função do seu ainda pequeno porte, não dispõe de recursos próprios suficientes para investir em sistemas mais sofisticados. Aqui, o que se recomenda é que se teste os procedimentos de concessão de crédito e as demonstrações contábeis. Um trabalho mais detalhado é recomendado caso a instituição tenha planos de forte expansão para a carteira de crédito. Neste caso, é aconselhável que o auditor trabalhe em conjunto com a gerência da instituição a fim de desenvolver sistemas capazes de suportar tal crescimento.
- ▶ **Instituições em desenvolvimento.** São instituições que se encontram num momento de forte crescimento, mas cujos processos e controles internos ainda permanecem pouco desenvolvidos. A instituição começa a se voltar para o desenvolvimento de sistemas mais sofisticados. Neste tipo de instituição, além das investigações sugeridas anteriormente, devem ser realizadas investigações mais detalhadas sobre a carteira de crédito, já que esta apresenta um crescimento elevado, não permitindo um acompanhamento fisicamente tão próximo por parte da gerência.
- ▶ **Instituições maduras.** Nesse estágio a instituição já apresenta um quadro de pessoal e uma carteira de crédito com tamanhos significativos. No entanto, seu ritmo de crescimento começa a apresentar uma tendência de desaceleração. Surge, em função do tamanho da instituição, uma distância entre a alta gerência e os agentes de crédito. Os sistemas de informação e os controles internos são mais formais e sofisticados. Em instituições com este grau de maturidade é preciso que se faça uma investigação muito mais profunda e específica da carteira. Os capítulos 5 e 7 apresentam, de forma detalhada, procedimentos específicos a serem aplicados à carteira de crédito.

3.1. Concessão de crédito

A concessão de microcrédito, em função das características específicas já discutidas anteriormente, pressupõe o estabelecimento de princípios e procedimentos formalmente definidos que contemplam os mais variados aspectos:

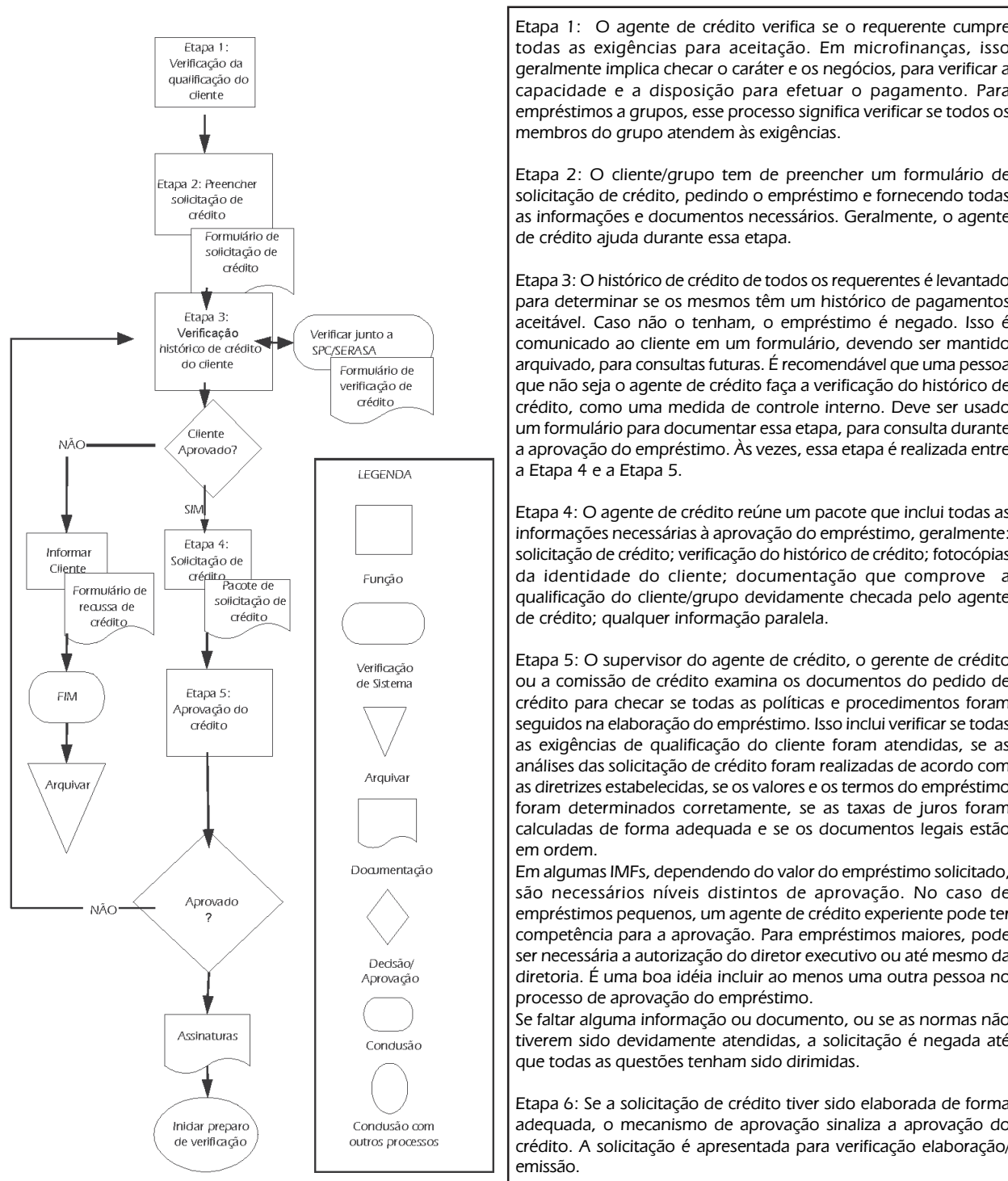
- ▶ Finalidade do crédito pleiteado;
- ▶ Metodologia de crédito a ser aplicada;
- ▶ Limite de valores;
- ▶ Garantias a serem solicitadas;
- ▶ Taxas de juros e comissões a serem cobradas;
- ▶ Prazos; e
- ▶ Política de cobrança.

¹⁴ O Microbanking Bulletin define para pequena, média e grande IMFs, menos de 4000, entre 4000 e 7000, mais de 7000 clientes ativos, respectivamente, e menos de 35, 35 a 70, mais de 70 funcionários.

O papel da alta gerência se mostra fundamental na criação e comunicação de tais políticas e procedimentos, assegurando que todos na instituição conheçam e compactuem com as mesmas.

Os procedimentos devem detalhar cada passo a ser seguido ao longo do processo de concessão. O Figura 4 caracteriza, de forma genérica, os diversos passos do processo de concessão de crédito.¹⁵

Figura 4: Processo de Gestão para Aprovação de Crédito



¹⁵ Bruett, et al. "Técnicas de Gestão Microfinanceira", PDI - BNDES, 2002.

3.2. Metodologias de crédito

Os procedimentos e análises das microfinanças não são significativamente diferentes dos praticados pelo segmento financeiro tradicional. O desenvolvimento de metodologias como grupos solidários e bancos comunitários são, na verdade, a redescoberta e re-introdução dos métodos de crédito tradicionais, baseados no caráter do tomador. O que as IMFs estão aperfeiçoando é a habilidade de concedê-los em pequenos valores e larga escala.¹⁶

As metodologias de concessão de microcrédito podem ser classificadas em dois grupos principais: (1) crédito individual; (2) metodologias de grupo (grupo solidário e banco comunitário).¹⁷

Crédito Individual

A metodologia de crédito individual se baseia numa avaliação cuidadosa do negócio do cliente, além da análise de algumas características pessoais. Ela requer um contato freqüente e próximo com o cliente, demandando tempo e energia do agente de crédito. A construção de um relacionamento próximo entre o cliente e a instituição e a expectativa de acesso a empréstimos futuros são elementos fundamentais no sucesso da aplicação dessa metodologia. De uma forma geral os clientes são empreendedores cuja maior necessidade em termos de serviço financeiro é capital de giro e financiamento de ativo fixo.¹⁸ A metodologia de concessão individual utiliza, de forma geral, mais que qualquer metodologia de grupo, alguma forma de garantia real. No entanto, a execução de tais garantias nem sempre é suportada pela lei ou, em muitos casos, sua execução é mais custosa do que o valor devido à instituição. Apesar das garantias solicitadas, tal metodologia se baseia no caráter e vontade de honrar o compromisso assumido.

Características da metodologia de crédito individual:

- ▶ Alguma forma de garantia real ou um co-responsável (avalista);
- ▶ Análise do histórico de crédito do cliente (SPC e SERASA);
- ▶ Investigação do caráter do cliente (conversas informais com vizinhos e fornecedores);
- ▶ Aumento gradativo dos valores dos empréstimos subseqüentes; e
- ▶ Mais comumente utilizados em áreas urbanas (existem exemplos de aplicação dessa metodologia com pequenos produtores rurais).

¹⁶ Bruett, et al. "Técnicas de Gestão Microfinanceira", 2002.

¹⁷ Uma descrição mais detalhada das metodologias pode ser encontrada Bruett, et al. "Técnicas de Gestão Microfinanceira", 2002.

¹⁸ Otero, M., Elisabeth Rhyne. "The New World of Microenterprise Finance", 1994.

Metodologias de Grupo

As metodologias de grupo envolvem a formação de um grupo de pessoas com o desejo comum de ter acesso a serviços financeiros. Essas metodologias se inspiram em modelos informais de concessão de crédito e poupança, disseminados em inúmeras comunidades de diferentes países. A utilização de tais metodologias foi encorajada pelo sucesso alcançado pelos programas de grupo de algumas IMFs, notadamente o Grameen Bank. Dentre as vantagens apontadas pela utilização de metodologias de grupo estão a redução dos custos de transação e o maior controle sobre as taxas de inadimplência devido à pressão exercida pelo grupo.¹⁹

Um aspecto importante dessas metodologias é a auto-seleção do grupo. Isso faz com que os próprios participantes selecionem as pessoas que eles julgam aptas a compor o grupo. Esse aspecto é fundamental para garantir sua qualidade, uma vez que ninguém melhor do que os próprios membros da comunidade para selecionar as pessoas com potencial capacidade de pagamento. As metodologias de grupo também apresentam riscos para as IMFs. Quando alguns membros do grupo apresentam dificuldade de pagamento os demais podem também entrar em *default*, o chamado efeito dominó.

Box 1: O papel do grupo na intermediação financeira

Diretrizes para o uso eficiente de grupos:

- ▶ Grupos são mais eficazes se forem pequenos e homogêneos.
- ▶ Impondo penalidades e incentivos aos grupos (tais como não ter acesso a empréstimos adicionais enquanto um indivíduo estiver em débito), melhora o seu desempenho.
- ▶ Volumes de empréstimos devem aumentar gradativamente.

Possíveis vantagens na utilização de grupos:

- ▶ Economias de escala (uma maior clientela com um aumento mínimo de custos operacionais)
- ▶ Economias de escopo (uma capacidade maior de fornecer diferentes serviços através do mesmo mecanismo de grupo).
- ▶ Minimização da assimetria de informação.
- ▶ Redução do Risco Moral através do monitoramento e observação do grupo.
- ▶ Substituição da garantia individual pela obrigação conjunta.
- ▶ Melhora na cobrança do empréstimo por filtragem e seleção, pressão do grupo e obrigação conjunta, especialmente quando as penalidades e os incentivos do grupo estiverem incorporados às condições do empréstimo.
- ▶ Menores custos administrativos (seleção, filtragem e cobrança do empréstimo), uma vez feito o investimento em estabelecer e educar os grupos.

Riscos associados à utilização de grupos:

- ▶ Fracos sistemas de registro.
- ▶ Oportunidade para corrupção e controle por líder poderoso dentro do grupo.
- ▶ Problemas generalizados de pagamento (efeito dominó).
- ▶ Participação pequena de mulheres nos grupos mistos.
- ▶ Custos iniciais altos (especialmente de tempo) na formação de grupos viáveis.
- ▶ Enfraquecimento do grupo no caso da saída do líder.

Aumento dos custos de transação em relação aos tomadores de empréstimos (tempo para reuniões e desempenho de funções administrativas voluntárias).

Fonte: "Ledgerwood, J. Microfinance Handbook – An Institucional and Financial Perspective", 1999.

¹⁹ A Worldwide Inventory of Microfinance Institutions, July 1996.

Grupos Solidários. Os grupos solidários são compostos por um número geralmente não superior a cinco ou seis pessoas, que se conhecem e se articulam com a finalidade de acessar um empréstimo. Os próprios membros garantem conjuntamente o pagamento do empréstimo. Isso gera uma pressão de grupo e um comprometimento com o pagamento. Os grupos solidários superam algumas barreiras de acesso a crédito de populações de baixa renda, notadamente os altos custos administrativos percentuais por empréstimo de pequeno valor concedido e a dificuldade de oferecer garantias reais para o empréstimo. Essa metodologia reduz os custos administrativos e cria uma forma alternativa de garantia.

Bancos Comunitários. Os bancos comunitários também apresentam o caráter de auto-seleção, mas são compostos por um número maior de pessoas, entre 20 e 50 membros. Nesse tipo de metodologia a IMF suporta os membros do grupo na sua formação com alguma espécie de treinamento, com a finalidade de capacitar o grupo a adquirir e gerenciar o empréstimo. Geralmente é concedido um único empréstimo ao grupo, que por sua vez repassa os respectivos valores a seus membros. Alguns membros são designados para gerenciar o grupo, sendo responsáveis pela distribuição dos valores e coleta dos pagamentos. Este modelo geralmente envolve a mobilização compulsória de poupança, onde os clientes são obrigados a depositar um determinado valor numa conta, como forma de garantia, antes de receber o empréstimo. A remuneração dessa poupança compulsória varia de acordo com a política da IMF. Algumas não remuneram o capital mobilizado (às vezes por restrição legal). O valor depositado pelo cliente deve ser devolvido pela instituição ao término do contrato do empréstimo.

3.3. Administração da carteira ²⁰

As práticas de gerenciamento da carteira variam de acordo com o tipo de metodologia de crédito adotada. No entanto, apresentam-se a seguir ações básicas de gestão que devem ser observadas pelas IMFs, seja qual for a metodologia adotada:

► **Estabelecimento de políticas e processos padronizados;**

A padronização de processos e políticas é essencial para se gerenciar uma numerosa carteira de créditos de pequeno valor, uma vez que delimita critérios e atribuições com relação a elegibilidade dos clientes, aprovação, liberação e cobrança dos empréstimos. A instituição deve definir, formalmente, as políticas e processos a serem adotados por todos os membros da organização e garantir que sejam claramente comunicados, contando com a real aceitação e comprometimento por parte de todos os funcionários da instituição. O monitoramento das ações é fundamental no sentido de garantir o cumprimento dos processos, além de permitir constante reavaliação e melhoramento dos mesmos.

²⁰ Adaptado de Bruett, et al. "Técnicas de Gestão Microfinanceira", 2002.

► Gerenciamento do processo de aprovação de crédito;

O gerenciamento da aprovação de crédito objetiva garantir que os empréstimos concedidos sejam de boa qualidade e que a prática de fraudes seja combatida. Um processo de aprovação consistente permite e suporta o crescimento da carteira da IMF, uma vez que possibilita a concessão de um grande número de empréstimos com aceitável grau de risco.

► Gerenciamento do processo de cobrança;

No processo de acompanhamento e cobrança, a comunicação entre agente de crédito, contabilidade e gerência é fator determinante de êxito ou fracasso. Nesse sentido, um sistema de informações gerenciais eficaz é fundamental, gerando relatórios precisos e em tempo para a administração dos pagamentos. Dentre os relatórios necessários para o bom gerenciamento por parte da equipe de campo estão o cronograma de amortização dos empréstimos e o relatório de pagamentos efetuados pelos clientes.

Muitas IMFs apresentam sérias fragilidades em seus sistemas de informação, comprometendo o fluxo de informações e a comunicação entre a equipe de campo e a gerência.

► Gerenciamento da inadimplência.

Uma vez caracterizado o não-pagamento por parte do cliente, é fundamental que o agente de crédito visite o cliente inadimplente no sentido de entender o motivo do não-pagamento e, com base nessa análise preliminar, iniciar os procedimentos adequados de recuperação. A atuação rápida e rigorosa diante de clientes inadimplentes é um fator importante na manutenção de taxas de inadimplência baixas. O não-pagamento de um cliente pode influenciar o comportamento dos demais clientes (“efeito dominó”).

Também no gerenciamento da inadimplência, o acesso à informação precisa e a tempo é fundamental. Mais do que isso, a informação deve fluir nos dois sentidos. Os agentes de crédito precisam de informações sobre o status de suas carteiras e a gerência precisa de *feedback* dos agentes de crédito a fim de estar ciente do risco da carteira, para avaliar e desenvolver estratégias de recuperação e para monitorar os esforços de recuperação. A equipe de campo deve ter acesso ao relatório da carteira, com informações detalhadas sobre a inadimplência, utilizando-o para monitorar o valor total em atraso e a quanto tempo o cliente se encontra inadimplente. Os agentes de crédito, por sua vez, devem prover a gerência com *feedback*, reportando os planos e ações de recuperação empreendidas, além de relatórios periódicos de progresso.

3.4. Provisionamento e perdas

A provisão deve representar uma estimativa razoável em relação às perdas esperadas na carteira de crédito. A literatura internacional a respeito da indústria de microfinanças reconhece que suas operações são, em geral, mais arriscadas do que as operações das instituições financeiras tradicionais, apresentando maiores problemas com suas carteiras de crédito⁸. Reconhecendo essa maior exposição a risco das carteiras de microcrédito, é razoável supor que as provisões recomendadas para as IMFs sejam superiores aos padrões das instituições financeiras tradicionais.⁹

²¹ Christen, R.P., E. Rhyne, R.C. Vogel. “Maximizing the Outreach of Microenterprise Finance: The Emerging Lessons of Successful Programs”, 1994.

²² Jansson, T. “Financial Regulation and its Significance for Microfinance in Latin America and The Caribbean”, 1997.

As instituições de microfinanças apresentam políticas de provisionamento para devedores duvidosos e reconhecimento perdas, quando elas existem, pouco consistentes. Sejam quais forem as políticas, é fundamental que elas estejam relacionadas com dados históricos de perdas, ou que utilizem algum *benchmark* (política comum praticada pelas demais IMFs), ou ainda que se justifiquem por alguma expectativa com relação ao comportamento da carteira de crédito.

O que se aconselha é que a política de provisionamento envolva a segmentação da carteira de crédito (apenas principal da dívida) de acordo com o período de atraso dos contratos, ou seja, com quantos dias de atraso está a primeira parcela inadimplente. Em seguida deve-se determinar uma porcentagem a ser provisionada para cada categoria, dependendo do nível de risco observado. A Tabela 4 apresenta os percentuais para provisionamento recomendados por algumas organizações de renome na indústria microfinanceira.

Figura 5: Políticas de provisionamento para devedores duvidosos

	MicroRate	MicroFin	PEARLS	MicroBanking Bulletin	Camel Normal	Camel Restructured	SEEP
Empréstimos em dia	0%	0%	0%	0%	0%	10%	0%
1-30 dias em atraso	10%	10%	0%	0%	10%	50%	0%
31-60 dias em atraso	30%	25%	35%	0%	30%	75%	10%
61-90 dias em atraso	60%	50%	35%	0%	30%	75%	50%
91-120 dias em atraso	100%	75%	35%	50%	60%	100%	75%
121-180 dias em atraso	100%	100%	35%	50%	60%	100%	100%
181-360 dias em atraso	100%	100%	35%	100%	100%	100%	100%
mais de 360 dias em atraso	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Brady, H. "Taller de Auditoria de Instituciones de Microfinanzas, Notas Tecnicas Y Manual de Auditoria Externa para Auditores (CGAP)", 2001.

No Brasil, o Banco Central determina que as instituições financeiras devem classificar seus créditos em atraso de acordo com a Figura 6. "É importante enfatizar que estes níveis são mínimos (a escala é crescente), isto é, a instituição pode ser mais conservadora e usar de maior rigor na classificação de seus créditos. A tabela indica que um cliente em atraso de, digamos, 40 dias, deve ser enquadrado pelo menos na categoria C, mas a instituição credora pode enquadrá-lo no nível E, por exemplo, se sua análise feita à luz dos critérios acima enumerados assim o indicar."²³

Figura 6 - Classificação de créditos segundo o atraso

Atraso (dias)	Nível mínimo (1)
15 - 30	B
31 - 60	C
61 - 90	D
91 - 120	E
121 - 150	F
151 - 180	G
mais de 180	H

(1) Créditos em atraso no intervalo correspondente não podem ser enquadrados em nível superior ao indicado

²³ Haus, Paulo, Andrei Winograd, Renata Salles. "Regulamentação das Microfinanças", PDI - BNDES, 2002.

Com base na classificação anterior, as instituições financeiras brasileiras devem, em conformidade com instruções do Banco Central, constituir provisões para devedores duvidosos, no mínimo, de acordo com a Figura 7.

Figura 7: Provisões para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	Provisão mínima
AA	não há
A	0,5%
B	1%
C	3%
D	10%
E	30%
F	50%
G	70%
H	100%

A política de reconhecimento de perdas deve ponderar que a cobrança legal de pequenos empréstimos é, na maioria dos casos, inviável em termos de custos. As perdas devem ser reconhecidas quando a probabilidade de recuperação é muito baixa, o que geralmente acontece muito antes de que as medidas legais tenham se exaurido.

Os programas de auditoria de uma IMF devem incluir uma análise cuidadosa em relação às provisões para devedores duvidosos. Valores inadequados de provisão podem gerar distorções nas demonstrações contábeis da instituição.

3.5. Controle interno

O Comitê da Basileia para Supervisão Bancária define três principais objetivos de um sistema de controle interno:

1. Verificar a eficiência e a eficácia das operações;
2. Assegurar quão completas e confiáveis são as informações contábeis e gerenciais;
3. Atender a regulamentação aplicável.

Em se tratando de instituições de microfinanças típicas, alguns pontos importantes sobre os sistemas de controle interno merecem atenção especial dos auditores:

- ▶ Inexistência de normas e procedimentos formalmente definidos;
- ▶ Não integração do sistema de acompanhamento da carteira com o sistema contábil, fato que pode gerar diferenças entre os saldos apresentados;
- ▶ Operações realizadas nas sucursais que podem ser registradas fora do tempo oportuno;
- ▶ Registros contábeis feitos com base no saldo de extratos, não havendo o registro de cada operação;
- ▶ Registros auxiliares não revestidos de formalidades;
- ▶ Não existência de relatórios de cobrança que facilite o acompanhamento dos valores cobrados comparado-os com os valores previstos; e
- ▶ Não segregação de funções devido ao pequeno número de funcionários.

Na medida em que as IMFs crescem, um sistema eficiente de controle interno passa a ser um dos elementos críticos para a viabilidade de longo prazo da instituição. O crescimento das operações de uma IMF deflagra novos riscos e desafios. O sistema de controle é um elemento fundamental para permitir à instituição assumir e gerenciar tais riscos de forma controlada. Neste sentido, controle interno é uma parte integrante do gerenciamento de risco. O tamanho da IMF, de certa forma, determina o grau de sofisticação de seus sistemas de controle interno. De uma forma geral, quanto menor o tamanho da instituição, mais simples o sistema de controle.

A Figura 8 caracteriza os sistemas de controle em função da escala das operações da IMF.²⁴

Figura 8: Normas de Controle Interno por Escala de Operação

Fatores de Controle Interno	Pequena Escala < US\$1 milhão	Escala Média de US\$1 a 8 milhões	Grande Escala > US\$8 milhões
Ambiente de controle	Os diretores dão o tom	Guiado por políticas e procedimentos	Guiado por políticas e procedimentos formalizados
Avaliação de risco	Pouco formal	Processo formal	Processo formal documentado
Atividades de controle	Poucos controles	Mais controles especificando o que, quando e como fazer	Atividades de controle interno formalizadas
Informação e comunicação	Apesar de informal, eficaz	Canais de comunicação definidos	Canais de comunicação definidos
Monitoramento e avaliação	Verificações do gerente e eventuais auditorias	Verificações do gerente e auditores internos	Processos de avaliação formais padronizados, realizados por agência e apoiado por equipe de auditoria interna

Fonte: Campion, A. "Improving Internal Control: A Practical Guide for Microfinance Institutions", 2000.

²⁴ O Microbanking Bulletin define para pequena, média e grande IMFs, menos de 4000, entre 4000 e 7000, mais de 7000 clientes ativos, respectivamente, e menos de 35, 35 a 70, mais de 70 funcionários.



IMFs pequenas possuem um quadro de pessoal reduzido e ainda pouca penetração. Nessas instituições, o principal executivo ainda exerce uma forte influência sobre as operações e processos, com muita ascendência sobre o comportamento dos funcionários. Em função da pequena carteira de crédito e conseqüente pequeno número de funcionários, é comum não haver segregação de funções, ampliando-se riscos de fraude. Por outro lado, a supervisão do principal executivo sobre a execução das diversas atividades tende a ser muito próxima e intensa. Para IMFs de pequeno porte, a presença de um auditor interno qualificado em tempo integral é, em geral, proibitiva em termos de custo. Uma possibilidade para contornar tal restrição orçamentária é contratar para sua função de auditoria interna a mesma empresa que realiza a auditoria externa anual das demonstrações financeiras. Essa empresa pode enviar à instituição, regularmente, um membro de sua equipe para desempenhar o papel de auditor interno. No mercado brasileiro, quase que a totalidade das IMFs se enquadram na descrição feita anteriormente para instituições pequenas.

IMFs de tamanho médio tendem a ser instituições em processo de crescimento, expandindo-se geograficamente através da abertura de novas agências e contratando novos funcionários. Neste momento (crescimento) a instituição deve mudar o caráter do seu sistema de controle interno, tornando-o mais formal e, assim, dando suporte ao crescimento das operações. O principal executivo já não se faz tão presente, e sua supervisão próxima é substituída por políticas, normas e procedimentos. Tais políticas devem estar formalizadas em documentos e difundidas por toda a instituição. A padronização passa a ser um elemento importante de controle.

As grandes IMFs geralmente possuem sistemas de controle interno sofisticados. Uma característica específica de IMFs desse porte é a presença de auditoria interna. O Box 3 apresenta um caso real do papel de um auditor interno numa IMF. Muitas delas são instituições financeiras reguladas e os reguladores geralmente determinam padrões e demonstrações específicas. O fato é que na medida em que as IMFs expandem suas operações, se tornam instituições financeiras reguladas, aumenta sua demanda e necessidade por sistemas de controle interno sofisticados, passando os mesmos a desempenhar fator fundamental de sucesso para a instituição.



Box 2: Utilização de auditor interno pela ABA

A Associação Alexandria de Negócios (ABA) iniciou suas atividades em 1983 como um comitê da Câmara de Comércio em Alexandria, Egito. Em março de 1989, a ABA foi registrada como uma organização privada sem fins lucrativos.

A ABA possui um auditor interno que monitora o trabalho de 224 empregados em 10 filiais. O auditor interno é um funcionário não envolvido diretamente na operação da instituição e trabalha junto ao diretor executivo, que seleciona a filial que o auditor visita a cada semana. O objetivo inicial do auditor da ABA é reger uma auditoria na carteira de empréstimos. Toda semana, o auditor interno solicita um relatório de status dos clientes (tomadores de empréstimos) e, aleatoriamente, seleciona de três a cinco clientes de cada filial. O auditor interno então visita cada um desses clientes e completa o questionário padrão de visita da ABA. Ele também visita novos tomadores se seu tempo permitir ou se encontrar discrepâncias.

Enquanto visita os clientes, o auditor interno realiza as seguintes atividades:

- Verifica se realmente existe o empreendimento;
- Assegura que o cliente efetua o pagamento na agência da ABA;
- Verifica o impacto do empréstimo atual e dos anteriores nas operações do negócio;
- Verifica se o agente de crédito tem feito visitas regulares ao cliente; e
- Obtém informações com o cliente sobre o serviço recebido.

Ao retornar ao escritório, o auditor interno relata ao diretor executivo suas atividades e recomendações. O diretor executivo assegura que as medidas corretivas sejam tomadas imediatamente.

3.5. Fraude

As próprias características do negócio microfinanceiro exigem que a questão da fraude seja analisada com cuidado. A necessidade de se operar de forma descentralizada, o importante e independente papel desempenhado pelo agente de crédito, a dificuldade de localização dos clientes, a forte pressão para contenção de custos, a não-segregação de funções presente em muitas IMFs de pequeno e médio portes, dentre outros fatores, criam um ambiente vulnerável à prática de fraudes.

Dentre as possibilidades de práticas fraudulentas nas operações microfinanceiras podemos destacar:

- ▶ Cliente-fantasma: o cliente não existe, havendo apenas o formulário para análise e concessão do crédito;
- ▶ Empreendimento fantasma: o cliente existe, porém não existe o empreendimento e, conseqüentemente, não existe o objeto do financiamento;
- ▶ Não-registro de pagamentos efetuados pelos clientes: o cliente paga a prestação mas o valor não é informado, não sendo dada a respectiva entrada do numerário e feita a baixa na carteira;
- ▶ Cobrança de comissões: o agente de crédito cobra uma comissão "por fora" (propinas), elevando o valor do crédito;

- ▶ Empréstimo a pessoas com laços de parentesco ou amizade: neste caso existem o cliente e o empreendimento, entretanto, o valor do crédito é repassado ao amigo ou parente, não sendo aplicado no objeto para o qual foi solicitado; e
- ▶ Refinanciamento: concessão de um novo empréstimo para cobrir um empréstimo fraudulento anterior.

A seguir, algumas práticas recomendadas para combate a ações fraudulentas:²⁵

- ▶ Fazer reconciliação freqüente de pedidos e acordos e desembolsos de empréstimos;
- ▶ Segregar as obrigações a respeito do pedido, da aprovação e do desembolso do crédito;
- ▶ Efetuar pagamentos de empréstimos ao contador ou ao banco comercial;
- ▶ Desenvolver programa de visita a clientes de todos os agentes de crédito incluindo clientes inadimplentes e clientes novos;
- ▶ Estabelecer rotação ocasional de agentes de crédito;
- ▶ Realizar visitas imprevistas aos clientes por auditores internos ou por outros funcionários não envolvidos diretamente na concessão de créditos;
- ▶ Realizar visitas imprevistas de auditores internos a fim de inspecionar os registros das sucursais;
- ▶ Manter cheques custodiados em segurança, com numeração e limites pré-estabelecidos, com reconciliação diária;
- ▶ Utilizar cheques ou transferências de valores em lugar de dinheiro em espécie;
- ▶ Lidar com casos fraudulentos com rapidez e severidade;
- ▶ Pagar salários adequados aos agentes de crédito; e
- ▶ Manter sistemas de informações seguros, limitando acesso.

Box 3: Exemplo de fraude numa IMF no Egito

Durante uma visita de rotina a clientes inadimplentes da Alexandria Business Association - ABA, no Egito, um dos clientes entrevistados explicou que não havia renovado seu empréstimo há mais de dois anos. Ele sempre foi um bom cliente e sempre pagou suas dívidas, mas que não estava precisando de novos empréstimos. Após uma investigação, a ABA descobriu que um agente de crédito tinha forjado as assinaturas dos clientes nos formulários de empréstimos e em documentos de correspondência. Para emissão dos cheques o agente de crédito tinha que ir ao banco apresentar identificação própria. Novas investigações revelaram que o agente de crédito trabalhava em conjunto com o caixa do banco comercial. O agente de crédito subornava o caixa do banco para conseguir sacar com rubricas de empréstimos fraudulentas. A ABA examinou todos os clientes desse mesmo agente de crédito e descobriu que ele cometeu essas fraudes durante dois anos, usando o nome de cinco clientes. O agente de crédito pagava em dia pelos empréstimos. Foi justamente quando ele deixou de fazer alguns pagamentos que a fraude foi descoberta. A ABA abriu um processo contra o banco por autorizar saques sem identificação apropriada. O agente de crédito desapareceu mas está sendo procurado pelas autoridades.

Fonte: Campion, A. "Improving Internal Control: A Practical Guide for Microfinance Institutions", 2000.

²⁵ Bruett, et al. "Técnicas de Gestão Microfinanceira", 2002.





Capítulo

4

4. Caracterização do Mercado Brasileiro de Microfinanças

Neste capítulo busca-se caracterizar o mercado microfinanceiro no Brasil, analisando, com dados quantitativos atualizados, os principais elementos deste mercado: oferta e demanda. O quadro legal é apresentado ao final do capítulo.

4.1. Oferta ²⁶

Nos últimos anos, o número de IMFs operando no Brasil se expandiu rapidamente, apesar de não experimentar o mesmo grau de desenvolvimento de outros países latino americanos. De acordo com dados do PDI, estima-se em 121 o número de IMFs brasileiras, atendendo a um total de 158.654 clientes e carteira ativa de R\$ 138,8 milhões (Ver figura 9). De acordo com esse mapeamento, existem diferenças importantes entre as IMFs em função de sua localização geográfica, tais como: a concentração na região nordeste de duas das maiores IMFs em número de clientes, Banco do Nordeste (com aproximadamente 88.000 clientes ativos) e o Sistema CEAPE (com aproximadamente 7.000 clientes ativos), que juntas representam em torno de 60% do mercado microfinanceiro atual; e valores médios de empréstimo mais baixos na região nordeste e mais elevados na região sul.

Figura 9: Mercado microfinanceiro no Brasil (2001)



²⁶ As informações aqui apresentadas foram retiradas de Nichter et al. "Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro", 2002.



Nos últimos dois anos, o número de clientes ativos total passou de 76.700 para 158.654. No entanto, esses números devem ser interpretados com cautela. Uma análise das 19 maiores IMFs brasileiras mostrou que, em média, elas experimentaram um crescimento no número de clientes de 14% desde 1999 (Figura 10). Oito instituições apresentaram taxas de crescimento negativas.

Apesar do elevado número de instituições, poucas conseguiram alcançar uma escala significativa. A grande maioria continua apresentando carteiras pequenas, com menos de 300 clientes. A Figura 11 relaciona as maiores IMFs brasileiras em termos de número de clientes.

Figura 10: Taxa de crescimento anual do número de clientes de 19 IMFs brasileiras (1999-2001)

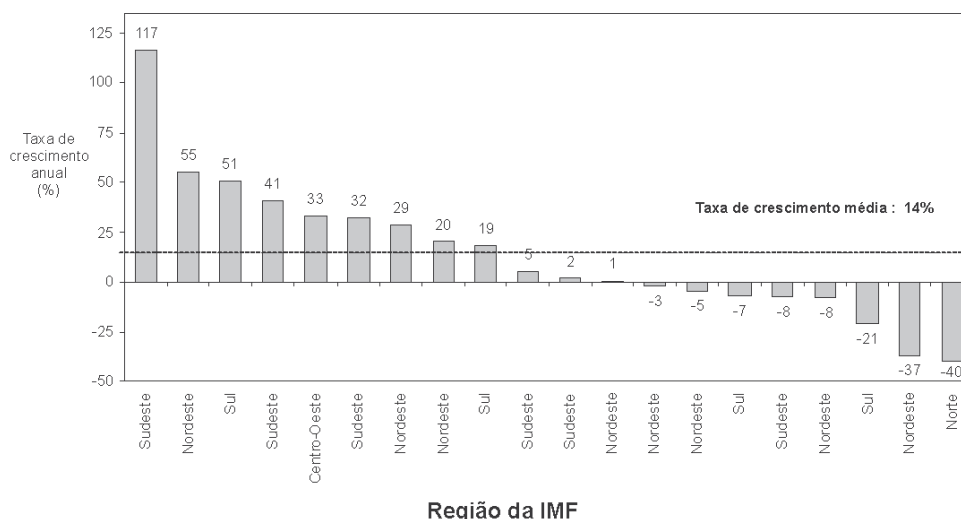


Figura 11: IMFs brasileiras com mais de 2.000 clientes ativos (2001)

Ranking por número de clientes	Tipo de IMF	Estrutura legal	Clientes ativos	Carteira ativa (R\$)	Valor médio do empréstimo (R\$)
Banco do Nordeste (CE)	Instituição financeira	Banco estatal	85.309	49.847.600	584
Banco do Povo de São Paulo (SP)	Agência do governo	Iniciativa do governo	9.521	16.148.660	1.696
Banco do Povo de Goiás (GO)	Agência do governo	Iniciativa do governo	7.535	8.386.455	1.113
CEAPE (MA)	Afilhada de rede internacional	OSCIP	5.467	2.985.111	546
CEAPE (RN)	Afilhada de rede internacional	OSCIP	5.411	4.030.880	745
CEAPE (PE)	Afilhada de rede internacional	OSCIP	4.527	2.996.848	662
Visão Mundial (BA/MG/PE/RN)	Afilhada de rede internacional	ONG	2.583	1.591.880	616
CEAPE (SE)	Afilhada de rede internacional	OSCIP	2.543	1.826.593	718
Portosol (RS)	Organização de sociedade civil	ONG	2.069	3.860.355	1.866

OBS.: Os dados aqui apresentados são auto-reportados pelas IMFs e se referem ao final do ano de 2001, exceto para CEAPE (PE) e Visão Mundial, que se referem a junho de 2001. Fonte: Nichter, Goldmark e Fiori.



O mercado de microfinanças no Brasil apresenta uma forte participação (em número de IMFs) de instituições não-financeiras, notadamente ONGs e OSCIPs. Nos últimos dois anos, percebe-se uma tendência de crescimento da participação (mais uma vez em número de IMFs) de uma entidade jurídica nova: as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor - SCMs. A seguir uma caracterização dessas três entidades.

Organização Não Governamental (ONG): São entidades que se posicionam entre as esferas pública e privada. Não têm finalidade lucrativa. Estão sujeitas à lei da usura.

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): É um título concedido a uma associação civil sem fins lucrativos, sujeitas à lei 9790/99, onde há uma menção clara referente à atividade de microfinanças. Elas não estão sujeitas à lei da usura. No desempenho de suas atividades, não regulamentadas, as OSCIPs têm como base a experimentação de novos modelos e produtos.

Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM): São sociedades comerciais, com fins lucrativos, autorizadas a prestar serviços microfinanceiros (a lei restringe o escopo de serviços à concessão de crédito a microempreendedores). Tais instituições são reguladas pelo Conselho Monetário Nacional e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil.

No que diz respeito às linhas de produto, existe um alto grau de padronização dos serviços prestados pelas instituições, com ênfase em dois produtos principais: crédito para capital de giro; e crédito para aquisição de ativos fixos

Em seu contexto histórico e motivacional, a indústria microfinanceira brasileira pode ser caracterizada por quatro tipos de iniciativas distintas com relação ao caráter das instituições:

(1) Instituições afiliadas a redes internacionais: geralmente iniciadas por lideranças civis em colaboração com membros da comunidade microfinanceira internacional. Como exemplos temos o Sistema CEAPE (afiliado à ACCION), Banco da Mulher (afiliado ao Women´s World Banking) e Visão Mundial (afiliada à World Vision).²⁷

(2) Organizações da sociedade civil: líderes locais desenvolvem instituições aplicando técnicas e metodologias microfinanceiras com a finalidade de auxiliar membros de suas comunidades. Algumas instituições seguem um modelo que conta com o apoio das municipalidades no lançamento do programa (ex.: ICC Portosol, em Porto Alegre), outras com o apoio de recursos privados (ex.: Vivacred, Rio de Janeiro).

(3) Iniciativas governamentais: lideranças políticas começam a perceber as microfinanças como instrumento potencial no sentido de servir a seus eleitorados. Essas iniciativas incluem programas operados pelo próprio governo bem como ONGs trabalhando sob a orientação do governo, que geralmente ocupa posições no conselho da IMF.

²⁷ Uma descrição das IMFs aqui mencionadas pode ser encontrada em Nichter, Goldmark e Fiori.

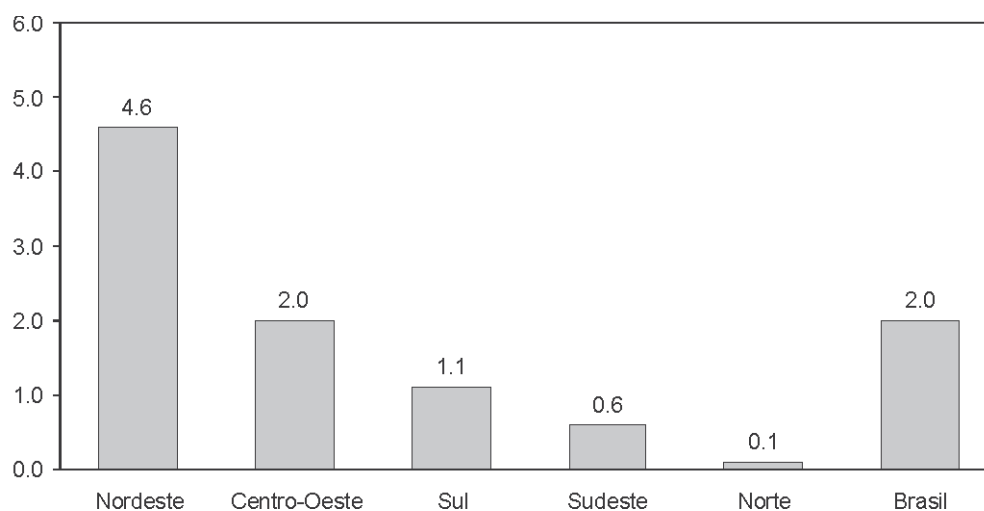


(4) Instituições financeiras: numa iniciativa mais recente, instituições financeiras se mostram interessadas pelo segmento microfinanceiro. Entre as que estão operando hoje no mercado brasileiro temos o Banco do Nordeste e as recém-criadas Sociedades de Crédito ao Microempreendedor - SCMs (tratadas neste capítulo na seção Regulamentação).

4.2. Demanda

Um estudo no sentido de estimar a demanda potencial do mercado microfinanceiro revelou que existem aproximadamente 16,4 milhões de microempreendimentos no Brasil, entre formais e informais.²⁸ Dado o número de microempreendimentos existentes, estima-se a demanda potencial por serviços microfinanceiros no Brasil em 8,2 milhões de microempreendimentos (dados estimados para o ano de 2002).²⁹ O que resulta numa taxa de penetração de 2%, para as IMFs no Brasil, caracterizando o atual estágio embrionário dessa indústria. A Figura 12 apresenta as variações nas taxas de penetração em relação às diferentes regiões geográficas.

Figura 12: Taxa de penetração do mercado microfinanceiro no Brasil, por região (2001)



4.3. Regulamentação³⁰

A legislação brasileira, tanto a geral quanto a financeira, não oferece definições claras para microfinanças e microcrédito. Não há dúvida de que quaisquer instituições financeiras autorizadas a realizar operações de empréstimo podem atuar no segmento de microfinanças. Essas entidades são, além das SCMs, os bancos de desenvolvimento, comerciais ou múltiplos, as sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras) e as cooperativas de crédito (as cooperativas só podem realizar operações com seus cooperados). A participação de OSCIPs e de outras ONGs nesse ramo é um tanto mais incerta do ponto de vista regulatório formal mas é perfeitamente viável. Muitas, se não a maioria, das IMFs hoje em atuação no país estão nessas duas últimas categorias.

²⁸ Nichter et al. "Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro", 2002.

²⁹ A demanda potencial é estimada de acordo com metodologia desenvolvida por Robert P. Christen e utilizando dados do IBGE

³⁰ Para uma abordagem detalhada sobre regulamentação ver Goldmark, Lara. Regulamentação para Microfinanças.

No que diz respeito a SCMs, ONGs e OSCIPs desempenham operações microfinanceiras, a legislação básica a ser observada é: ³¹

▶ **Para Sociedades de Crédito ao Microempreendedor - SCMs**

✍ **Lei nº 4.595** de 31 de dezembro de 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

✍ **Lei nº 6.024** de 13 de março de 1974

Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras e dá outras providências.

✍ **Lei nº 6.404** de 15 de dezembro de 1976

Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

✍ **Lei nº 7.492** de 16 de junho de 1986

Define os crimes contra o sistema financeiro nacional e dá outras providências.

✍ **Lei nº 9.447** de 14 de março de 1997

Dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; sobre a indisponibilidade de seus bens; sobre a responsabilização das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes; sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-lei nº 2.321, de 1987, e dá outras providências.

✍ **Lei nº 10.194** de 14 de fevereiro de 2001

Dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nos 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências.

✍ **Decreto-Lei nº 2.321** de 25 de fevereiro de 1987

Institui, em defesa das finanças públicas, regime de administração especial temporária, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, e dá outras providências.

✍ **Medida Provisória nº 2.172-32** de 23 de agosto de 2001

Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.

▶ **Para Organizações Não Governamentais - ONGs**

✍ **Lei nº 3.071** de 1º de janeiro de 1916

Código Civil (Art.16).

³¹ Retirado de Kwitko et al (2002).

✍ **Lei nº 6.015** de 31 de dezembro de 1973

Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.

✍ **Lei nº 9.430** de 26 de dezembro de 1996

Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências (Art.32).

✍ **Lei nº 9.532** de 10 de dezembro de 1997

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

✍ **Lei nº 9.718** de 27 de novembro de 1998

Altera a Legislação Tributária Federal. (Art.10)

✍ **Lei nº 9.790** de 23 de março de 1999

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

Nota: Em 11 de janeiro de 2003 entrará em vigor o novo Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

▶ **Para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs**

✍ **Lei nº 3.071** de 1º de janeiro de 1916

Código Civil. (Art.16)

✍ **Lei nº 6.015** de 31 de dezembro de 1973

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

✍ **Lei nº 9.430** de 26 de dezembro de 1996

Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta, e dá outras providências.

✍ **Lei nº 9.790** de 23 de março de 1999

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.

✍ **Lei nº 10.194** de 14 de fevereiro de 2001

Dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nos 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994 e dá outras providências.

✍ **Medida Provisória nº 2.172-32** de 23 de agosto de 2001

Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.

✍ **Medida Provisória nº 2.158-35** de 24 de agosto de 2001

Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências. (Art. 59)

✍ **Medida Provisória nº 2.216-37** de 31 de agosto de 2001

Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. (Art.18)

✍ **Decreto nº 3.100** de 30 de junho de 1999

Regulamenta a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências

✍ **Portaria nº 361** de 27 de julho de 1999, Ministério da Justiça

Regulamenta os procedimentos para a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

▶ **Normativos do Banco Central do Brasil**³²

✍ **Resolução nº 2.645** de 22 de setembro de 1999

Estabelece condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

✍ **Resolução nº 2.682** de 22 de dezembro de 1999

Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

✍ **Resolução nº 2.874** de 26 de julho de 2001

Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor.

✍ **Resolução nº 2.878** de 26 de julho de 2001

Dispõe sobre procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na contratação de operações e na prestação de serviços aos clientes e ao público geral.

✍ **Resolução nº 2.892** de 22 de setembro de 2001

Altera a Resolução 2.878, de 2001, que dispõe sobre procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na contratação de operações e na prestação de serviços aos clientes e ao público geral.

³² Para instituições financeiras

✍ Circular nº 2.502 de 26 de outubro de 1994

Dispõe sobre autorização para funcionamento, transferência de controle societário e reorganização das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito.

✍ Circular nº 2.964 de 03 de fevereiro de 2000

Estabelece a obrigatoriedade à elaboração, remessa e publicação de demonstrações financeiras por sociedades de crédito ao microempreendedor.

✍ Circular 3.061 de 20 de setembro de 2001

Dispõe sobre a prestação de informações para o Sistema Central de Risco de Crédito por parte das sociedades de crédito ao microempreendedor.

✍ Circular nº 3.076 de 07 de janeiro de 2002

Estabelece disposições à Resolução 2.874, de 2001, relativas a autorização para funcionamento, transferência de controle, reorganização societária e auditoria independente de sociedade de crédito ao microempreendedor e instalação de posto de atendimento ao microempreendedor.

✍ Circular nº 3.077 de 07 de janeiro de 2002

Dispõe sobre remessa de demonstrações financeiras.

✍ Circular nº 3.098 de 20 de março de 2002

Dispõe sobre a remessa adicional de informações no âmbito do sistema Central de Risco de Crédito.

✍ Carta-Circular nº 2.898 de 29 de fevereiro de 2000

Cria no COSIF atributo para as sociedades de crédito ao microempreendedor.



Capítulo 5

5. Planejando e Realizando a Auditoria

Este capítulo contempla uma visão geral sobre as principais contas das demonstrações contábeis de uma IMF, os possíveis erros e riscos que o auditor pode encontrar e indica os testes de auditoria mais apropriados a serem aplicados.

5.1. Linhas gerais

Antes de iniciar a auditoria propriamente dita, o auditor deve elaborar o planejamento do programa a ser implementado, construindo uma visão ampla de todas as atividades a serem desenvolvidas. Neste sentido, deve buscar adquirir o máximo de conhecimento possível sobre o negócio, as normas e métodos contábeis, os sistemas de controle interno, além de avaliar o risco de auditoria e definir seu grau de materialidade. Os capítulos anteriores trataram de temas relacionados ao negócio microfinanceiro, sua conceituação dentro de uma perspectiva histórica, a caracterização das diferentes tipologias de instituições e as principais diferenças entre as operações microfinanceiras e as operações financeiras tradicionais. O mercado brasileiro também foi caracterizado. O que se busca neste capítulo é prover recomendações específicas em relação aos programas de auditoria a serem implementados em campo, caracterizando e analisando as principais contas contábeis de uma IMFs. Cada uma dessas contas terá suas características relacionadas, os principais riscos avaliados e, em seguida, serão feitas recomendações em relação aos procedimentos a serem adotados.

Algumas recomendações práticas genéricas, quando do planejamento da auditoria, em relação a questões a investigar são:

Estrutura organizacional:

- ▶ Quem toma as decisões (conselho, diretor executivo, doador, controlador)?
- ▶ Qual a sua posição em relação à auditoria externa?

Objetivos:

- ▶ Quais são os objetivos comerciais da IMF?
- ▶ Quais são os objetivos sociais da IMF?

Operações:

- ▶ Quais são as principais linhas de produtos, financeiros e não financeiros?
- ▶ Como funciona a operação de concessão de crédito?
- ▶ Como estão vinculados os produtos financeiros e os não-financeiros?
- ▶ Como são desenvolvidos e monitorados os processos dentro da IMF?
- ▶ Sistemas de Informação:
 - ▶ Os sistemas de informações gerenciais são bem desenvolvidos, considerando o grau de maturidade e tamanho da instituição?

Finanças:

- ▶ Como a função financeira está estruturada e qual o compromisso que a IMF tem em relação às finanças?
- ▶ Quem supervisiona as operações de concessão de crédito?
- ▶ Como é medido o desempenho?
- ▶ Contabilidade:
 - ▶ Quais são as principais políticas contábeis?
 - ▶ Elas são consistentes com as práticas do setor?
 - ▶ Qual a base contábil seguida e se ela é apropriada?

Funcionários:

- ▶ A IMF tem rotatividade excessiva de funcionários?
- ▶ As equipes são qualificadas para as funções que exercem, especialmente funções contábeis e financeiras?
- ▶ O treinamento de novos funcionários é adequado?

Indústria:

- ▶ Quem são os concorrentes da IMF e como a administração está lidando com a concorrência?

Economia:

- ▶ Como a IMF é afetada por inflação, flutuações de taxas de juros, variações cambiais e instabilidades macroeconômicas?

Regulamentação:

- ▶ Quem regulamenta ou supervisiona a IMF?
- ▶ Alguma nova lei ou regulamentação afetou a IMF?

5.2. Contas contábeis - erros e riscos

A identificação das principais contas das demonstrações contábeis de uma IMF, os possíveis erros e riscos que o auditor pode encontrar quando da realização de seu trabalho, os principais cuidados a serem tomados e os testes de auditoria mais apropriados a serem aplicados são apresentados a seguir, inicialmente em caráter geral e em seguida de forma detalhada por tipo de conta.

Principais contas contábeis

- ▶ Carteira de crédito;
- ▶ Provisão para devedores duvidosos;
- ▶ Caixa e bancos;
- ▶ Patrimônio líquido;
- ▶ Empréstimos;
- ▶ Contas a pagar e acumuladas; e
- ▶ Receitas e despesas.

Possíveis erros

- ▶ Integridade: não registro de direitos e obrigações;
- ▶ Registro: transações registradas com valor incorreto;
- ▶ Validade: registro de bens ou obrigações que não pertencem à instituição;
- ▶ Competência: transações registradas no período incorreto;
- ▶ Avaliação: bens ou obrigações avaliadas incorretamente; e
- ▶ Apresentação: as demonstrações contábeis apresentadas de maneira incorreta.

Principais riscos

Além dos possíveis erros listados acima, o auditor deve levar em consideração os riscos comerciais inerentes à atividade de microfinanças que podem levar à escrituração incorreta de suas operações. Entre estes riscos podem ser citados:

- ▶ Risco de crédito: consiste na possibilidade de que o cliente não pagará o empréstimo no valor total, nem no vencimento ou em qualquer outra ocasião;
- ▶ Risco de taxa de juros: decorrente da sensibilidade dos ativos e passivos da instituição em relação à variação na taxa de juros, conferindo a possibilidade de ganhos ou perdas quando da mudança da mesma;
- ▶ Risco de câmbio: risco de ocorrência de perdas decorrentes das variações na taxa de câmbio;
- ▶ Risco de liquidez: surge da possibilidade de que a IMF possa não ter fundos suficientes para honrar suas obrigações (o risco de liquidez é classificado por alguns autores como um componente do risco operacional); e
- ▶ Risco operacional: definido como o risco de perda, direta ou indireta, resultante de processos internos falhos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Normalmente, considera-se que este risco esteja sob o controle direto da IMF (ex.: risco de fraude; risco de controle).



5.3. Procedimentos

Os programas de auditoria desenvolvidos contemplam a aplicação de três procedimentos, quais sejam:

- ▶ Testes de observâncias: são particularmente apropriados no exame das contas que abrangem grande número de transações. Este procedimento permite confirmar se o sistema de controle interno está sendo efetivamente seguido de forma adequada e dá segurança ao auditor para validar o saldo da conta;
- ▶ Testes substantivos (testes de transações e de saldos): são utilizados para obter evidências diretas que permitam ao auditor confirmar os saldos contábeis. Este procedimento será aplicado para exame das contas que representam o resultado acumulado de algumas transações, por exemplo, grupo de contas do imobilizado; e
- ▶ Revisão analítica: consiste este procedimento em elaborar, para as áreas ou contas sob exame, uma análise comparativa de saldos, com o propósito de verificar se ocorreram variações significativas e, se for o caso, solicitar explicação para as mesmas.

5.4. Determinação de amostras

Os auditores fazem uso de uma série de técnicas de amostragem, uma vez que não é prático, e muitas vezes inviável, aplicar testes no universo inteiro de itens que circulam em uma demonstração financeira. O processo de amostragem pode se basear em conhecimentos estatísticos complexos, em padrões adotados pela indústria e até mesmo ser resultado de critérios próprios de um auditor experiente.

Numa amostragem estatística o tamanho da amostra é derivado de uma função matemática que combina o nível de materialidade, a avaliação de risco de detecção e o tamanho da conta em questão. As diferentes empresas de auditoria utilizam modelos estatísticos próprios para a determinação do tamanho da amostra com base nas características específicas do negócio e da conta em análise e na experiência prévia de seus auditores seniores. O Box 5 apresenta um exemplo prático e simplificado de um processo de determinação de amostra. A amostragem não estatística é usada quando não é possível obter uma amostra que possa ser avaliada estatisticamente, ou quando o auditor possui um conhecimento considerável do negócio e da conta específica que está sendo analisada. Por exemplo, uma amostra não estatística poderia ser utilizada caso os auditores soubessem que, para um balanço da conta Contas a Receber, de 100 clientes, 10 deles representam 80 por cento do valor total da conta. O auditor poderia aplicar testes nas 10 contas de maior valor e, caso julgasse necessário, examinaria algumas das contas remanescentes. Métodos de amostragem estatística são amplamente usados em auditorias de IMF. Dado o grande número de transações, as auditorias da carteira de crédito deveriam utilizar a amostragem estatística.³³

³³ CGAP. "External Audits of Microfinance Institutions – A Handbook", 1998.

Como já mencionado anteriormente, as IMFs apresentam características únicas, que exigem atenção especial dos auditores quando do planejamento e realização dos trabalhos. A seguir, para as principais contas contábeis, são apresentadas suas características, os riscos envolvidos e os testes de auditoria a serem aplicados.

Box 4: Exemplo de determinação de tamanho de amostra

O exemplo simplificado abaixo ilustra como definir o tamanho da amostra para testar o balanço anual de empréstimos através de visitas a clientes. Este não tem a pretensão de ser normativo. O exemplo supõe uma amostra estatística representativa. Textos de auditoria e estatística deveriam ser consultados para maior orientação.

Supondo que uma IMF tem ativo total de R\$ 1.000.000, do qual o balanço bruto da carteira de empréstimos é de R\$900.000. A IMF tem 3.000 clientes, dos quais o saldo devedor médio é R\$300.

Se for utilizado um fator de materialidade de 1% e se o componente crítico for o ativo total, então o nível de materialidade será 1% de R\$1.000.000, ou seja, R\$10.000. O tamanho da amostra poderia então ser calculado pela divisão do balanço total pelo nível de materialidade. Neste caso, o tamanho da amostra seria:

$$\begin{array}{l} \text{Balanço da carteira} = \frac{\$900.000}{\$10.000} = 90 \text{ seleções (3\% dos clientes da IMF)} \\ \text{Intervalo de seleção} \end{array}$$

A determinação do fator de materialidade deve depender da avaliação do auditor sobre o grau de confiança que ele confere aos controles internos da instituição. As empresas de auditoria têm diferentes abordagens em relação a esta avaliação.

Por exemplo, se o auditor tem alta confiança nos controles internos da IMF, o nível de materialidade poderia ser elevado para R\$12.000 (1,2 por cento do ativo total). Então, o tamanho da amostra seria:

$$\begin{array}{l} \text{Balanço da carteira} = \frac{\$900.000}{\$12.000} = 75 \text{ seleções (2,5 por cento dos clientes da IMF)} \\ \text{Intervalo de seleção} \end{array}$$

Uma situação mais provável em uma auditoria de IMF é aquela na qual o auditor não deposita grande confiança nos controles internos. Assim, o nível de materialidade poderia ser diminuído para R\$6.000 (0,6 por cento do ativo total), resultando em um tamanho maior de amostra:

$$\begin{array}{l} \text{Balanço da carteira} = \frac{\$900.000}{\$6.000} = 150 \text{ seleções (5,0 por cento dos clientes da IMF)} \\ \text{Intervalo de seleção} \end{array}$$

Para IMFs com um pequeno número de clientes, os níveis de materialidade podem ter que ser abaixados para render o grau necessário de significância estatística. Em qualquer caso, há um inevitável elemento subjetivo na avaliação dos controles internos e na escolha do nível de materialidade, fazendo com que seja impossível a recomendação de tamanhos de amostras específicos.

Fonte: External audit of Microfinance Institutions: A Handbook, V.2. CGAP

5.5. Principais Contas

CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

Numa instituição de microfinanças a carteira de crédito representa o principal ativo da organização, sua principal fonte de receita e de risco. Neste sentido, atenção especial deve ser dedicada a investigações relativas à carteira, desde a análise de todo o processo de concessão de crédito e procedimentos de acompanhamento da carteira, às políticas de provisionamento e reconhecimento de perdas (o capítulo 3 apresenta uma abordagem detalhada das questões operacionais relativas à carteira de crédito).

Principais características

- ▶ Grande número de pequenos empréstimos com o recebimento de um número ainda maior de pequenos pagamentos;
- ▶ Operações de concessão de crédito geralmente descentralizadas e sem segregação adequada de funções;
- ▶ Fragilidades dos sistemas de informação e de controle, fazendo com que a administração da carteira se apresente como grande desafio;
- ▶ Os sistemas de acompanhamento da carteira e sistemas contábeis raramente estão integrados; e
- ▶ Muitas IMFs apresentam rápido crescimento em suas carteiras de crédito. As instituições nem sempre estão estruturadas para gerir de forma eficiente tal crescimento.

Principais riscos

Risco de crédito

Dado o grande número de pequenos empréstimos, a inadimplência de um único cliente não representa uma porcentagem de risco relevante em relação à carteira total da instituição. No entanto, dado seu grau de volatilidade, seu caráter de curto prazo e o efeito da inadimplência pontual sobre os demais clientes, uma carteira saudável pode se deteriorar rapidamente. Embora várias IMFs mantenham baixas taxas de inadimplência e perda, o desempenho do pagamento de seus clientes pode ser mais inconstante que o dos clientes dos bancos comerciais. A gestão da inadimplência deve ser rigorosa, garantindo a qualidade da carteira e reduzindo a exposição da instituição ao risco de crédito.

Risco de fraude

Dadas as características operacionais e gerenciais das IMFs, especialmente seu caráter descentralizado conjugado a frágeis sistemas de controle e gestão, cria-se um ambiente propício à prática de fraudes.

Audidores externos devem se certificar de que seus clientes, as IMFs, entendem que, enquanto casos de fraude podem ser identificados no curso normal das atividades de auditoria, detectar fraude não é o foco principal do programa. Os auditores devem, sim, identificar as falhas de controle que aumentam as oportunidades de fraude. Dado o grande número de transações, casos de fraude podem facilmente



escapar da observação do auditor externo, especialmente quando a auditoria não inclui um grande número de visitas a clientes. Com um número adequado de visitas, um auditor poderia detectar a existência de clientes fictícios ou de pagamentos roubados.³³ Aqui, questões relacionadas ao custo da auditoria devem ser avaliadas. Dado, em geral, o alto grau de fragilidade dos controles mantidos pelas IMFs, os testes e as visitas a clientes, podem se tornar muito amplos, inviabilizando, por razões de custo, a realização da auditoria. Este é um desafio que instituições e auditores externos têm enfrentado e cuja superação passa pelo fortalecimento institucional das organizações.

Risco de taxas de juros e câmbio

Em IMFs o risco relacionado à variação da taxa de juros existe quando se dá um descasamento, seja de composição da taxa ou de prazo, entre a captação e a aplicação de recursos. Em geral, as IMFs têm como parte de suas políticas de concessão de crédito a cobrança de juros pré-fixados. No entanto, captam a taxas, normalmente, indexadas a algum índice de referência. Nesse sentido, a instituição se vê exposta a possíveis perdas em função da elevação das taxas de juros no mercado.

O risco de câmbio existe quando uma IMF capta recursos em moeda estrangeira, ficando sujeita a aumentos ou reduções no valor de suas obrigações financeiras em função da variação do câmbio. No Brasil não é permitido que se realize transações de crédito em moeda estrangeira.

Principais procedimentos de auditoria

Testes de observância:

- ▶ Identificar as políticas, as normas e os procedimentos para concessão de crédito.
- ▶ Verificar se todos os funcionários envolvidos tomaram conhecimento das normas e dos procedimentos e se foram devidamente instruídos a respeito.
- ▶ Verificar se estas normas e procedimentos estão sendo cumpridos.
- ▶ Verificar se o sistema de acompanhamento da carteira reflete corretamente os empréstimos desembolsados, os pagamentos recebidos e o status atual dos saldos devedores. (Ver Box 6)
- ▶ Verificar a segurança do sistema de acompanhamento da carteira.
- ▶ Visitar agências, quando for o caso, com a finalidade de testar o cumprimento das políticas e procedimentos da IMF, mas também para avaliar o ambiente de controle neste nível.
- ▶ Realizar visitas a clientes, incluindo clientes ativos e não ativos, com a finalidade de confirmar se os clientes existem e se as informações sobre os empréstimos são válidas e precisas. Dependendo do grau de confiabilidade dos controles da IMF, a necessidade de visitas a clientes pode acrescentar significativamente aos esforços da auditoria externa.

³³ CGAP. "External Audits of Microfinance Institutions – A Handbook", 1998.



Box 5: Questões específicas sobre o sistema de acompanhamento da carteira

- O sistema fornece informações sobre inadimplência, incluindo os balanços inadimplentes antigos, dando suporte adequado para as decisões de provisionamento e de baixas?
- O sistema mantém informações resumidas sobre o histórico de pagamento dos clientes mesmo depois que os empréstimos foram quitados?
- O sistema segrega empréstimos refinanciados e renegociados?
- O sistema identifica a forma de quitação do empréstimo (cheque, dinheiro, ativo etc.)?

Testes substantivos:

- ▶ Realizar visitas a clientes ativos com a finalidade de verificar a exatidão dos saldos devedores. Aqui, o tamanho da amostra deverá ser maior que nos testes de observância;
- ▶ Verificar a exatidão do valor da carteira; e
- ▶ Confrontar o saldo da carteira com o saldo contábil.

O auditor externo deve decidir se as discrepâncias encontradas nas reconciliações representam fraquezas sistemáticas relevantes ou se representam um nível de falhas aceitável.

Testes de revisão analítica:

- ▶ O auditor externo deve comparar os dados da carteira de crédito do ano corrente com os dados de anos anteriores, para verificar se ocorreram variações significativas e procurar identificar suas causas e conformidade com as operações da instituição. Flutuações significativas devem ser discutidas com a administração. O auditor também deve considerar a possibilidade de segregar a carteira em sub-grupos, avaliando suas tendências e características. Quanto mais detalhada for a análise, maior será o seu grau de confiança.

Testes específicos:

Procedimentos para a realização de testes específicos podem ser solicitados por uma série de razões, dentre elas:

- ▶ O cliente tem interesse em investigar elementos críticos relacionados à carteira de crédito (ex.: o relatório de inadimplência e o cumprimento das políticas e procedimentos) e que não estão dentro do escopo da auditoria tradicional de demonstrações financeiras;
- ▶ Os procedimentos podem fazer parte do trabalho regular de auditoria, mas o cliente deseja que ele seja desenvolvido com um maior grau de profundidade; e
- ▶ Mais uma vez, podem já fazer parte de um programa tradicional de auditoria, mas o cliente deseja um relatório específico sobre os testes aplicados.

PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS E BAIXA DE EMPRÉSTIMOS.

Principais características

- ▶ As IMFs, geralmente, não possuem políticas consistentes para constituição da provisão para devedores duvidosos e para a baixa de empréstimos não pagos;
- ▶ A maioria das IMFs não possui dados históricos sobre inadimplência e perdas;
- ▶ Muitas IMFs estão isentas do imposto sobre a renda, não auferindo benefícios fiscais sobre o provisionamento para devedores duvidosos;
- ▶ Algumas IMFs consideram apenas as parcelas vencidas para cálculo da provisão, não incluindo as parcelas vincendas de um empréstimo cujo cliente esteja inadimplente; e
- ▶ Um novo empréstimo pode ser concedido com o único propósito de liquidar um empréstimo anterior, sendo que o valor desse novo empréstimo, por não ter parcelas vencidas, não é considerado para cálculo da provisão.

Principais riscos

- ▶ Com freqüência, o valor da provisão é subestimado, sobre-avaliando a carteira de crédito e o resultado do exercício;
- ▶ A falta de uma política consistente de provisionamento e reconhecimento de perda pode mascarar o fraco desempenho da instituição, não permitindo à gerência tomar as ações necessárias à manutenção de sua saúde financeira.

Principais procedimentos de auditoria

Testes de observância:

- ▶ Identificar a política para cálculo do valor da provisão e para baixa de valores incobráveis;³⁵
- ▶ Verificar se a política definida está sendo cumprida, efetuando a validação do cálculo da provisão e examinando as baixas efetuadas e os valores contidos no relatório de inadimplência;
- ▶ Avaliar a qualidade da informação gerada a ser utilizada como base no provisionamento e na baixa de valores incobráveis. Por melhor que seja a política de provisionamento e perdas da instituição, os resultados dependem da qualidade da informação utilizada;
- ▶ Verificar a segurança do sistema de controle das parcelas não pagas; e
- ▶ Realizar visitas a clientes para confirmar a inadimplência.

Testes substantivos:

- ▶ Verificar a exatidão do saldo devedor de clientes previamente selecionados;
- ▶ Verificar a exatidão do valor da carteira em atraso.

³⁵ Uma política de baixa de valores incobráveis precisa reconhecer que a cobrança legal de pequenos empréstimos é, na maioria dos casos, inviável em termos de custos.

Testes de revisão analítica:

- ▶ Analisar o saldo da provisão ao longo do período para verificar se ocorreram variações significativas e procurar identificar suas causas e conformidade com as operações;
- ▶ Comparar os valores das perdas em relação à carteira crédito;
- ▶ Comparar a recuperação subsequente dos valores que foram dados como baixa, como uma porcentagem das baixas ou do total de empréstimos;
- ▶ Comparar possíveis padrões de inadimplência, incluindo a inadimplência por antiguidade, como um percentual da carteira ou concentrações de inadimplência (ex.: por agência); e
- ▶ Observar, no caso de IMFs reguladas, se as provisões para devedores duvidosos e a baixa de valores incobráveis atendem às exigências da autoridade reguladora.



CAIXA E BANCOS (INCLUINDO APLICAÇÕES FINANCEIRAS)

Principais características

- ▶ Algumas IMFs concentram e transferem dinheiro de uma maneira relativamente informal, constituindo um balanço importante numa auditoria externa;
- ▶ A falta de bancos em algumas áreas pode contribuir para a existência de valores significativos em moeda corrente no caixa da IMF;
- ▶ Por vezes as doações ou empréstimos têm fins específicos, e por isso os doadores ou fornecedores de recursos podem obrigar a IMF a manter conta bancária específica para controlar cada doação ou empréstimo; e
- ▶ Embora a cobrança seja quase sempre feita com a utilização dos serviços bancários, ocorrem pagamentos nos escritórios da IMF.

Principais riscos

Risco de liquidez

- ▶ Uma motivação para que os clientes paguem em dia é a possibilidade de acesso a novo empréstimo, mais facilmente e de maior valor. Havendo falta de liquidez, não sendo concedidos novos empréstimos, pode surgir uma motivação para o não-pagamento por parte dos outros clientes;
- ▶ Baixa liquidez pode forçar a IMF a indeferir repetidos empréstimos. Isto pode se espalhar rapidamente resultando, freqüentemente, em severa inadimplência;
- ▶ A freqüência do recebimento de doações ou empréstimos nem sempre é ajustada às necessidades comerciais da IMF. Atrasos e imprevistos nestes recebimentos são comuns, dificultando o planejamento do fluxo de caixa;
- ▶ Doadores ou fornecedores de recursos podem impedir que a IMF utilize seus fundos para suprir suas necessidades imediatas de caixa; e
- ▶ Falta de comunicação rápida entre as agências da IMF pode dificultar o gerenciamento da liquidez.

Riscos de fraude

- ▶ A maioria dos sistemas de segurança de uma IMF são frágeis;
- ▶ A existência de moeda corrente no caixa da IMF cria um ambiente propício à prática fraudulenta; e
- ▶ A cobrança feita por agentes de crédito enseja a ocorrência de fraude. O agente pode não informar ou informar com atraso a cobrança efetuada.

Riscos de auditoria

- ▶ Falta de segregação de função na área de caixa e banco, principalmente nas filiais.



Principais procedimentos de auditoria

Testes de observância:

- ▶ Examinar a segregação de tarefas e controles internos para as transações de caixa;
- ▶ Avaliar os processos relacionados à movimentação de caixa dentro da instituição; e
- ▶ Testar processos de conciliação bancária. Atenção especial deve ser dada a existência de pendências antigas ou de valor significativo na reconciliação bancária, bem como à aprovação para baixa ou compensação destes valores.

Testes substantivos:

- ▶ Confirmar os balanços das contas bancárias da IMF;
- ▶ Para dinheiro em espécie o auditor deve testar a documentação de contagem.

Se não há uma divisão de tarefas e tampouco controles internos adequados, o auditor deve expandir os testes e examinar o registro dos pagamentos recentes de empréstimos, determinando se foram realmente realizados, visitando os clientes e requisitando informações sobre o seu saldo devedor e sobre os pagamentos feitos até a data.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Principais características

- ▶ A composição do saldo do patrimônio varia em função da estrutura legal da IMF;
- ▶ Em uma IMF sem fins lucrativos (ONG ou OSCIP), o saldo é formado, em geral, pelo aporte inicial de recursos, por doações posteriores e por lucros e perdas acumuladas;
- ▶ Em uma IMF com fins lucrativos (SCM), o saldo é formado, em geral, pelo capital, aporte dos acionistas e pelos lucros e perdas acumulados; e
- ▶ Alguns cooperantes podem fazer doações condicionais, das quais exigem o reembolso na ocorrência de algum evento específico. Nesses casos a doação é contabilizada como um passivo.

Principais riscos

Risco fiduciário

O capital de uma IMF apresenta risco fiduciário porque os doadores freqüentemente exigem que seus fundos sejam diferenciados dos outros fundos e atividades da IMF. Por exemplo, se um doador restringe seus fundos a programas específicos de educação ou empréstimo, a IMF deve diferenciar tais fundos, tanto em contas correntes como contas de capital, através de um sistema contábil de fundos adequado. Se a IMF mistura os fundos desse doador, se arrisca a perder doações futuras e pode até ser legalmente obrigada a devolver os fundos recebidos.

Risco regulatório

O risco regulatório relacionado ao capital é alto para as IMFs reguladas - geralmente IMFs autorizadas a captar depósitos. Os reguladores, em geral, impõem níveis mínimos de capital e razão capital-ativo para promover segurança e estabilidade ao sistema. Além disso, instituições reguladas são freqüentemente requisitadas a reter uma certa porcentagem do seu capital excedente. A falha em cumprir com estas exigências pode ter drásticas conseqüências, inclusive o fechamento da IMF.

Principais procedimentos de auditoria

Testes de observância:

- ▶ Verificar o cumprimento das exigências dos doadores;
- ▶ Verificar a correta classificação das doações condicionais; e
- ▶ Verificar a adesão à regulamentação que envolve questões relativas ao capital (ex.: capital mínimo, grau de alavancagem etc).

Testes substantivos

- ▶ Examinar os ganhos ou perdas realizadas no ano corrente;
- ▶ Examinar as variações no patrimônio.

EMPRÉSTIMOS

Principais características

- ▶ Empréstimos podem ser concedidos para aplicação em projetos/fins específicos;
- ▶ Pode haver cláusulas contratuais: exigindo a antecipação de pagamento na ocorrência de algum evento; e restringindo o público-alvo e os valores dos empréstimos a serem concedidos.

Principais riscos

Risco fiduciário

- ▶ Fornecedores de recursos podem exigir que os fundos sejam diferenciados e aplicados em atividades específicas.

Risco de liquidez

- ▶ A exigência de pagamento antecipado pode afetar o fluxo de caixa da IMFs.

Principais procedimentos de auditoria

Testes de observância:

- ▶ Verificar o cumprimento das exigências dos provedores de recursos;
- ▶ Verificar a não-ocorrência de eventos que exijam o pagamento antecipado.



CONTAS A PAGAR E ACUMULADAS

Principais características

- ▶ As IMFs estão sujeitas a possíveis subestimações das contas a pagar em função de não possuírem políticas contábeis definidas ou, no caso delas existirem, não serem corretamente aplicadas.

Principais riscos

- ▶ Por não haver política, ou por sua precária aplicação, os valores podem ser registrados de forma inconsistente.

Principais procedimentos de auditoria

Testes de observância:

- ▶ Verificar a autenticidade da documentação comprobatória, a autorização, o registro correto no período apropriado, a adequação entre ordens de aquisição e recibos de emissão e o valor do pagamento.

Testes substantivos

- ▶ Testar o balanço das contas a pagar avaliando se o valor não está subestimado.

Testes de revisão analítica

- ▶ Desenvolver uma expectativa independente das despesas acumuladas e compará-las com o que a IMF tem registrado.

RECEITAS E DESPESAS

Características principais

- ▶ As receitas de uma IMF incluem, basicamente: taxas de abertura de crédito, juros sobre empréstimos, multas e juros de mora, rendimento de aplicações financeiras;
- ▶ Pode ocorrer que alguma IMF registre o valor de doações como receita;
- ▶ Algumas IMFs fornecem serviços não financeiros, podendo ter outras fontes de receitas;
- ▶ As despesas incluem: gastos com pessoal, outras despesas administrativas e encargos financeiros; e
- ▶ As despesas com folha de pagamento são proporcionalmente altas para as IMFs.³⁶

Principais riscos

- ▶ Geralmente as IMFs não possuem uma política bem definida e consistentemente aplicada no tratamento contábil destas contas;
- ▶ A descentralização dificulta a entrega de documentos, o que pode resultar em registros equivocados quanto a sua competência;
- ▶ Registrar o valor dos juros a receber na própria conta da carteira de empréstimos, juntamente com o valor a receber do principal, podendo, quando o empréstimo não for pago, continuar a registrar os correspondentes juros a receber das parcelas não pagas;
- ▶ Pode não haver políticas bem definidas para imobilização de bens, podendo o valor do bem ser registrado como despesa do exercício. Também, não é comum o registro da depreciação; e
- ▶ Há, em geral, uma tendência a subestimar as despesas.

Principais procedimentos de auditoria

Testes substantivos

- ▶ Verificar o cálculo e o registro de provisões de despesas;
- ▶ Devido à possibilidade de surgirem contingências trabalhistas, deve merecer atenção o cálculo, a retenção e o pagamento e/ou recolhimento dos encargos trabalhistas.

³⁶ Algumas IMFs possuem programas de incentivo e remuneração variável.



Capítulo

6

6. Conceituação Teórica

O capítulo sete apresenta, de forma breve, a fundamentação teórica que serviu de base para a proposição dos procedimentos a serem observados e dos programas a serem aplicados.

6.1. Objetivos da auditoria

O objetivo principal do exame normal de auditoria das demonstrações contábeis é expressar uma opinião sobre a propriedade das mesmas e assegurar que elas representem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações correspondentes aos períodos em exame, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e, quando aplicável, de legislação específica (ex.: normas expedidas pelo Banco Central).

O exame deve ser efetuado de acordo com as normas de auditoria, inclusive quanto às provas nos registros contábeis e aos procedimentos de auditoria julgados necessários nas circunstâncias, cercandose dos procedimentos que lhe permitam assegurar a inexistência de valores ou fatos não constantes das demonstrações. O exame não é destinado especificamente a desvendar fraudes e outras irregularidades. Entretanto, o auditor deve estar alerta à possibilidade da existência destas, que em alguns casos poderá até afetar a posição patrimonial e financeira.

Como objetivos paralelos, o auditor, como resultado do seu trabalho, poderá formular sugestões para fortalecimento dos controles internos, planejamento fiscal ou economia de impostos etc. Cabe ainda observar que o exame não levará em consideração apenas os fatores sob controle da contabilidade, mas, também, outros fatos administrativos que influenciem os saldos apresentados nas demonstrações contábeis.

6.2. Ética profissional

Os trabalhos de auditoria apóiam-se em dois aspectos fundamentais:

Independência - o auditor não poderá expressar opinião sobre as demonstrações contábeis quando tiver interesses na empresa auditada ou tiver vínculo familiar com pessoa-chave da administração.

Confidencialidade - o auditor deve manter confidencialidade sobre os fatos e conhecimentos obtidos.

6.3. Normas relativas à execução dos trabalhos

Os trabalhos de auditoria, para serem realizados na base de teste de uma amostra previamente selecionada e de modo a permitir a formação de uma opinião, compreendem as seguintes etapas:

Planejamento e supervisão - o trabalho deve ser adequadamente planejado e, quando executado por contabilistas assistentes, estes precisam ser convenientemente supervisionados.

Avaliação do sistema contábil e de controle interno - o auditor deve antes avaliar o sistema contábil e de controle interno para, com base na confiança que neles possa depositar, definir a extensão e a profundidade dos trabalhos. Para tanto, deve ainda atentar para as características operacionais da instituição, os controles alternativos e a materialidade do saldo sob exame.

Extensão dos procedimentos de auditoria - cabe ao auditor aplicar os procedimentos definidos nos Programas de Auditoria, adequando-os a cada caso e aplicando-os na profundidade e extensão julgadas necessárias.

6.4. Normas relativas à pessoa do auditor

No que diz respeito à pessoa do auditor, são consideradas como características fundamentais:

Competência técnica - a auditoria deve ser realizada por pessoa legalmente habilitada, com conhecimento atualizado das normas usuais e dos procedimentos de auditoria, dos princípios e normas contábeis, das modernas técnicas empresariais, com conhecimentos de processamento de dados e, no caso específico, com conhecimento sobre microfinanças.

Independência - o auditor deve ser independente em todos os assuntos relativos ao seu trabalho. Não deve ter grau de parentesco com os administradores da empresa auditada, nem ter interesses financeiros na mesma.

Cuidado e zelo - no exercício profissional o auditor deverá manter fiel observância às disposições contidas no Código de Ética Profissional do Contabilista.

6.5. Regulamentação do trabalho do auditor

O auditor independente deve realizar seu trabalho observando o que determinam as Normas Brasileiras, mais especificamente, aquelas contidas na RESOLUÇÃO CFC NO. 820/97, que aprova a NBC T 11 - Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis e na RESOLUÇÃO CFC NO. 821/97, que aprova a NBC P 1 - Normas Profissionais de Auditor Independente. No que diz respeito ao planejamento, é oportuno transcrever o que está definido no item 11.2.1 das Normas de Auditoria Independente (NBC T 11), a saber:

- ▶ "11.2.1.1 - O auditor deve planejar seu trabalho consoante as Normas Brasileiras de Auditor Independente e estas normas, e de acordo com os prazos e demais compromissos contratualmente assumidos com a entidade."
- ▶ "11.2.1.2 - O planejamento pressupõe adequado nível de conhecimento sobre as atividades, os fatores econômicos, legislação aplicável e as práticas operacionais da entidade, e o nível geral de competência de sua administração."
- ▶ "11.2.1.3 - O planejamento deve considerar todos os fatores relevantes na execução dos trabalhos, especialmente os seguintes:"
 - a) "o conhecimento detalhado das práticas contábeis adotadas pela entidade e as alterações procedidas em relação ao exercício anterior;"
 - b) "o conhecimento detalhado do sistema contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade;"
 - c) "os riscos de auditoria e identificação das áreas importantes da entidade, quer pelo volume de transações, quer pela complexidade de suas atividades;"
 - d) "a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados;"
 - e) "a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas;"
 - f) "o uso dos trabalhos de outros auditores independentes, especialistas e auditores internos;"
 - g) "a natureza, conteúdo e oportunidade dos pareceres, relatórios e outros informes a serem entregues à entidade; e"
 - h) "a necessidade de atender prazos estabelecidos por entidades reguladoras ou fiscalizadoras e para a entidade prestar informações aos demais usuários externos."
- ▶ "11.2.1.4 - O auditor deve documentar seu planejamento geral e preparar programas de trabalho por escrito, detalhando o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade e extensão."
- ▶ "11.2.1.5 - Os programas de trabalho devem ser detalhados de forma a servir como guia e meio de controle e execução."
- ▶ "11.2.1.6 - O planejamento da auditoria, quando incluir a designação de equipe técnica deve prever a orientação e supervisão do auditor, que assumirá total responsabilidade pelos trabalhos executados."
- ▶ "11.2.1.7 - A utilização da equipe técnica deve ser prevista de maneira a fornecer razoável segurança de que o trabalho venha a ser executado por pessoa com capacitação profissional, independência e treinamento requeridos nas circunstâncias."
- ▶ "11.2.1.8 - O planejamento e os programas de trabalhos devem ser revisados e atualizados

sempre que novos fatos o recomendarem."

- ▶ "11.2.1.9 - Quando for realizada uma auditoria pela primeira vez na entidade, ou quando as demonstrações contábeis do exercício anterior tenham sido examinadas por outro auditor, o planejamento deve contemplar os seguintes procedimentos:"

- a) "obtenção de evidências suficientes de que os saldos de abertura do exercício não contenham representações errôneas ou inconsistentes que, de alguma maneira, distorçam as demonstrações contábeis do exercício atual;"
- b) "exame das adequações dos saldos de encerramento do exercício anterior com os saldos de abertura do exercício atual;"
- c) "verificação se as práticas contábeis adotadas no exercício atual são uniformes com as adotadas no exercício anterior;"
- d) "identificação de fatos relevantes que possam afetar as atividades da entidade e sua situação patrimonial e financeira; e"
- e) "identificação de relevantes eventos subseqüentes ao exercício anterior, revelados ou não revelados."

Além destes cuidados referentes ao planejamento, o auditor, ainda de acordo com o que está estabelecido na NBC T 11, deve observar, para a realização dos exames, as normas estabelecidas quanto à (ao):

- ▶ Relevância;
- ▶ Risco de auditoria;
- ▶ Supervisão e controle de qualidade;
- ▶ Estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos;
- ▶ Aplicação dos procedimentos de auditoria;
- ▶ Documentação da auditoria;
- ▶ Continuidade normal das atividades da entidade;
- ▶ Amostragem;
- ▶ Processamento eletrônico de dados;
- ▶ Estimativas contábeis;
- ▶ Transações com partes relacionadas;
- ▶ Transações e eventos subseqüentes;
- ▶ Carta de responsabilidade da administração; e
- ▶ Contingências.

6.6 Relatório de auditoria

Depois que todos os testes foram aplicados e avaliados e uma apreciação foi feita sobre se as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com uma estrutura aceitável, o auditor externo deve ser capaz de emitir um parecer por escrito sobre as demonstrações financeiras tomadas como um todo.



O parecer deve expressar, clara e objetivamente, se as demonstrações contábeis auditadas, em todos os aspectos relevantes, na opinião do auditor, estão adequadamente representadas ou não, consoantes às disposições contidas nos princípios de contabilidade e nas normas brasileira de contabilidade e, no que for pertinente, em legislação específica.

Um dos produtos do processo de auditoria externa é a identificação de preocupações ou fraquezas que se tornaram aparentes durante a auditoria, e o fornecimento de recomendações construtivas que a administração pode usar para administrar melhor as operações ou para solidificar os controles internos. Os auditores devem comunicar seus resultados ao conselho diretor ou ao comitê de auditoria de uma IMF na forma de uma Carta à Administração.

Esta carta é particularmente importante para as IMFs porque muitas têm controles internos fracos. Muito freqüentemente as Cartas à Administração contêm questões genéricas - linguagem pouco definida que pouco ilumina os problemas específicos da IMF, e pouca orientação concreta para a administração quando trata dessas fraquezas, o que reduz dramaticamente a sua utilidade no sentido de implementar melhorias nos processos da instituição.





Capítulo

7

7. Programas de Auditoria

O capítulo sete complementa os dois anteriores, apresentando 15 programas de auditoria que cobrem os principais procedimentos a serem aplicados para exame das demonstrações contábeis e da carteira de crédito de uma IMF. Embora bastante detalhados, contemplando os mais diversos aspectos, em hipótese alguma fica excluída a possibilidade e/ou a necessidade, nem mesmo a responsabilidade, do auditor em adequá-los às reais circunstâncias de cada exame, respeitando as particularidades da entidade auditada.

Os programas foram desenvolvidos considerando as especificidades das IMFs. Por esta razão, não foram desenvolvidos programas para "compras" e "estoque", bem como, não foi previsto a circularização para confirmação do saldo de clientes e fornecedores, por não ser aplicável. Foram elaborados 15 programas de auditoria para as Áreas/Contas mais relevantes na operação de uma instituição que opera com microcrédito. Também foi elaborado um programa para a realização da auditoria de sistema. Os programas de auditoria têm o seguinte conteúdo básico, que pode conter pequena variação de um para outro programa:

- ▶ Introdução, onde é feita uma breve apresentação do programa;
- ▶ Objetivo, contendo as metas específicas a serem atingidas pela auditoria da área ou conta;
- ▶ Entendimento das operações e avaliação dos controles internos, com a indicação de que antes da aplicação dos procedimentos deve haver o entendimento das operações e o levantamento, confirmação e avaliação dos controles internos, devendo ser dada a devida atenção às características específicas de uma entidade de microfinanças, aos controles alternativos e à relevância do valor sob exame;
- ▶ Teste de transações e saldos, apresentando os procedimentos a serem observados pelo auditor;
- ▶ Revisão analítica, contendo a definição para que seja feita uma análise comparativa de saldos da conta auditada; e
- ▶ Conclusão, consistindo na opinião do auditor sobre a área ou conta auditada.

A seguir são apresentados os programas.



Programa de: Operações de crédito – empréstimos/financiamentos.		
		1
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Introdução:</p> <p>Este programa de auditoria é um guia de orientação ao auditor, para evitar desvios de objetivos, dispersão de esforços, esquecimento e incertezas quanto ao tipo, forma e aplicação, extensão e profundidade dos procedimentos. O programa deve ser preparado de tal forma que permita sintonia de procedimentos de auditoria em relação às características próprias de cada instituição, eis porque, nenhum programa padrão, por mais completo que possa parecer, será perfeitamente satisfatório à instituição.</p> <p>Este programa se aplica ao exame das transações e registros relativos às operações de crédito, objetivo operacional da instituição. Abrange o ciclo de transações iniciado com a emissão do cadastro do proponente e completado com o respectivo recebimento, parcial ao total, do crédito concedido.</p> <p>Objetivo:</p> <p>O exame das operações de créditos tem como objetivos principais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Certificar que as transações sobre as operações de créditos sejam legítimas, estejam comprovadas por documentação hábil e registradas nos livros da instituição; 2. Certificar que o numerário proveniente do contrato de operação de crédito tenha sido entregue ao proponente na mesma ocasião em que o contrato foi registrado; 3. Determinar que as operações de créditos estejam adequadas e consistentemente apresentadas nas demonstrações financeiras; e, 4. Certificar que a legislação pertinente à instituição vem sendo seguida. 		
--	--	--

Programa de: **Operações de crédito – empréstimos/financiamentos.**

1

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

Teste de observância:

1. Obter uma compreensão do fluxo de operações acompanhando uma transação qualquer de operação de crédito durante as diversas fases de tramitação (desde a elaboração da ficha cadastral, documento que comprove o parecer sobre o proponente, do agente de crédito ou da pessoa responsável pelo crédito, aprovação do crédito, registro no sistema etc. , até a emissão de cheque). Inquirir quando às funções e atribuições dos funcionários em todo seu contexto. Verificar, na mesma ocasião, como são feitos os registros nos livros contábeis e fiscais.
2. Certificar que os procedimentos utilizados em sucursal são os mesmos utilizados na matriz. Qualquer procedimento diferente utilizado pela matriz deve ser levantado, registrado, avaliado e testado em suas particularidades.
3. Registrar o entendimento dos procedimentos por meio de fluxograma ou narrativas, o que for mais conveniente no momento. As seguintes fontes deverão ser consultadas, caso disponível:
 - a) Manual de procedimentos;
 - b) Manual de plano de contas;
 - c) Instruções, formulários e normas internas e externas;
 - d) Relatórios de auditoria interna; e,
 - e) Papeis de trabalho do ano anterior.

Programa de: **Operações de crédito – empréstimos/financiamentos.**

1

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>4. Obter “fac-símile” dos documentos e formulários emitidos (ficha cadastral, proposta para operação de crédito, etc.) para arquivamento na pasta permanente.</p> <p>5. Obter e examinar os relatórios mensais preparados pela instituição envolvendo operações de créditos (estatísticas de operações de créditos, projeções, etc.), familiarizando-se com os negócios da instituição.</p> <p>6. Obter informação sobre o treinamento dos agentes de crédito.</p> <p>7. Obter informação sobre a política de cobrança de clientes em atraso.</p> <p>8. Avaliar os controles contábeis internos.</p> <p>9. Com base nas informações colhidas em 1. a 7. acima:</p> <p style="padding-left: 20px;">a) Atualizar as anotações arquivadas na pasta permanente; e,</p> <p style="padding-left: 20px;">b) Julgar a necessidade de efetuar alterações no programa de auditoria, discutindo suas sugestões com o encarregado do serviço.</p> <p>Teste das transações e saldos:</p> <p>1. Obter ou preparar uma análise do comportamento das operações de créditos. Esta análise deverá ser conferida com os registros contábeis e conter os seguintes dados para efeito comparativo:</p>		
---	--	--

Programa de: **Operações de crédito – empréstimos/financiamentos.**

1

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>a) Total anual das operações de créditos, deduções e porcentagem do lucro sobre as operações de créditos, do exercício anterior;</p> <p>b) Total anual das operações de créditos, outras deduções e porcentagem do lucro sobre as operações de créditos, do exercício corrente;</p> <p>c) Total anual das operações de créditos, outras deduções e porcentagem do lucro bruto sobre as operações de créditos, conforme orçamentos ou projeções das operações de créditos, do exercício corrente; e,</p> <p>d) Totais mensais (exercício corrente) das operações de créditos, outras deduções e porcentagem do lucro bruto sobre as operações de créditos.</p> <p>2. Obter ou preparar uma análise estatística por tipo de operações de créditos anuais, para comparar com os mesmos dados referentes ao exercício anterior. Esta análise deverá conter dados em quantidades e valores totais em reais, além das porcentagens correspondentes a variações.</p> <p>3. Interpretar por comparações, as análises em 1. e 2. acima e obter, especialmente junto ao setor de crédito, as justificativas para as variações ocorridas nas operações de créditos, nas deduções e, em consequência, nas porcentagens de lucro bruto sobre as operações de créditos. Julgar as explicações obtidas e anotar suas conclusões. Investigar as variações que demonstrem distorções ou que não se enquadre como normais.</p>		
---	--	--

Programa de: **Operações de crédito – empréstimos/financiamentos.**

1

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>4. Obter extrato bancário de uma das contas que a instituição utiliza para conceder créditos e verifique se há conciliação diária entre o extrato bancário, com os contratos efetuados no dia, com os recebimentos do dia e com as contas contábeis. Caso não seja, certifique-se que outros controles são efetuados.</p> <p>5. Para um determinado mês ou período:</p> <p>a) Definir uma amostra, estratificando o universo por grupo de contatos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Contratos já liquidados; ➤ Contratos não vencidos; ➤ Contratos negociados. <p>Segregar cada grupo de contrato por metodologia de crédito:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Crédito individual; ➤ Grupos solidários; ➤ Bancos comunitários. <p>Para cada metodologia de crédito estratificar por finalidade de crédito:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Aquisição do imobilizado; ➤ Manutenção e recuperação de ativo imobilizado; ➤ Capital de giro, e outros. <p>E assim, sucessivamente por:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Valor; ➤ Garantias; 		
---	--	--

Programa de: **Operações de crédito – empréstimos/financiamentos.**

1

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Prazo; ➤ Área geográfica. <p>b) Solicite os respectivos contratos de operação de crédito;</p> <p>c) Solicite os respectivos extratos de contas correntes; e,</p> <p>d) Registre em papel de trabalho o critério utilizado para a seleção dos contratos de operação de crédito testados.</p> <p>6. Com base nos documentos solicitados no item 5. preparar um papel de trabalho, registrando os dados abaixo, e efetuar o seguinte trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Beneficiário; ➤ Valor do crédito; ➤ Taxa de juros; ➤ Valor dos juros a amortizar; ➤ Valor dos juros amortizados; ➤ Valor das despesas cobradas sobre a abertura de crédito; ➤ Abatimentos ou quaisquer outras deduções concedidas; ➤ Valor de juros de mora; ➤ Valor de multa; ➤ Valor do saldo a pagar do empréstimo/financiamento; e, ➤ Datas do início e termino do contrato. <p>a) Verificar a informação do SPC/SERASA sobre os proponentes e avalistas;</p> <p>b) Verificar que as propostas de empréstimo/financiamento emitidas estão sendo conferidas em detalhes;</p>		
--	--	--

Programa de: **Operações de crédito – empréstimos/financiamentos.**

1

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>c) Verifique que as propostas de empréstimo/financiamento estão aprovadas por pessoa competente;</p> <p>d) Verificar se as normas para concessão de empréstimos/financiamentos foram observados nos contratos constantes da amostra e se os mesmos não ferem o objeto social da instituição;</p> <p>e) Cruzar os dados das propostas de empréstimos/financiamentos com os dados do contrato de empréstimos/financiamentos;</p> <p>f) Verifique que os contratos então devidamente assinados pelo proponente, fiador e por pessoa competente da instituição; e,</p> <p>g) Conferir os dados dos contratos de empréstimos/financiamentos com os dados do proponente e fiador, conforme CPF, CNPJ e etc.</p> <p>7. Verificar o registro dos contratos de operações de créditos no sistema que os controlam. Certifique que as características das operações de crédito, abaixo relacionadas, estão de acordo com os contratos.</p> <p>a) Beneficiário;</p> <p>b) Finalidade da operação de crédito (Capital de giro, Capital fixo);</p> <p>c) Modalidade de crédito (Solidário, individual ou associativo);</p> <p>d) Limite do crédito solicitado (de acordo com sua finalidade);</p> <p>e) Valor da operação de crédito;</p>		
--	--	--

Programa de: **Operações de crédito – empréstimos/financiamentos.**

1

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>f) Taxa de juros;</p> <p>g) Garantias;</p> <p>h) Reembolso (pagamento);</p> <p>i) Cobrança;</p> <p>j) Renovação;</p> <p>k) Inadimplência;</p> <p>l) Natureza; e,</p> <p>m) Prazo para reembolso do crédito.</p> <p>8. Verificar se houve bens retirados de proponentes em razão de não pagamento e certifique que os procedimentos que a instituição adotou quanto à apreensão ou sua venda para ressarcir de seu prejuízo.</p> <p>9. Conferir as somas e os cálculos do extrato de contas correntes dos proponentes testados.</p> <p>10. Efetuar um “cut-off” dos contratos de operação de crédito na data do encerramento das demonstrações contábeis.</p> <p>11. Verificar se todos os documentos de solicitação de empréstimos/financiamentos recusados são imediatamente devolvidos ao proponente ou se são eliminados.</p>		
---	--	--

Programa de: **Operações de crédito – empréstimos/financiamentos.**

1

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>12. Verificar se todos os documentos dos proponentes estão arquivados de maneira satisfatória.</p> <p>13. Certificar que o contrato utilizado pela instituição teve a apreciação de um advogado.</p> <p>14. Efetuar leitura nas contas do razão de operação de crédito, atente para lançamentos não usuais ou incomuns, à natureza do movimento dessas contas.</p> <p>15. Verificar a contabilização no razão geral de todos os valores registrados no papel de trabalho preparado no item 6.</p> <p>16. Efetuar teste global dos juros recebidos e a receber sobre o montante da carteira de crédito.</p> <p>17. Obtenha alguns contratos e efetuar visita física aos clientes, peça informação sobre o negócio do cliente, certifique-se que o cliente tem o referido empréstimo com a instituição, obtenha outras informações que de segurança que o empréstimo é real.</p> <p>18. Verificar a conta contábil que registra valores de empréstimos pagos a regularizar e atente para a idade das pendências</p> <p>19. Se necessário, obter alguns contratos de operação de crédito e verificar a sua contabilização.</p> <p>Conclusão:</p> <p>1. Os controles internos são satisfatórios?</p> <p>2. Os saldos parecem corretos?</p>		
--	--	--

Programa de: **Operações de crédito – empréstimos/financiamentos.**

1

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>3. Foram adotados princípios de contabilidade adequados?</p> <p>4. Foram adotadas normas que a instituição está obrigada?</p> <p>5. Esses princípios são consistentes com os do período anterior?</p> <p>6. Há fatos que merecem citação no nosso parecer ou divulgação em notas explicativas?</p>		
Tempo orçado:	Preparado por:	Aprovado por:

Programa de: Folha de Pagamento.		
		2
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Introdução:</p> <p>Este programa de auditoria é um guia de orientação ao auditor, para evitar desvios de objetivos, dispersão de esforços, esquecimento e incertezas quanto ao tipo, forma e aplicação, extensão e profundidade dos procedimentos. O programa deve ser preparado de tal forma que permita sintonia de procedimentos de auditoria em relação às características próprias de cada instituição, eis porque, nenhum programa padrão, por mais completo que possa parecer, será perfeitamente satisfatório à instituição.</p> <p>Este programa se aplica ao exame das despesas com ordenados, salários, comissões e outros proventos pagos ao pessoal através de folha de pagamento. Cobre, também os testes de verificação dos cálculos e retenção de encargos incidentes sobre a remuneração ao pessoal, tais como os descontos de previdência social, Impostos de renda na fonte, imposto sindical, FGTS e outros.</p> <p>Objetivo:</p> <p>O exame das despesas de pessoal tem como objetivo principal determinar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Que os empregados estão sendo pagos de acordo com os valores corretos; 2. Que os pagamentos ao pessoal são devidamente autorizados; 3. Que as despesas de pessoal, inclusive encargos, estão distribuídas contabilmente de forma apropriadas e que estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras. 		
---	--	--

Programa de: Folha de Pagamento.			2
Cliente:	Exercício findo em:		
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data	

<p>Teste de observância:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Obter um prévio entendimento das operações rotineiras realizadas pela empresas: registrar esse entendimento pôr meio de fluxogramas ou narrativas. As seguintes fontes deverão ser consultadas, caso disponível: <ol style="list-style-type: none"> a) Manual de procedimentos; b) Manual de plano de contas; c) Instruções, formulários e normas internas; d) Relatórios da auditoria interna; e, e) Papéis de trabalho. 2. Avaliar os controles contábeis internos. 3. Com base nas informações colhidas em 1 e 2 acima: <ol style="list-style-type: none"> a) Atualizar as anotações arquivadas na pasta permanente; b) Julgar a necessidade de efetuar as alterações no programa de auditoria; e, c) Discutir suas sugestões com o encarregado do serviço. <p>Teste das transações e saldos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Obter, ou preparar, uma análise comparativa mensal das despesas com pessoal com base nas folhas de pagamento mensais, ou seus resumos. Essa análise deverá distribuir as despesas segundo a natureza das classificações contábil. isto é: administração, vendas, etc. Preferivelmente deverá conter, ainda o quantitativo de pessoal lotado em cada categoria de despesas para melhor instruir as comparações. Com base nesta análise, efetuar o seguinte trabalho: 		
---	--	--

Programa de: **Folha de Pagamento.**

2

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>a) Conferir valores com lançamentos nas correspondentes contas do razão geral;</p> <p>b) Apreciar as variações mensais obtendo explicações justificativas para flutuações anormais;</p> <p>c) Observar se a variação dos encargos da empresas (FGTS, INSS, etc.) é compatível com a variação dos salários;</p> <p>d) Conferir o cálculo do aumento em forma global, no caso de ter ocorrido aumentos gerais nos salários motivados por leis ou acordos sindicais;</p> <p>2. Com base na análise de despesas de pessoal, escolher um mês para teste de folha de pagamento e:</p> <p>a) Conferir somas horizontais e verticais (por totais);</p> <p>b) Certificar-se de que as folhas conferidas e aprovadas (verificar evidências).</p> <p>c) Verificar saída de caixa (ou bancos) pelo valor líquido da folha; e,</p> <p>d) Verificar recolhimentos posteriores das importâncias retidas dos empregados (previdência e imposto de renda na fonte) e dos encargos de responsabilidade da empresas (INSS, FGTS, etc.), examinando as correspondentes guias de recolhimento autenticadas pelos bancos.</p> <p>3. Selecionar um determinado número de empregados para teste detalhado da folha de pagamento. A seleção deverá ser diversificada, incluindo salários de pessoal administrativo, funcionários em nível de chefia, supervisão e/ou gerência e executar os procedimentos que se seguem:</p> <p>a) Relacionar os empregados selecionados, indicando: número</p>		
---	--	--

Programa de: **Folha de Pagamento.**

2

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>de inscrição, nome, setor ou centro de custo a que pertencem, salários bruto e líquido e descontos de folha;</p> <p>b) Confrontar detalhes acima com recibos (ou relação de crédito bancário individual) e com registros de empregados;</p> <p>c) Conferir assinaturas do recibo com as constantes no registro de empregados. Investigar divergências;</p> <p>d) Verificar se o registro de empregados encontra-se atualizado em relação às formalidades legais (foto, férias, aumentos, imposto sindical, etc.);</p> <p>e) Examinar arquivos individuais e verificar autorizações para a admissão. Verificar se a admissão foi feita de acordo com os registros estabelecidos pela empresa.</p> <p>f) No caso de salários de operários e, também, dos empregados, obrigados a marcar ponto, inspecionar os correspondentes cartões de ponto verificando:</p> <p>a) Autorizações evidenciadas nos cartões de ponto;</p> <p>b) Se foram cumpridos os horários normais de trabalho;</p> <p>c) Se, no caso em que ocorreram faltas e/ou atrasos, foram estes abonados ou descontados dos salários pagos.</p> <p>g) No caso de comissões, conferir:</p> <p>a) Cálculos das comissões pagas, observando se os critérios para determinar a comissão são os aprovados pela empresa;</p> <p>b) Documentação de suporte ao cálculo das comissões (notas fiscais, duplicatas quitadas, etc.);</p> <p>c) Taxa aplicada no cálculo com contrato de trabalho ou</p>		
---	--	--

Programa de: **Folha de Pagamento.**

2

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>registro de empregados.</p> <p>h) Conferir cálculos das deduções salariais confrontando bases de cálculos com dispositivos legais e fiscais;</p> <p>i) Conferir cálculos da remuneração das horas extras trabalhadas em função dos requisitos legais (CLT ou sindicatos). Verificar aprovações:</p> <p> a) Para cumprimento do regime de horário extraordinário;</p> <p> b) Para pagamento das horas extras cumpridas.</p> <p>j) No caso de salário-família, inspecionar atestado de vida e residência. Verificar se está atualizado;</p> <p>k) Efetuar um teste físico dos empregados ou examinar documentação pertinente, no caso de suas ausências por férias, viagens, hospitalizações, etc;</p> <p>l) Verificar se os salários foram distribuídos contabilmente de acordo com a classificação funcional existente nos registros de empregados e registros de ponto.</p> <p>4. Se houver salários não reclamados, verificar:</p> <p> a) Se foram integralmente depositados em bancos;</p> <p> b) Se foram registrados em conta específica para controle contábil.</p> <p>CONCLUSÃO:</p> <p>1. Os controles internos são satisfatórios?</p> <p>2. Os saldos parecem corretos?</p>		
--	--	--

Programa de: Folha de Pagamento.			2
Cliente:	Exercício findo em:		
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data	
<p>3. Foram adotados princípios de contabilidade adequados?</p> <p>4. Os princípios são consistentes com os do período anterior?</p> <p>5. Há fatos que merecem citação no nosso parecer ou divulgações em notas explicativas?</p>			
Tempo orçado:	Preparado por:	Aprovado por:	

Programa de: Caixa, bancos e aplicações financeiras.		
		3
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Introdução:</p> <p>Este programa de auditoria é um guia de orientação ao auditor, para evitar desvios de objetivos, dispersão de esforços, esquecimento e incertezas quanto ao tipo, forma e aplicação, extensão e profundidade dos procedimentos. O programa deve ser preparado de tal forma que permita sintonia de procedimentos de auditoria em relação às características próprias de cada instituição, eis porque, nenhum programa padrão, por mais completo que possa parecer, será perfeitamente satisfatório à instituição.</p> <p>Este programa se aplica ao exame das transações realizadas por caixa e banco envolvendo portanto, as verificações dos procedimentos e registros mantidos para controle dos pagamentos, recebimentos, transferências, depósitos e aplicações financeiras, bem como, das disponibilidades em poder da empresa ou depositadas em bancos.</p> <p>Objetivo:</p> <p>O exame de auditoria das disponibilidades em caixa, ou depositadas ou aplicadas em instituições financeiras, tem como objetivo confirmar que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Existem, de fato; 2. Pertencem à empresa (ou entidade); 3. Encontram-se integralmente contabilizadas, no período contábil certo; 4. São de movimentação irrestrita; 5. Estão adequadamente apresentadas e divulgadas nas demonstrações contábeis. 		
---	--	--

Programa de: Caixa, bancos e aplicações financeiras.		
		3
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Entendimento das operações e dos controles internos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Obter um prévio entendimento das operações rotineiras realizadas pela instituição, registrar esse entendimento por meio de fluxograma ou narrativa, o que for mais conveniente no momento. As seguintes fontes deverão ser consultadas, caso disponível: <ol style="list-style-type: none"> a) Manual de procedimentos. b) Manual e plano de contas. c) Instruções, formulários e normas internas. d) Relatórios de auditoria interna. e) Papéis de trabalho do ano anterior. 2. Avaliar os controles internos e contábeis. 3. Com base nas informações colhidas em 1 a 2 acima: <ol style="list-style-type: none"> a) Atualizar as anotações arquivadas na pasta permanente; b) Julgar a necessidade de efetuar alterações no programa de auditoria, discutindo suas sugestões com o encarregado do serviço. <p>Teste das transações e saldos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Efetuar contagem de fundos em caixa. 2. Requerer confirmações de saldos de caixa. 3. Requerer confirmações de saldos de contas bancárias e de 		
--	--	--

Programa de: **Caixa, bancos e aplicações financeiras.**

3

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>aplicações financeiras.</p> <p>4. Efetuar exame de conciliações bancárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Conferir somas (milhares); b) Conferir saldos conforme livros, com o razão; c) Conferir saldos bancários com extratos de conta e com confirmações recebidas; d) Verificar liquidações posteriores dos itens (depósitos, cheques, transferências) pendentes; e) Investigar itens relevantes ou incomuns não liquidados posteriormente; f) Confrontar com os papéis de trabalho todas as informações constantes das cartas de confirmação; <p>5. Efetuar confronto e conciliação, para um determinado período, dos valores de recebimentos e pagamentos constantes dos registros contábeis com aqueles citados nos extratos bancários;</p> <p>6. Efetuar um exame de transferências bancárias ocorridas antes e após a data do balanço, observando se todas foram correspondidas (em um prazo de tempo normal);</p> <p>7. Confirmar que as despesas referentes a pagamentos através dos fundos fixos tenham sido registradas até a data do balanço (através do reembolso dos fundos fixos);</p> <p>8. Confrontar saldos de caixa com boletins de caixa ou livro caixa;</p> <p>9. Satisfazer-se quanto à livre e imediata disponibilidade dos valores em caixa ou depositados em bancos;</p>		
---	--	--

Programa de: **Caixa, bancos e aplicações financeiras.**

3

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>10. Confrontar contas bancárias constantes dos registros contábeis com as contas autorizadas pela administração;</p> <p>11. Efetuar um teste, para valores significativos, dos cheques emitidos em data próxima à do balanço, buscando confirmar se são legítimas as transações que deram origem à emissão dos cheques;</p> <p>12. Verificar a permanência de valores relevantes em conta corrente sem aplicação.</p> <p>Revisão analítica:</p> <p>1. Comparar saldos no final do exercício com os saldos do final do exercício anterior e investigar variações anormais ou incomuns.</p> <p>2. Comparar saldos contábeis com os do orçamento e investigar motivo das variações, relevantes.</p> <p>3. Confrontar saldos contábeis com os constantes do controle da tesouraria (fluxo de caixa e controle de disponibilidades) e inquirir quanto às principais divergências.</p> <p>4. Revisar conciliações dos extratos bancários com o razão geral.</p> <p>5. Revisar movimentação refletida nas contas do razão de disponibilidades e aplicações financeiras e investigar lançamentos anormais ou não usuais.</p> <p>6. Analisar a razoabilidade das receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras através de aplicação da taxa média efetiva obtida no período, sobre os montantes aplicados no mesmo período.</p> <p>7. Comparar a taxa média obtida nas aplicações financeiras com a taxa média praticada pelo mercado.</p>		
--	--	--

Programa de: **Caixa, bancos e aplicações financeiras.**

3

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Conclusão:</p> <p>Considerando as características da instituição os controles internos são satisfatórios?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os saldos parecem corretos? 2. Foram adotados princípios de contabilidade adequados? 3. Esses princípios são consistentes com os do período anterior? 4. Há fatos que merecem citação no nosso parecer ou divulgação em notas explicativas? <p>Procedimentos detalhados para contagem de caixa (quando esse procedimento for recomendável):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Efetuar, na presença do responsável pelo caixa, a contagem de fundos em caixa, em caráter de surpresa, preferivelmente antes da abertura do expediente bancário ou após o seu encerramento. 2. Cuidar para que todo o numerário e os valores conversíveis em dinheiro sejam incluídos na contagem de caixa. 3. Efetuar a contagem completa do numerário e dos valores conversíveis em dinheiro e anotar os detalhes em papel de trabalho. 4. Anotar os dados (gerados até o momento da contagem) que permitam identificar, a qualquer momento, a posição do caixa na data da contagem: <ol style="list-style-type: none"> a) Número dos últimos cheques emitidos em cada conta bancária; b) Número dos últimos recibos oficiais emitidos; 		
---	--	--

Programa de: **Caixa, bancos e aplicações financeiras.**

3

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>c) Números, datas, favorecidos, valores e nomes dos signatários, dos cheques existentes em caixa;</p> <p>d) Número, datas, valores, espécie, etc., de títulos em poder do caixa;</p> <p>e) Valores, individualizados por beneficiários, correspondentes a salários não reclamados;</p> <p>f) Valores totais das colunas de entradas e saídas do livro caixa ou do boletim de baixa (se estiver desatualizado solicite ao caixa que o atualize).</p> <p>Efetuar um completo "follow-up" dos detalhes anotados durante a contagem de caixa:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Depósitos de cobranças. 2. Liquidação posterior dos cheques em caixa. 3. Resgate ou contabilização dos vales em caixa. 4. Conferir saldos de disponibilidades fisicamente contadas, com o razão. 				
Tempo orçado:	Preparado por:	Aprovado por:		

Programa de: Contas a receber de operações de crédito.		
		4
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Introdução</p> <p>Este programa de auditoria é um guia de orientação ao auditor, para evitar desvios de objetivos, dispersão de esforços, esquecimento e incertezas quanto ao tipo, forma e aplicação, extensão e profundidade dos procedimentos. O programa deve ser preparado de tal forma que permita sintonia de procedimentos de auditoria em relação às características próprias de cada instituição, eis porque, nenhum programa padrão, por mais completo que possa parecer, será perfeitamente satisfatório à instituição.</p> <p>Contas a receber sobre operações de crédito de clientes representam direitos realizáveis no ciclo normal das operações, e, portanto, classificáveis sob o ativo circulante, e que decorrem de transações de empréstimos/financiamentos e/ou de prestação de serviços a clientes da instituição. O direito de crédito tem origem na transferência, ao proponente, do numerário objeto do contrato de crédito e o efetivo reconhecimento, pelo proponente, do numerário recebido.</p> <p>Como regra geral, as contas a receber sobre operações de créditos devem ser avaliadas pelo seu valor líquido de realização, o que pressupõe a exclusão de contas incobráveis ou a dedução, por meio de provisões, de contas julgadas como de cobrança incerta ou duvidosa, ou em face de circunstâncias que possam acarretar diminuição de valores faturados, como, por exemplo, descontos e abatimentos incomuns.</p> <p>Transações de créditos - empréstimos/financiamentos, que denotem prazos superiores a um ano, devem ser apresentadas no ativo realizável a longo prazo.</p> <p>Objetivo:</p> <p>O exame de auditoria de Operações de créditos a receber de clientes tem como objetivos confirmar que:</p>		
---	--	--

Programa de: Contas a receber de operações de crédito.		
		4
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>1. Provêm de transações de empréstimos/financiamentos que de fato ocorreram;</p> <p>2. Refletem direitos de crédito legítimos pertencentes à entidade;</p> <p>3. Decorrem de transações conhecidas e aprovadas;</p> <p>4. estão integralmente registradas, no período contábil certo;</p> <p>5. estão corretamente avaliadas (deduzidas de provisões para redução ao seu valor líquido de realização);</p> <p>6. estão adequadamente apresentadas e divulgadas nas demonstrações contábeis.</p> <p>Entendimento das operações e dos controles internos:</p> <p>1) Obter um prévio entendimento das operações rotineiras realizadas pela instituição, registrar esse entendimento por meio de fluxograma ou narrativa, o que for mais conveniente no momento. As seguintes fontes deverão ser consultadas, caso disponível:</p> <p style="margin-left: 20px;">a) Manual de procedimentos.</p> <p style="margin-left: 20px;">b) Manual e plano de contas.</p> <p style="margin-left: 20px;">c) Instruções, formulários e normas internas.</p> <p style="margin-left: 20px;">d) Relatórios de auditoria interna.</p> <p style="margin-left: 20px;">e) Papéis de trabalho do ano anterior.</p> <p>2) Avaliar os controles internos e contábeis.</p>		
---	--	--

Programa de: Contas a receber de operações de crédito.		
		4
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>3) Com base nas informações colhidas em 1 a 2 acima:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Atualizar as anotações arquivadas na pasta permanente; b) Julgar a necessidade de efetuar alterações no programa de auditoria, discutindo suas sugestões com o encarregado do serviço. <p>Teste das transações e saldos:</p> <p>1. Obter a relação dos saldos de Operações de créditos a receber individualizada por clientes e:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Testar soma; (milhares) b) Confrontar saldos totais com o razão (se houver divergência, obtenha conciliação, investigue os itens de conciliação e verifique sua regularização posterior); c) Analisar os saldos relevantes ou os que sejam, por qualquer motivo, incomuns; d) Investigar saldos credores. <p>2. Obter análise das operações de créditos a receber por idade de saldos e:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Confrontar total com o razão; b) Efetuar teste de conferência de itens constantes da análise, com contas individuais de clientes ou faturas em aberto, verificando correção dos dados contidos na análise; c) Analisar valores significativos; 		
--	--	--

Programa de: **Contas a receber de operações de crédito.**

4

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>d) Discutir com a gerência de cobrança sobre as possibilidades de ressarcimento das contas dos principais clientes inadimplentes;</p> <p>e) Examinar cadastro de clientes (limites de crédito, demonstrações contábeis, correspondências, etc.).</p> <p>3. Obter relação de recebimento de Operações de créditos para um determinado período e:</p> <p>a) Conferir o total de recebimentos com o correspondente registro na conta do razão geral, investigando eventuais divergências;</p> <p>b) Verificar depósito de alguns dos recebimentos;</p> <p>c) Identificar o registro do recebimento, na conta individual do cliente.</p> <p>4. Obter análise da movimentação da provisão para devedores duvidosos e:</p> <p>a) Testar somas (milhares);</p> <p>b) Confrontar saldos com o razão;</p> <p>c) Inspeccione a documentação referente a créditos recuperados durante o período, verificando o depósito da importância recebida;</p> <p>5. Efetuar um julgamento quanto à adequação da provisão para devedores duvidosos mantida pelo cliente, analisando-a em confronto:</p> <p>a) com a análise das Operações de créditos por idade de saldos.</p>		
--	--	--

Programa de: Contas a receber de operações de crédito.		
		4
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>b) com a experiência acumulada pela empresa com relação a perdas históricas;</p> <p>c) com base em política definida de baixa de empréstimos;</p> <p>d) com a opinião, conosco discutida, da administração, quanto à possibilidade de cobrança de créditos não computados para efeito de constituição de provisão;</p> <p>e) com base em contratos renegociados;</p> <p>f) com eventuais pagamentos subseqüentes de contas em atraso;</p> <p>g) verificar tratamento fiscal dispensado à provisão para devedores duvidosos, à luz da legislação tributária em vigor.</p> <p>6. Analisar critério de segregação das Operações de créditos entre circulante e longo prazo.</p> <p>Revisão analítica</p> <p>1. Comparar saldos no final do exercício com os saldos do final do exercício anterior e investigar variações anormais ou incomuns.</p> <p>2. Comparar saldos contábeis com os do orçamento e investigar motivo das variações, se relevantes.</p> <p>3. Comparar, em relação aos saldos ao final de cada exercício:</p> <p>a) Idade dos saldos das Operações de créditos a contas a</p>		
---	--	--

Programa de: Contas a receber de operações de crédito.		
		4
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>receber.</p> <p>b) o volume financeiro de baixa de contas em relação às Operações de créditos.</p> <p>c) a representatividade de descontos em relação às Operações de créditos.</p> <p>d) o montante da provisão para devedores duvidosos em relação às Operações de créditos.</p> <p>e) a relação entre a provisão para devedores duvidosos e o total das Operações de créditos.</p> <p>4. Comparar montante total de recebimentos de clientes posteriormente ao período sob exame, em relação ao montante das Operações de créditos (em níveis globais e/ou em níveis de contas individuais).</p> <p>5. Analisar a regularidade, comparativamente ao saldo das Operações de créditos e do volume de descontos posteriormente à data do balanço.</p> <p>Conclusão:</p> <p>1. Considerando as características da instituição os controles internos são satisfatórios?</p> <p>2. Os saldos parecem corretos?</p> <p>3. Foram adotados princípios de contabilidade adequados?</p> <p>4. Foram adotadas normas que a instituição está obrigada?</p> <p>5. Esses princípios são consistentes com os do período anterior?</p>		
--	--	--

Programa de: **Contas a receber de operações de crédito.**

4

Cliente:

Exercício findo em:

Descrição dos procedimentos

Referência para as
evidências da
execução do
trabalho

Feito
por
/data

6. Há fatos que merecem citação no nosso parecer ou divulgação em notas explicativas?

Tempo orçado:

Preparado por:

Aprovado por:

Programa de: Outros ativos.		
		5
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Introdução:</p> <p>Este programa de auditoria é um guia de orientação ao auditor, para evitar desvios de objetivos, dispersão de esforços, esquecimento e incertezas quanto ao tipo, forma e aplicação, extensão e profundidade dos procedimentos. O programa deve ser preparado de tal forma que permita sintonia de procedimentos de auditoria em relação às características próprias de cada instituição, eis porque, nenhum programa padrão, por mais completo que possa parecer, será perfeitamente satisfatório à instituição.</p> <p>São considerados “outros ativos”, para efeito de exame de auditoria, os ativos não incluídos sob as classificações relevantes das demonstrações contábeis. Enquadram-se como tais, os pagamentos antecipados, os depósitos judiciais e outros, os empréstimos compulsórios, as contas a receber não relacionadas às atividades principais da empresa, como os empréstimos e adiantamentos a dirigentes e empregados, e as transações de natureza não operacional com partes relacionadas.</p> <p>Qualquer ativo que denotem prazos superiores a um ano, devem ser apresentados no ativo realizável a longo prazo.</p> <p>Objetivo:</p> <p>O exame de auditoria de outros ativos tem como objetivos confirmar que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Originam-se de transações autênticas (efetivamente ocorridas); 2. Refletem direitos legítimos (de crédito ou direitos sobre bens ou serviços pertencentes à empresa ou entidade); 3. Decorrem de transações conhecidas e aprovadas; 		
---	--	--

Programa de: Outros ativos.		
		5
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>4. Estão integralmente registrados, no período contábil certo;</p> <p>5. Estão corretamente avaliados, deduzidos, quando aplicável, de provisões para redução ao seu valor líquido de realização; e,</p> <p>6. Estão adequadamente apresentados e divulgados nas demonstrações contábeis.</p> <p>Entendimento das operações e dos controles internos:</p> <p>1. Obter um prévio entendimento das operações rotineiras realizadas pela instituição, registrar esse entendimento por meio de fluxograma ou narrativa, o que for mais conveniente no momento. As seguintes fontes deverão ser consultadas, caso disponível:</p> <p style="margin-left: 20px;">a) Manual de procedimentos;</p> <p style="margin-left: 20px;">b) Manual e plano de contas;</p> <p style="margin-left: 20px;">c) Instruções, formulários e normas internas;</p> <p style="margin-left: 20px;">d) Relatórios de auditoria interna; e,</p> <p style="margin-left: 20px;">e) Papéis de trabalho do ano anterior.</p> <p>2. Avaliar os controles internos e contábeis.</p> <p>3. Com base nas informações colhidas em 1 a 2 acima:</p> <p style="margin-left: 20px;">a) Atualizar as anotações arquivadas na pasta permanente; e,</p> <p style="margin-left: 20px;">b) Julgar a necessidade de efetuar alterações no programa de</p>		
--	--	--

Programa de: Outros ativos.		
		5
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p style="text-align: center;">auditoria, discutindo suas sugestões com o encarregado do serviço.</p> <p>Teste das transações e saldo:</p> <p>1. Obter análise ou relação de pagamentos antecipados efetuados no período, e:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Conferir somas (milhares); b) Confrontar saldos com o razão; c) Examinar, por testes, a documentação comprobatória de pagamentos efetuados (recibos, faturas, contratos); d) Inspeccionar apólices de seguros; e) Julgar adequação dos critérios e conferir cálculos de apropriação de cotas de prêmios de seguros e de aluguéis, aos resultados; e, f) Obter confirmação direta de dados e informações sobre seguros e aluguéis pagos antecipadamente. <p>2. Obter análise ou relação de adiantamentos e empréstimos concedidos a dirigentes e empregados, e:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Conferir somas (milhares); b) Confrontar saldos com o razão; c) Examinar, por testes, a documentação comprobatória de adiantamentos e empréstimos concedidos; d) Certificar-se de que os empréstimos e adiantamentos 		
---	--	--

Programa de: Outros ativos.		
		5
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>concedidos foram devidamente autorizados;</p> <p>e) Investigar casos de inadimplência e discutir com a administração quanto à necessidade de constituição de provisão para perdas;</p> <p>f) Obter confirmações de saldos de adiantamentos e empréstimos e investigar divergências apontadas; e,</p> <p>g) Testar liquidações posteriores (pagamentos ou prestações de contas).</p> <p>3. Obter análise ou relação de depósitos judiciais e outros e empréstimos compulsórios, e:</p> <p>a) Conferir somas (milhares);</p> <p>b) Confrontar saldos com o razão;</p> <p>c) Inspeccionar, por testes, documentação comprobatória de adições e de resgates;</p> <p>d) Verificar entrada em caixa de depósitos levantados;</p> <p>e) Certificar-se de que os depósitos e os empréstimos compulsórios referem-se a processos ainda não solucionados ou a prazos não vencidos;</p> <p>f) Inspeccionar fisicamente os documentos relativos a empréstimos compulsórios;</p> <p>g) Obter confirmações diretas de depósitos judiciais e investigar divergências apontadas; e,</p> <p>h) Revisar cartas de advogados e relatórios do departamento</p>		
---	--	--

Programa de: Outros ativos.		
		5
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>jurídico e verificar, no caso de referências à efetuação de depósitos, se estes foram contabilizados.</p> <p>4. Obter análises ou extratos de contas correntes de empréstimos e adiantamentos a partes relacionadas, e:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Conferir somas (milhares); b) Confrontar saldos com o razão; c) Examinar, por testes, documentação comprobatória de adiantamentos e empréstimos; d) Verificar autorização para os empréstimos ou adiantamentos concedidos; e) Examinar contratos de mútuo; f) Conferir cálculos de encargos financeiros debitados às partes relacionadas, certificando-se de que o custo financeiro da transação é compatível com as condições praticadas no mercado para operações dessa natureza; g) Obter confirmações diretas de saldos e investigar divergências apontadas; h) Testar liquidações posteriores; i) Verificar, no caso de consolidações de demonstrações contábeis, que os saldos em aberto decorrentes de transações com controladas foram eliminados do ativo; e, j) Verificar se foram atendidas as normas da legislação societária e tributária e as normas da CVM aplicáveis às 		
--	--	--

Programa de: Outros ativos.		
		5
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>transações com partes relacionadas, inclusive quando às divulgações em notas explicativas às demonstrações contábeis.</p> <p>Revisão analítica</p> <p>1. Efetuar comparação entre os saldos dos exercícios atual e anterior e orçamentos e investigar variações destoantes, de relevância, para:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Pagamentos antecipados; b) Adiantamentos a dirigentes e empregados; c) Depósitos judiciais e compulsórios; d) Empréstimos e adiantamentos a partes relacionadas; e) Rendimentos de empréstimos concedidos; e, f) Relação entre totais de outros ativos e o total de ativos. <p>2. Efetuar revisão do movimento de débitos e créditos registrados nas contas de outros ativos e investigar lançamentos relevantes ou incomuns.</p> <p>Conclusão:</p> <p>Considerando as características da instituição os controles internos são satisfatórios?</p> <p>1. Os saldos parecem corretos?</p> <p>2. Foram adotados princípios de contabilidade adequados?</p>		
--	--	--

Programa de: Outros ativos.		
		5
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>3. Esses princípios são consistentes com os do período anterior?</p> <p>4. Há fatos que merecem citação no nosso parecer ou divulgação em notas explicativas?</p>		
Tempo orçado:	Preparado por:	Aprovado por:

Programa de: Imobilizado.		
		6
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Introdução:</p> <p>Este programa de auditoria é um guia de orientação ao auditor, para evitar desvios de objetivos, dispersão de esforços, esquecimento e incertezas quanto ao tipo, forma e aplicação, extensão e profundidade dos procedimentos. O programa deve ser preparado de tal forma que permita sintonia de procedimentos de auditoria em relação às características próprias de cada instituição, eis porque, nenhum programa padrão, por mais completo que possa parecer, será perfeitamente satisfatório à instituição.</p> <p>Este programa se aplica ao exame das transações e registros do imobilizado envolvendo portanto, as verificações dos registros mantidos para controle destes ativos.</p> <p>Consideram-se imobilizados, os direitos representados por bens, tangíveis ou intangíveis, utilizáveis na manutenção das atividades de empresa ou entidade (de produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, de locação a terceiros ou de uso administrativo), cuja vida útil econômica seja superior a um ano, que tenham sido adquiridos ou construídos com a intenção de uso contínuo, e que não se destinem à venda no curso normal dos negócios. Inclui bens tangíveis duráveis, como os terrenos, as edificações, o maquinário e equipamentos, os veículos, os móveis e utensílios e os bens em construção; e, bens intangíveis, de duração determinada, como as marcas e patentes. São também classificáveis no imobilizado os estoques de materiais sobressalentes e os adiantamentos a fornecedores para compra ou construção de imobilizados.</p> <p>O reconhecimento, no resultado, do custo dos bens sujeitos a desgaste ou deterioração pelo uso e/ou por ação da natureza ou obsolescência, se faz através de depreciação, exaustão ou amortização, mediante taxas que sejam compatíveis com o tempo de duração de vida útil-econômica dos bens.</p>		
---	--	--

Programa de: Imobilizado.		
		6
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Objetivo:</p> <p>O exame de auditoria do imobilizado tem como objetivos confirmar que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os bens que compõem o patrimônio imobilizado têm existência física; 2. Os direitos de propriedade sobre bens são autênticos; 3. Os bens estão sendo utilizados pela empresa no desenvolvimento de suas atividades; 4. Aquisições, baixas e transferências de bens são prévia e devidamente autorizadas; 5. As despesas de manutenção, e as de reparos que não contribuam para o aumento de produtividade ou de vida útil dos bens, estão excluídas do imobilizado; 6. As depreciação, exaustão ou amortização estão calculadas em bases adequadas e sobre bens efetivamente existentes e servíveis; 7. As aquisições, baixas, depreciação, exaustão e amortização estão integralmente contabilizadas no período contábil correto; 8. Está corretamente avaliado; e, 9. Está adequadamente apresentado e divulgado nas demonstrações contábeis. <p>Entendimento das operações e dos controles internos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Obter um prévio entendimento das operações rotineiras realizadas pela instituição, registrar esse entendimento por meio 		
--	--	--

Programa de: **Imobilizado.**

6

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>de fluxograma ou narrativa, o que for mais conveniente no momento. As seguintes fontes deverão ser consultadas, caso disponível:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Manual de procedimentos; b) Manual e plano de contas; c) Instruções, formulários e normas internas; d) Relatórios de auditoria interna; e, e) Papéis de trabalho do ano anterior. f) Avaliar os controles internos e contábeis. <p>2. Com base nas informações colhidas em 1 a 2 acima:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Atualizar as anotações arquivadas na pasta permanente; e, b) Julgar a necessidade de efetuar alterações no programa de auditoria, discutindo suas sugestões com o encarregado do serviço. <p>Teste das transações e saldos:</p> <p>1. Obter análise ou relação de aquisições, baixas e transferências de imobilizados e da depreciação, exaustão e amortização, por natureza de conta; e:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Conferir somas (milhares): b) Confrontar totais com lançamentos no razão geral; e, 		
---	--	--

Programa de: **Imobilizado.**

6

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>c) Investigar itens de especial relevância ou inusitados.</p> <p>2. Selecionar aquisições e adições ao custo de obras em andamento, e:</p> <p>a) Examinar documentação comprobatória (notas fiscais, faturas, escrituras públicas, etc.);</p> <p>b) Conferir cálculos, inclusive de juros capitalizados em obras em andamento;</p> <p>c) Inspeccionar fisicamente o bem adquirido e/ou a adição à obra; e,</p> <p>d) Inspeccionar registro individual de controle.</p> <p>3. Selecionar baixas e transferências de obras em andamento, e:</p> <p>a) Inspeccionar documentação comprobatória;</p> <p>b) Conferir cálculos da apuração do ganho ou da perda na transação;</p> <p>c) Verificar lançamento contábil do ganho ou da perda; e,</p> <p>d) Verificar, no caso de transferência de obras em andamento para contas definitivas, que a data de transferência é coincidente com a de conclusão da obra.</p> <p>4. Verificar, para a depreciação, exaustão e amortização:</p> <p>a) a adequação do valor de custo do ativo tomado para cálculo, em confronto com o registro individual do bem;</p> <p>b) os cálculos da depreciação;</p>		
--	--	--

Programa de: **Imobilizado.**

6

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>c) a uniformidade das taxas e métodos de depreciação, exaustão e amortização em relação ao exercício anterior;</p> <p>d) o ajuste das provisões, em caso de alteração do tempo estimado de vida útil;</p> <p>e) a descontinuidade de cálculo de itens totalmente depreciados, exauridos, amortizados e baixados; e,</p> <p>f) a adequação da classificação da despesa de depreciação, exaustão e amortização em relação ao uso do bem.</p> <p>5. Revisar documentação comprobatória de gastos com manutenção e reparos verificando se é correta a classificação como despesas ou se há despesas que deveriam set sido capitalizadas.</p> <p>6. Acompanhar as contagens de imobilizados, caso estejam em andamento, e observar adequação dos critérios utilizados pelo cliente, em confronto com as instruções emitidas.</p> <p>7. Efetuar testes de contagem e confrontar com os registros individuais de controle.</p> <p>8. Verificar ajustes das diferenças de inventário.</p> <p>9. Obter relatórios da última contagem física de bens do imobilizado realizado pela empresa, e:</p> <p>a) Selecionar alguns itens constantes da relação e inspecioná-los fisicamente;</p> <p>b) Selecionar itens ao acaso e verificar inclusão no relatório de contagem procedida pelo cliente; e,</p> <p>c) Verificar ajuste das diferenças de contagem.</p>		
---	--	--

Programa de: **Imobilizado.**

6

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>10. Investigar projetos e/ou obras que se encontrem paralisados.</p> <p>11. Pesquisar sobre a existência de contratos de arrendamento de bens; examinar os contratos e verificar se há cláusulas caracterizando a operação como aquisição ou como arrendamento. Em função disto, questionar sobre o tratamento contábil dispensado à operação.</p> <p>12. Indagar sobre a existência de ônus ou gravames sobre os bens do imobilizado.</p> <p>Revisão analítica</p> <p>1. Efetuar comparação dos saldos do imobilizado e das provisões para depreciação, exaustão e amortização entre o exercício atual e o anterior e o orçamento e analisar normalidade das variações.</p> <p>2. Efetuar revisão global da variação da despesa de depreciação, exaustão e amortização, através de multiplicação das taxas de depreciação sobre o montante do ativo correspondente acrescido das aquisições e deduzido das baixas no período (ponderar média).</p> <p>3. Comparar relação entre o total da depreciação, exaustão e amortização e o total do imobilizado em cada exercício (atual e anterior) e investigar variação que não pareça normal.</p> <p>4. Revisar lançamentos relevantes ou incomuns efetuados nas contas do razão geral.</p> <p>5. Revisar conciliações entre os registros individuais e a conta de controle do razão geral.</p> <p>6. Revisar cobertura de seguros sobre o imobilizado.</p>		
--	--	--

Programa de: **Imobilizado.**

6

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

Conclusão: Considerando as características da instituição os controles internos são satisfatórios? 1. Os saldos parecem corretos? 2. Foram adotados princípios de contabilidade adequados? 3. Esses princípios são consistentes com os do período anterior? 4. Há fatos que merecem citação no nosso parecer ou divulgação em notas explicativas?				
Tempo orçado:	Preparado por:	Aprovado por:		

Programa de: **Imobilizado.**

6

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

Programa de: **Investimentos e rendimentos decorrentes**

7

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

Introdução:

Este programa de auditoria é um guia de orientação ao auditor, para evitar desvios de objetivos, dispersão de esforços, esquecimento e incertezas quanto ao tipo, forma e aplicação, extensão e profundidade dos procedimentos. O programa deve ser preparado de tal forma que permita sintonia de procedimentos de auditoria em relação às características próprias de cada instituição, eis porque, nenhum programa padrão, por mais completo que possa parecer, será perfeitamente satisfatório à instituição.

Investimentos compreendem as aplicações de recursos financeiros efetuados pela empresa ou entidade com objetivos de usufruto temporário (ativos de pronta liquidez e livre negociação no mercado) ou por prazo indefinido, seja por interesse de negócios (participações permanentes em controladas e coligadas) ou outras finalidades (investimentos compulsórios, bens imóveis para uso futuro e obras de arte). A classificação contábil depende, fundamentalmente, do objetivo para o qual foi o investimento adquirido e da atual intenção da administração. Assim, pode apresentar-se como um ativo circulante, se houver intenção de venda a curto prazo, um realizável a longo prazo, se houver intenção de venda em futuro breve ou se for resgatável em prazo superior a um ano, ou um ativo permanente, se não for destinado à venda.

Exceto quanto às participações em controladas e coligadas, sujeitas a avaliação pelo método de equivalência patrimonial, os investimentos devem ser avaliados pelo valor de custo ou mercado, qual for o menor.

Provisões para perdas devem ser constituídas para ajustar investimentos por perdas julgadas como de natureza permanente (investimentos permanentes) ou, no caso dos investimentos temporários, quando o valor de custo revelar-se acima do valor de mercado.

Programa de: **Investimentos e rendimentos decorrentes**

7

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Objetivo:</p> <p>O exame de auditoria de investimentos tem como objetivos confirmar que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. São fisicamente existentes; 2. Pertencem à empresa ou entidade; 3. As compras e alienações de investimentos são aprovadas; 4. Encontram-se integralmente registrados, no período contábil certo; 5. Estão corretamente avaliados; e, 6. Estão adequadamente apresentados e divulgados nas demonstrações contábeis. <p>Entendimento das operações e dos controles internos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Obter um prévio entendimento das operações rotineiras realizadas pela instituição, registrar esse entendimento por meio de fluxograma ou narrativa, o que for mais conveniente no momento. As seguintes fontes deverão ser consultadas, caso disponível: <ol style="list-style-type: none"> a) Manual de procedimentos; b) Manual e plano de contas; c) Instruções, formulários e normas internas; d) Relatórios de auditoria interna; e) Papéis de trabalho do ano anterior; e, 		
--	--	--

Programa de: **Investimentos e rendimentos decorrentes**

7

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>f) Avaliar os controles internos e contábeis.</p> <p>g) Com base nas informações colhidas em 1 a 2 acima:</p> <p>a) Atualizar as anotações arquivadas na pasta permanente; e,</p> <p>b) Julgar a necessidade de efetuar alterações no programa de auditoria, discutindo suas sugestões com o encarregado do serviço.</p> <p>Teste das transações e saldos:</p> <p>1. Obter análises, relatórios ou informes gerenciais contendo a relação de compras e vendas de investimentos; e:</p> <p>a) Conferir somas (milhares); e,</p> <p>b) Conferir totais de compras e vendas com lançamentos no razão;</p> <p>c) Investigar itens significativos ou incomuns.</p> <p>2. Executar, para um determinado volume de compras selecionadas, os seguintes procedimentos:</p> <p>a) Verificar autorização para a compra;</p> <p>b) Examinar documentação comprobatória da compra;</p> <p>c) Inspeccionar registro individual de controle;</p> <p>d) Inspeccionar comprovante de custódia;</p> <p>e) Revisar critério de determinação do valor de custo da</p>		
---	--	--

Programa de: **Investimentos e rendimentos decorrentes**

7

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>operação, atentando para o tratamento de ágios e deságios na compra de investimentos; e,</p> <p>f) Verificar contabilização da operação de compra.</p> <p>3. Executar, para uma certa amostra de vendas de investimentos, os seguintes procedimentos:</p> <p>a) Verificar autorização para a venda;</p> <p>b) Examinar documentação comprobatória da venda;</p> <p>c) Verificar baixa no registro individual de controle;</p> <p>d) Conferir cálculos da apuração de ganho ou perda na venda do investimento;</p> <p>e) Conferir bases de cálculos do preço de venda do investimento;</p> <p>f) Verificar contabilização da operação de venda, incluindo o tratamento da baixa de ágios, deságios, e da reversão da provisão para perdas, se houver; e,</p> <p>g) Inspeccionar documento de depósito bancário do valor da venda.</p> <p>4. Executar, para rendimentos auferidos por investimentos, os seguintes procedimentos:</p> <p>a) Inspeccionar comprovantes;</p> <p>b) Conferir cálculos; e,</p> <p>c) Verificar contabilização.</p>		
--	--	--

Programa de: **Investimentos e rendimentos decorrentes**

7

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>5. Obter análise de investimentos por tipo, e:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Conferir somas (milhares): b) Confrontar total com o razão; se houver divergências, obter conciliação e revisá-la, certificando-se da regularização das pendências apresentadas; c) Confrontar com registros de controle individual; d) Investigar itens particularmente relevantes ou itens incomuns; e) Comparar valores de custo com os de mercado, através de informações de fontes confiáveis (revistas especializadas, jornais, boletins da bolsa de valores); f) Confrontar preços de custo com os revelados pelos nossos testes de compras ou com documentação suporte; g) Julgar critério de avaliação para investimentos cujo valor de mercado não é conhecido; e, h) Julgar sobre a necessidade de constituição de provisão para perdas de investimentos. <p>6. Efetuar, para os investimentos constantes da análise de investimentos por tipo:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Contagem física de itens custodiados na empresa; b) Circularização de itens custodiados com terceiros (incluindo rendimentos auferidos no período); e, 		
---	--	--

Programa de: **Investimentos e rendimentos decorrentes**

7

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>c) Confrontar resultado da contagem física e da circularização, com registros contábeis; investigar divergências.</p> <p>7. Proceder aos seguintes testes, no caso de investimentos sujeitos a ajustes por equivalência patrimonial:</p> <p>a) Obter confirmações diretas das investidas sobre dados financeiros relacionados a esses investimentos (quantidade de ações, tipos de ações, valor das ações, total de dividendos distribuídos, valor do patrimônio líquido, resultado do período ou exercício, percentual de participação no capital, fianças, garantias, etc.);</p> <p>b) Confrontar respostas com os nossos papéis de trabalho e investigar divergências;</p> <p>c) Conferir cálculos dos ajustes por equivalência patrimonial com base nos dados contidos nas confirmações das investidas;</p> <p>d) Obter demonstrações contábeis das controladas e coligadas e confrontar dados com as análises e confirmações obtidas;</p> <p>e) Obter relatórios dos auditores independentes de empresas investidas;</p> <p>f) Certificar-se de que os ajustes de equivalência patrimonial são coerentes em relação aos dados contidos nas demonstrações contábeis das investidas e levando em consideração o parecer de seus auditores independentes;</p>		
--	--	--

Programa de: **Investimentos e rendimentos decorrentes**

7

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>g) Julgar adequação do critério de amortização de ágios e deságios de investimentos, em confronto com as correspondentes justificativas econômicas;</p> <p>h) Conferir cálculos das amortizações dos ágios e deságios;</p> <p>i) Conferir adequação do tratamento contábil de ganhos ou perdas de investimentos decorrentes de alterações de percentuais de participação;</p> <p>j) Certificar-se de que as informações relevantes contidas nos relatórios das empresas controladas e coligadas estão sendo adequadamente divulgadas pelo cliente em suas próprias demonstrações contábeis; e,</p> <p>k) Verificar se foram atendidas as normas da legislação tributária e societária e as normas específicas da CVM (quando aplicável) nas operações relativas a investimentos em empresas controladas e coligadas.</p> <p>8. Investigar sobre a existência de ônus ou gravames sobre investimentos, e de sua divulgação pela empresa em notas explicativas às demonstrações contábeis.</p> <p>9. Julgar adequação da classificação dos investimentos nos ativos da empresa.</p> <p>10. Efetuar teste de recebimento posterior de rendimentos a receber.</p> <p>11. Efetuar, para compras e vendas de investimentos e para receitas decorrentes e ocorridas no período imediatamente anterior e posterior à data de encerramento das demonstrações contábeis, um corte de operações, certificando-se de que foram registradas no período contábil correto.</p>		
--	--	--

Programa de: **Investimentos e rendimentos decorrentes**

7

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Revisão analítica</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Efetuar comparação dos saldos de investimentos, por tipo, correspondentes ao exercício atual e o anterior e orçamentos. Verificar normalidade das variações reveladas: <ol style="list-style-type: none"> a) Pelos montantes registrados no ativo; b) Pelos montantes relativos aos ajustes por equivalência patrimonial; c) Pelas receitas financeiras; e, d) Pela receita de dividendos. 2. Analisar razoabilidade global dos montantes dos investimentos em controladas e coligadas através do percentual de participação sobre os patrimônios líquidos das investidas. 3. Julgar a razoabilidade do montante total de receitas financeiras de investimentos, pela extrapolação das taxas de remuneração sobre os montantes das aplicações. 4. Efetuar leitura na conta do razão geral de investimentos e investigar lançamentos incomuns. <p>Conclusão:</p> <p>Considerando as características da instituição os controles internos são satisfatórios?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os saldos parecem corretos? 2. Foram adotados princípios de contabilidade adequados? 		
---	--	--

Programa de: **Investimentos e rendimentos decorrentes**

7

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>3. Esses princípios são consistentes com os do período anterior?</p> <p>4. Há fatos que merecem citação no nosso parecer ou divulgação em notas explicativas?</p>		
Tempo orçado:	Preparado por:	Aprovado por:

Programa de: Diferido.		
		8
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Introdução:</p> <p>Este programa de auditoria é um guia de orientação ao auditor, para evitar desvios de objetivos, dispersão de esforços, esquecimento e incertezas quanto ao tipo, forma e aplicação, extensão e profundidade dos procedimentos. O programa deve ser preparado de tal forma que permita sintonia de procedimentos de auditoria em relação às características próprias de cada instituição, eis porque, nenhum programa padrão, por mais completo que possa parecer, será perfeitamente satisfatório à instituição.</p> <p>Sob o ativo diferido classificam-se as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, tais como as despesas incorridas durante, ou relacionadas com, as fases de pré-operação (organização, estudos, desenvolvimento e implantação de projetos), as despesas com pesquisa e investigação científica e tecnológica para desenvolvimento de produtos ou processos de produção, e encargos incorridos com a reorganização ou reestruturação da entidade. Distinguem-se das despesas antecipadas (seguros, aluguéis e outras) classificáveis sob o ativo circulante, porquanto estas referem-se a pagamentos para os quais os correspondentes serviços ou benefícios não foram ainda prestados ou transmitidos à empresa ou entidade, enquanto que aquelas compreendem gastos por serviços já prestados, mas cujos benefícios são extensivos a exercícios subsequentes.</p> <p>Objetivo:</p> <p>O exame de auditoria do diferido tem como objetivos confirmar que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Que os gastos diferidos relacionam-se a ativos pertencentes à empresa ou entidade e que devam beneficiar períodos futuros; 2. Que os montantes de gastos diferidos estão calculados corretamente, inclusive no que diz respeito ao período de amortização; 		
--	--	--

Programa de: Diferido.			8
Cliente:	Exercício findo em:		
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data	

<p>3. Que todas as transações relativas a gastos diferíveis foram registradas, no período contábil certo;</p> <p>4. Que os ativos diferidos estão corretamente avaliados; e,</p> <p>5. Que os ativos diferidos estão adequadamente apresentados e divulgados nas demonstrações contábeis.</p> <p>Entendimento das operações e dos controles internos:</p> <p>1. Obter um prévio entendimento das operações rotineiras realizadas pela instituição, registrar esse entendimento por meio de fluxograma ou narrativa, o que for mais conveniente no momento. As seguintes fontes deverão ser consultadas, caso disponível:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Manual de procedimentos; b) Manual e plano de contas; c) Instruções, formulários e normas internas; d) Relatórios de auditoria interna; e, e) Papéis de trabalho do ano anterior. <p>2. Avaliar os controles internos e contábeis.</p> <p>3. Com base nas informações colhidas em 1 a 2 acima:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Atualizar as anotações arquivadas na pasta permanente; e, b) Julgar a necessidade de efetuar alterações no programa de auditoria, discutindo suas sugestões com o encarregado do serviço. 		
---	--	--

Programa de: Diferido.			8
Cliente:	Exercício findo em:		
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data	

<p>Teste das transações e saldos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Obter análise do movimento das contas que registram as despesas diferidas e a sua amortização acumulada, e: <ol style="list-style-type: none"> a) Conferir somas (milhares); b) Conferir saldos com o razão; e, c) Conferir valores individuais com controles analíticos; 2. Selecionar adições à conta de despesas diferidas e examinar a respectiva documentação comprobatória: <ol style="list-style-type: none"> a) Verificar evidências da efetiva realização de estudos, pesquisas, e outros gastos diferidos; b) Julgar, pela natureza das despesas, se o tratamento contábil de diferimento é adequado; c) Julgar se o prazo de amortização das despesas é compatível com o possível período de benefício dos gastos; d) Verificar se os critérios e taxas de amortização são uniformes em relação ao período anterior; e) Conferir cálculos do diferimento; e, f) Certificar-se de que não existem casos de despesas de fase pré-operacional (do projeto inicial ou de expansão) cuja amortização não tenha sido iniciada, embora os bens objeto de construção ou ampliação já se encontrem em operação. 3. Inquirir, junto aos setores técnicos da empresa (engenharia, laboratórios, etc.) e à alta administração, quanto à posição de 		
--	--	--

Programa de: Diferido.			8
Cliente:	Exercício findo em:		
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data	

<p>projetos, estudos e pesquisas em andamento; certificar-se de que os custos com projetos, estudos e pesquisas mal sucedidas são imediatamente eliminadas do ativo.</p> <p>Revisão analítica</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Efetuar comparação dos saldos entre o exercício atual, o anterior e os orçamentos e analisar normalidade das variações, para: <ol style="list-style-type: none"> a) Os custos e despesas diferidas; b) As despesas de amortização dos custos e despesas diferidas; e, c) A relação entre a amortização acumulada e os custos e despesas diferidos. 2. Efetuar leitura na movimentação das contas do razão que registram os custos e despesas diferidas e sua amortização e investigar lançamentos relevantes e incomuns. 3. Efetuar revisão das contas de despesas típicas (estudos, pesquisas, etc.) verificando se há despesas que, por sua natureza e em função da possibilidade da extensão de benefícios a mais de um exercício social, deveriam ser diferidas. <p>Conclusão:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Considerando as características da instituição os controles internos são satisfatórios? 2. Os saldos parecem corretos? 3. Foram adotados princípios de contabilidade adequados? 4. Esses princípios são consistentes com os do período anterior? 		
--	--	--

Programa de: Diferido.			8
Cliente:	Exercício findo em:		
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data	

5. Há fatos que merecem citação no nosso parecer ou divulgação em notas explicativas?		
Tempo orçado:	Preparado por:	Aprovado por:

Programa de: **Empréstimos e encargos financeiros correlatos.**

9

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

Introdução:

Este programa de auditoria é um guia de orientação ao auditor, para evitar desvios de objetivos, dispersão de esforços, esquecimento e incertezas quanto ao tipo, forma e aplicação, extensão e profundidade dos procedimentos. O programa deve ser preparado de tal forma que permita sintonia de procedimentos de auditoria em relação às características próprias de cada instituição, eis porque, nenhum programa padrão, por mais completo que possa parecer, será perfeitamente satisfatório à instituição.

Empréstimos representam recursos financeiros captados junto a financiadores institucionais (bancos) ou pessoas físicas (debenturistas) com o objetivo de complementar necessidade de capital de giro ou de financiar a aquisição de capitais fixos ou projetos de expansão. Os compromissos entre as partes são estabelecidos em contratos (empréstimos) ou por escritura pública (debêntures) que, normalmente, prevêem o montante, o objeto de sua utilização, os prazos de amortização, o custo financeiro da operação, e as garantias e prêmios (no caso de debêntures). Alguns contratos poderão conter cláusulas restritivas, como espécie de garantia complementar (não vender ativos, não distribuir dividendos além do mínimo legal, manter certo nível de capital de giro, aumentar a receita de vendas, etc.). Dependendo do prazo de resgate, os empréstimos classificar-se-ão no passivo circulante e/ou no exigível a longo prazo. Os custos financeiros da operação (juros e comissões) são registrados como despesas operacionais ou capitalizados, como custo do imobilizado em construção, quando incorridos (vencidos).

Objetivo:

O exame de auditoria de empréstimos tem como objetivo confirmar que:

1. As obrigações assumidas pela empresa decorrem de transações efetivas de captação de recursos, devidamente autorizadas pela

Programa de: **Empréstimos e encargos financeiros correlatos.**

9

Cliente:

Exercício findo em:

Descrição dos procedimentos

Referência para as
evidências da
execução do
trabalho

Feito
por
/data

empresa;

2. As obrigações contratuais estão sendo integralmente cumpridas;
3. As obrigações (principal e encargos financeiros) estão corretamente calculadas e avaliadas;
4. As obrigações estão integralmente contabilizadas, no período contábil correto; e,
5. As obrigações principais, e os encargos acessórios incidentes, estão adequadamente apresentados e divulgados nas demonstrações contábeis e notas explicativas correspondentes.

Entendimento das operações e dos controles internos:

1. Obter um prévio entendimento das operações rotineiras realizadas pela instituição, registrar esse entendimento por meio de fluxograma ou narrativa, o que for mais conveniente no momento. As seguintes fontes deverão ser consultadas, caso disponível:
 - a) Manual de procedimentos;
 - b) Manual e plano de contas;
 - c) Instruções, formulários e normas internas;
 - d) Relatórios de auditoria interna; e,
 - e) Papéis de trabalho do ano anterior.
2. Avaliar os controles internos e contábeis.

Programa de: **Empréstimos e encargos financeiros correlatos.**

9

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>3. Com base nas informações colhidas em 1 a 2 acima:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Atualizar as anotações arquivadas na pasta permanente; e, b) Julgar a necessidade de efetuar alterações no programa de auditoria, discutindo suas sugestões com o encarregado do serviço. <p>Teste de transação e saldos:</p> <p>1. Obtenha análises ou informes sobre empréstimos (e debêntures) e despesas financeiras, e:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Conferir somas (milhares); b) Confrontar total com o razão; se houver divergências, obter conciliação e investigar a regularização das pendências; e c) Investigar itens relevantes ou incomuns. <p>2. Efetuar, para novos empréstimos, as seguintes verificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Autorizações; b) Identificar os empréstimos selecionados na análise de empréstimos; c) Inspeccionar registro de controle individual; d) Inspeccionar contratos e confrontar especificações com a análise de empréstimos ou com registros de controle individual; e) Verificar entrada do numerário emprestado em caixa (ou banco); 		
---	--	--

Programa de: **Empréstimos e encargos financeiros correlatos.**

9

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>f) Conferir cálculos de encargos financeiros vencidos provisionados;</p> <p>g) Verificar contabilização do empréstimo;</p> <p>h) Inspeccionar contrato de garantia ou documentação pertinente; e,</p> <p>i) examinar documentação comprobatória do pagamento das taxas e comissões de abertura ou de concessão de empréstimos.</p> <p>3. Efetuar, para amortizações de principal e pagamento de encargos financeiros, as seguintes verificações:</p> <p>a) Lançamento no registro de controle individual;</p> <p>b) Valores pagos em confronto com contratos;</p> <p>c) Saída de caixa (ou bancos) pelos valores pagos;</p> <p>d) Inspeccionar cômputo dos pagamentos nos extratos bancários; e,</p> <p>e) Contabilização da operação.</p> <p>4. Revisar atas de reuniões de diretoria e/ou conselho de administração. Para operações de empréstimos mencionados nas atas:</p> <p>a) Identificar a operação nos registros de controles de empréstimos; e,</p> <p>b) Examinar a documentação da operação efetivada.</p>		
---	--	--

Programa de: **Empréstimos e encargos financeiros correlatos.**

9

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>5. Obter confirmações diretas de operações de empréstimos contendo todos os elementos característicos da operação: montantes, prazos, taxas de encargos, etc.; confrontar respostas com nossos papéis de trabalhos e investigar divergências apontadas.</p> <p>6. Certificar-se de que os encargos financeiros, se não pagos, estão integralmente provisionados na data do balanço.</p> <p>7. Obter evidências do cumprimento das cláusulas contratuais restritivas, através:</p> <p>a) De revisão do cumprimento das cláusulas; e,</p> <p>b) Da obtenção da Carta de representação da administração.</p> <p>8. Julgar adequação da segregação de prazos dos empréstimos nas demonstrações contábeis.</p> <p>9. Verificar adequada divulgação das informações sobre os empréstimos nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas correspondentes.</p> <p>Revisão analítica</p> <p>1. Efetuar comparação dos saldos do exercício atual e do exercício anterior e orçamentos, e verificar a razoabilidade das variações;</p> <p>a) De totais de empréstimos e debêntures;</p> <p>b) De parcelas de empréstimos e debêntures do circulante e do exigível a longo prazo;</p> <p>c) Dos montantes de encargos financeiros provisionados;</p>		
--	--	--

Programa de: **Empréstimos e encargos financeiros correlatos.**

9

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>d) Das despesas financeiras de empréstimos;</p> <p>e) Das relações entre as obrigações por empréstimos e debêntures e o patrimônio líquido; e,</p> <p>f) Da relação entre o montante de empréstimos e das despesas financeiras com empréstimos.</p> <p>2. Efetuar revisão global da razoabilidade do montante de despesas financeiras e de encargos capitalizados decorrentes de empréstimos, pela multiplicação do valor médio de empréstimos pela taxa média de encargos financeiros.</p> <p>3. Comparar o custo financeiro dos empréstimos contraídos com o total das receitas de operações de crédito.</p> <p>4. Efetuar leitura nas contas do razão geral de empréstimos, debêntures e despesas financeiras e investigar lançamentos significativos e incomuns.</p> <p>5. Revisar pagamentos de empréstimos posteriores à data do balanço e certifique-se de que haviam sido registrados no período contábil certo.</p> <p>Conclusão:</p> <p>1. Considerando as características da instituição os controles internos são satisfatórios?</p> <p>2. Os saldos parecem corretos?</p> <p>3. Foram adotados princípios de contabilidade adequados?</p> <p>4. Esses princípios são consistentes com os do período anterior?</p>		
--	--	--

Programa de: **Empréstimos e encargos financeiros correlatos.**

9

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

5. Há fatos que merecem citação no nosso parecer ou divulgação em notas explicativas?		
Tempo orçado:	Preparado por:	Aprovado por:

Programa de: Outros passivos.		
		10
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Introdução:</p> <p>Este programa de auditoria é um guia de orientação ao auditor, para evitar desvios de objetivos, dispersão de esforços, esquecimento e incertezas quanto ao tipo, forma e aplicação, extensão e profundidade dos procedimentos. O programa deve ser preparado de tal forma que permita sintonia de procedimentos de auditoria em relação às características próprias de cada instituição, eis porque, nenhum programa padrão, por mais completo que possa parecer, será perfeitamente satisfatório à instituição.</p> <p>São considerados “outros passivos”, para efeito de exame de auditoria, os passivos não incluídos entre as obrigações perante fornecedores e prestadores de serviços, bem como entre as assumidas em função de empréstimos e financiamentos (principal e encargos financeiros). Enquadram-se como tais: as obrigações provisionadas referentes a encargos sociais, contribuições, taxas e impostos (exceto imposto de renda de pessoa jurídica) e outras, as decorrentes de operações com partes relacionadas e, os resultados de exercícios futuros, que representam lucros de operações realizadas, deduzidos dos custos correspondentes, atribuíveis a exercícios futuros, e não sujeitos a devoluções ou a reembolsos.</p> <p>Objetivo:</p> <p>O exame de auditoria de outros passivos tem como objetivos confirmar que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os passivos registrados originam-se de transações autênticas, conhecidas e autorizadas e não liquidadas até a data; 2. Os resultados de exercícios futuros refletem ganhos efetivos atribuíveis a exercícios subsequentes, não conversíveis em exigibilidades; 		
---	--	--

Programa de: Outros passivos.			10
Cliente:	Exercício findo em:		
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data	

<p>3. Todos os passivos conhecidos estão registrados, no período contábil certo;</p> <p>4. Os passivos estão corretamente calculados ou estimados; e,</p> <p>5. Os passivos estão corretamente avaliados e adequadamente apresentados e divulgados nas demonstrações contábeis.</p> <p>Entendimento das operações e dos controles internos:</p> <p>1. Obter um prévio entendimento das operações rotineiras realizadas pela instituição, registrar esse entendimento por meio de fluxograma ou narrativa, o que for mais conveniente no momento. As seguintes fontes deverão ser consultadas, caso disponível:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Manual de procedimentos; b) Manual e plano de contas; c) Instruções, formulários e normas internas; d) Relatórios de auditoria interna; e, e) Papéis de trabalho do ano anterior. <p>2. Avaliar os controles internos e contábeis.</p> <p>3. Com base nas informações colhidas em 1 a 2 acima:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Atualizar as anotações arquivadas na pasta permanente; e, b) Julgar a necessidade de efetuar alterações no programa de auditoria, discutindo suas sugestões com o encarregado do serviço. 		
---	--	--

Programa de: Outros passivos.			10
Cliente:	Exercício findo em:		
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data	

<p>Teste das transações e saldos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Obter análise ou relações de obrigações documentadas e passivos provisionados, e: <ol style="list-style-type: none"> a) Conferir somas (milhares); b) Conferir saldos com o razão; c) Conferir cálculos de atualização de passivos em moedas estrangeiras; d) Examinar, por testes, documentação comprobatória de obrigações; e) Julgar adequação dos critérios e dos cálculos para determinação de passivos estimados; f) Testar liquidações subsequentes; e, g) Obter confirmações diretas de saldos relevantes e investigar diferenças apontadas. 2. Efetuar revisão de pagamentos subsequentes e da documentação recebida após a data de encerramento das demonstrações contábeis e certificar-se da inexistência de passivos não registrados. 3. Revisar cartas de advogados e relatórios de consultores jurídicos e certificar-se de que: <ol style="list-style-type: none"> a) Foram registrados todos os casos litigiosos que caracterizam exigibilidades; e, 		
---	--	--

Programa de: Outros passivos.		
		10
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>b) Os casos litigiosos em andamento, que ainda não caracterizam exigibilidades, foram devidamente avaliados pela empresa e adequadamente divulgados nas demonstrações contábeis.</p> <p>4. Obter carta de representação da administração a respeito de passivos relevantes provisionados e perdas contingentes não provisionadas.</p> <p>5. Revisar as atas de reuniões do conselho de administração e de reuniões de diretoria e observar se há relato sobre operações ou acordos que possam redundar em obrigações atuais ou futuras.</p> <p>6. Examinar contratos de aluguéis, arrendamentos, assistência técnica, royalties, franquias, etc., e certificar-se de que as cláusulas que determinaram o registro de obrigações estão sendo observadas.</p> <p>7. Obter análise das contas de resultados de exercícios futuros, e:</p> <p>a) Conferir somas (milhares);</p> <p>b) Confrontar saldos com o razão;</p> <p>c) Examinar comprovação de receitas recebidas por antecipação;</p> <p>d) Examinar comprovação dos custos atribuíveis às receitas antecipadas;</p> <p>e) Julgar critérios de reconhecimento dos valores diferidos, no resultado do exercício;</p> <p>f) Conferir cálculos da apropriação ao resultado; e,</p> <p>g) Verificar consistência de tratamento contábil do diferimento</p>		
--	--	--

Programa de: Outros passivos.		
		10
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p style="text-align: center;">do resultado.</p> <p>Revisão analítica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Efetuar comparação entre os saldos do exercício atual e anterior e orçamentos, e investigar variações destoantes, de relevância, para: <ol style="list-style-type: none"> a) Impostos, taxas, encargos sociais e impostos a recolher; b) Passivos com partes relacionadas; c) Passivos contingentes provisionados; d) Passivos decorrentes de serviços (consultores, advogados, auditores, etc.); e) Passivos decorrentes de aluguéis, arrendamentos, assistência técnica, royalties e franquias; f) Outros passivos provisionados; e, g) Resultados de exercícios futuros. 2. Efetuar revisão dos lançamentos registrados no razão das contas de outros passivos e investigar itens relevantes ou incomuns. <p>Conclusão:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Considerando as características da instituição os controles internos são satisfatórios? 2. Os saldos parecem corretos? 3. Foram adotados princípios de contabilidade adequados? 		
--	--	--

Programa de: Outros passivos.		
		10
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>4. Esses princípios são consistentes com os do período anterior?</p> <p>5. Há fatos que merecem citação no nosso parecer ou divulgação em notas explicativas?</p>		
Tempo orçado:	Preparado por:	Aprovado por:

Programa de: Imposto de renda da pessoa jurídica		
		11
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Introdução:</p> <p>Este programa de auditoria é um guia de orientação ao auditor, para evitar desvios de objetivos, dispersão de esforços, esquecimento e incertezas quanto ao tipo, forma e aplicação, extensão e profundidade dos procedimentos. O programa deve ser preparado de tal forma que permita sintonia de procedimentos de auditoria em relação às características próprias de cada instituição, eis porque, nenhum programa padrão, por mais completo que possa parecer, será perfeitamente satisfatório à instituição.</p> <p>O imposto de renda da pessoa jurídica compreende o encargo tributário relativo aos lucros auferidos pela empresa (ou entidade), em cada exercício financeiro, em função do desenvolvimento de suas atividades sociais. Abrange não somente as despesas (ou os créditos de imposto) atribuíveis ao período contábil atual mas também, as despesas (ou créditos) que, em função de diferenças temporárias entre o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e o lucro (ou prejuízo) contábil, são diferidas para exercícios futuros.</p> <p>Objetivo:</p> <p>O exame de auditoria do imposto de renda da pessoa jurídica tem como objetivos confirmar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Que os montantes de impostos apurados basearam-se no lucro tributável, determinado com a observância da legislação tributária vigente; 2. Que os cálculos do imposto estão corretos; 3. Que os passivos, os ativos e as despesas ou créditos de impostos estão integralmente registradas, no período contábil correto (levando em conta os diferimentos de despesas ou créditos); e, 		
---	--	--

Programa de: **Imposto de renda da pessoa jurídica**

11

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>4. Que as contas representativas do imposto de renda estão adequadamente apresentadas e divulgadas nas demonstrações contábeis.</p> <p>Entendimento das operações e dos controles internos:</p> <p>1. Certificar-se, obtendo evidências adequadas, de que a administração exerce efetiva supervisão sobre o funcionamento dos controles internos, e sobre a regularidade do montante, da natureza, e da razoabilidade dos saldos das transações realizadas pela empresa, através:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Da revisão e aprovação de demonstrações contábeis periódicas; b) Da análise comparativa dos dados e informações contábeis com os orçamentários e outros instrumentos de informação; e, c) Da revisão e aprovação de relatórios e informes gerenciais sobre: <ul style="list-style-type: none"> a) Impactos decorrentes de mudanças da legislação tributária; b) Medidas de planejamento fiscal; c) Cálculos das provisões de imposto; d) Lucros tributáveis e prejuízos fiscais; e) Mutações dos saldos de imposto de renda; f) Estimativas de pagamentos futuros de imposto; e, g) Eventos particularmente relevantes e transações incomuns. 		
--	--	--

Programa de: **Imposto de renda da pessoa jurídica**

11

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>2. Certificar-se, através de evidências suficientes, de que estão operando eficientemente as funções (de preparação ou emissão, de conferência, de supervisão e de autorização ou aprovação) e os instrumentos de controles, envolvendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) O acompanhamento das alterações de legislação; b) O lançamento e atualização dos registros de apuração do imposto; c) A preparação de declarações de renda; d) Os cálculos de apuração do imposto; e) Os lançamentos contábeis do imposto; f) O estudo de alternativas visando a redução da carga tributária; g) O estudo de impactos fiscais sobre novas transações ou transações relevantes e incomuns; e, h) Relatórios e informes gerenciais. <p>Teste das transações e saldos:</p> <p>1. Obter análise da movimentação ocorrida nas contas de imposto de renda durante o exercício, e:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Conferir somas (milhares); b) Conferir saldos com o razão; c) Examinar documentação comprobatória de pagamentos efetuados; e, 		
---	--	--

Programa de: **Imposto de renda da pessoa jurídica**

11

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>d) Confrontar montantes notificados pela autoridade fiscal com a declaração do imposto.</p> <p>e) Confrontar montante do imposto declarado relativo ao exercício anterior, com os valores contabilmente registrados ao final do exercício; investigar motivos de diferenças relevantes e adequação do tratamento contábil dos ajustes efetuados.</p> <p>2. Obter os cálculos do imposto de renda gerado no exercício e efetuar os seguintes testes:</p> <p>a) Conferir somas (milhares);</p> <p>b) Confrontar montante do lucro (ou prejuízo) contábil com nossos papéis de trabalho;</p> <p>c) Julgar adequação das adições e exclusões do lucro (ou prejuízo) contábil para apuração do resultado tributável (ou prejuízo fiscal);</p> <p>d) Conferir montantes das adições e exclusões com anotações em nossos papéis de trabalho ou com a documentação de origem;</p> <p>e) Confrontar alíquota de imposto empregada com instrumentos oficiais;</p> <p>f) Verificar adequação do tratamento contábil do imposto face a diferenças temporárias ou existência de fatores que justifiquem o registro de imposto ativo; e,</p> <p>g) Investigar itens relevantes ou incomuns.</p> <p>3. Efetuar revisão nas contas de receitas e despesas de modo a</p>		
--	--	--

Programa de: **Imposto de renda da pessoa jurídica**

11

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>verificar se o cliente considerou todos os casos de exclusão de receitas ou inclusão de despesas não dedutíveis.</p> <p>4. Discutir com nossos especialistas em tributos, sobre a adequação geral dos montantes do imposto de renda contabilizado e sobre aspectos levantados durante o exame.</p> <p>5. Indagar sobre inspeções ou comunicações das autoridades fiscais do imposto de renda relativos a impostos declarados em exercícios anteriores. Examinar a documentação pertinente e investigar efeitos sobre as demonstrações contábeis.</p> <p>Revisão analítica</p> <p>1. Efetuar comparações e investigar variações relevantes ou incomuns entre os dados constantes das demonstrações contábeis do exercício atual e do exercício anterior e dos orçamentos para:</p> <p>a) Despesas de imposto de renda;</p> <p>b) Créditos de imposto de renda;</p> <p>c) Passivos de imposto de renda; e,</p> <p>d) A relação entre a despesa do imposto e o lucro antes do imposto de renda.</p> <p>2. Revisar lançamentos efetuados nas contas do razão de imposto de renda e investigar itens relevantes e incomuns.</p> <p>Conclusão:</p> <p>1. Os controles internos são satisfatórios?</p> <p>2. Os saldos parecem corretos?</p>		
--	--	--

Programa de: **Imposto de renda da pessoa jurídica**

11

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>3. Foram adotados princípios de contabilidade adequados?</p> <p>4. Foram adotadas normas que a instituição está obrigada?</p> <p>5. Esses princípios são consistentes com os do período anterior?</p>		
Tempo orçado:	Preparado por:	Aprovado por:

Programa de: Resultados de exercícios futuros.		
		12
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Introdução:</p> <p>Este programa de auditoria é um guia de orientação ao auditor, para evitar desvios de objetivos, dispersão de esforços, esquecimento e incertezas quanto ao tipo, forma e aplicação, extensão e profundidade dos procedimentos. O programa deve ser preparado de tal forma que permita sintonia de procedimentos de auditoria em relação às características próprias de cada instituição, eis porque, nenhum programa padrão, por mais completo que possa parecer, será perfeitamente satisfatório à instituição.</p> <p>Este programa se aplica ao exame das contas de “resultados de exercícios futuros”, assim definidos os valores positivos (lucros) diferidos para reconhecimento nos respectivos exercícios de competência nos respectivos exercícios de competência. Nesse grupamento classificam-se as receitas antecipadas deduzidas dos custos e despesas a elas correspondentes. São portanto, lucros de transações ocorridas no exercício atual ou anteriores mas de competência de exercícios futuros. É característica importante dos itens classificáveis neste grupamento, o fato de que não deverá existir qualquer tipo de obrigação de devolução das receitas recebidas antecipadamente, como, por exemplo, no caso de aluguéis antecipados de cujo contrato de locação exista cláusula de não reembolso da importância recebida. Havendo quaisquer possibilidades de devolução, estará configurada uma exigibilidade e não um ganho, o que recomendará sua classificação no passivo circulante ou longo prazo.</p> <p>Objetivo:</p> <p>Os objetivos principais do exame das contas de resultados de exercícios futuros são:</p>		
--	--	--

Programa de: Resultados de exercícios futuros.		
		12
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>1. Certificar que efetivamente se tratam de operações típicas enquadráveis sob essa classificação, sendo certo que não existem possibilidades de caracterizarem operações conversíveis em exigibilidades.</p> <p>2. Determinar que os saldos no balanço patrimonial representam adequadamente valores de receitas menos custos, atribuíveis a exercícios futuros.</p> <p>Entendimento das operações e dos controles internos:</p> <p>1. Obter um prévio entendimento das operações rotineiras realizadas pela instituição, registrar esse entendimento por meio de fluxograma ou narrativa, o que for mais conveniente no momento. As seguintes fontes deverão ser consultadas, caso disponível:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Manual de procedimentos; b) Manual e plano de contas; c) Instruções, formulários e normas internas; d) Relatórios de auditoria interna; e, e) Papéis de trabalho do ano anterior. <p>2. Avaliar os controles internos e contábeis.</p> <p>3. Com base nas informações colhidas em 1 a 2 acima:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Atualizar as anotações arquivadas na pasta permanente; e, b) Julgar a necessidade de efetuar alterações no programa de auditoria, discutindo suas sugestões com o encarregado do serviço. 		
--	--	--

Programa de: Resultados de exercícios futuros.		
		12
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Teste das transações e saldos</p> <p>1. Obter análise das contas que compõem agrupamento de resultados de exercícios futuros e efetuar os seguintes testes:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Conferir somas (milhares); b) Conferir saldos com razão; c) Examinar documentação comprobatória das receitas recebidas antecipadamente no exercício. Examinar contratos, quando aplicável; d) Testar valores de custos e despesas atribuíveis às receitas antecipadas. Examinar documentos comprobatórios; e) Julgar critérios para reconhecimento dos valores diferidos nos resultados anuais e testar apropriações feitas no exercício; e, f) Verificar consistência do tratamento contábil dispensado, em relação ao exercício anterior. <p>2. Com base no trabalho feito, julgar quanto a necessidade de sugerir ajustes ou reclassificações de saldos, anotando as sugestões nos papéis de trabalho.</p> <p>Revisão analítica:</p> <p>Efetuar comparação entre os saldos do exercício atual, anterior e orçamentos, e investigar variações destoantes de relevância.</p> <p>Conclusão:</p>		
---	--	--

Programa de: Resultados de exercícios futuros.		
		12
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data
<p>1. Os controles internos são satisfatórios?</p> <p>2. Os saldos parecem corretos?</p> <p>3. Foram adotados princípios de contabilidade adequados?</p> <p>4. Esses princípios são consistentes com os do período anterior?</p> <p>5. Há fatos que merecem citação no nosso parecer ou divulgação em notas explicativas?</p>		
Tempo orçado:	Preparado por:	Aprovado por:

Programa de: Patrimônio líquido.		
		13
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Introdução</p> <p>Este programa de auditoria é um guia de orientação ao auditor, para evitar desvios de objetivos, dispersão de esforços, esquecimento e incertezas quanto ao tipo, forma e aplicação, extensão e profundidade dos procedimentos. O programa deve ser preparado de tal forma que permita sintonia de procedimentos de auditoria em relação às características próprias de cada instituição, eis porque, nenhum programa padrão, por mais completo que possa parecer, será perfeitamente satisfatório à instituição.</p> <p>O patrimônio líquido, ou acervo líquido, é representado pelas contas pertencentes ao proprietário. Inclui o montante do capital empregado no negócio e os acréscimos ou decréscimos patrimoniais formados ao longo do período de exploração, ou sejam: os lucros auferidos ou prejuízos verificados no desenvolvimento das atividades sociais, e as reservas formadas com bases nos lucros. O patrimônio líquido contempla, ainda, os acréscimos patrimoniais originários de fontes externas, como, por exemplo: as subvenções e as doações de terceiros, os ágios auferidos na subscrição de ações da empresa e os aumentos de ativos decorrentes de reavaliações. Ações de emissão da própria empresa e recompradas e mantidas “em tesouraria”, figuram como dedução de lucros ou de reservas de lucros. Dividendos declarados devem ser excluídos do patrimônio líquido e apresentados como exigibilidades.</p> <p>Objetivo:</p> <p>O exame de auditoria do patrimônio líquido tem como objetivos confirmar que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O capital da empresa é representado pelas quantidades de ações em circulação, emitidas com aprovação de seus acionistas; 		
---	--	--

Programa de: Patrimônio líquido.		
		13
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>2. O montante de ações em tesouraria é representado por ações de propriedade da empresa;</p> <p>3. As reservas foram constituídas, e os dividendos foram estabelecidos, de acordo com as previsões do estatuto social e/ou da legislação aplicável à empresa, e baseiam-se em cálculos corretos;</p> <p>4. Todas as transações envolvendo o patrimônio líquido estão contabilizadas e apropriadas no período contábil certo; e,</p> <p>5. As contas do patrimônio líquido estão adequadamente apresentadas e divulgadas nas demonstrações contábeis.</p> <p>Entendimento das operações e dos controles internos:</p> <p>1. Obter um prévio entendimento das operações rotineiras realizadas pela instituição, registrar esse entendimento por meio de fluxograma ou narrativa, o que for mais conveniente no momento. As seguintes fontes deverão ser consultadas, caso disponível:</p> <p style="margin-left: 20px;">a) Manual de procedimentos;</p> <p style="margin-left: 20px;">b) Manual e plano de contas;</p> <p style="margin-left: 20px;">c) Instruções, formulários e normas internas;</p> <p style="margin-left: 20px;">d) Relatórios de auditoria interna;</p> <p style="margin-left: 20px;">e) Papéis de trabalho do ano anterior; e,</p> <p>2. Avaliar os controles internos e contábeis.</p>		
---	--	--

Programa de: Patrimônio líquido.		
		13
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>3. Com base nas informações colhidas em 1 a 2 acima:</p> <p>a) Atualizar as anotações arquivadas na pasta permanente; e,</p> <p>b) Julgar a necessidade de efetuar alterações no programa de auditoria, discutindo suas sugestões com o encarregado do serviço.</p> <p>Teste das transações e saldos:</p> <p>1. Obter análise das mutações das contas do patrimônio líquido ou relatórios ou informes gerenciais contendo os dados e informações sobre as mutações, e:</p> <p>a) Conferir somas (milhares); e,</p> <p>b) Confrontar saldos com o razão.</p> <p>2. Examinar, para aumentos de capital por subscrições no período:</p> <p>a) Atas de reuniões de diretoria e de assembléia de acionistas aprovando a emissão de ações;</p> <p>b) Lançamento das quantidades emitidas no registro de ações;</p> <p>c) Boletins de subscrição;</p> <p>d) Entradas em caixa e depósito das importâncias subscritas;</p> <p>e) Registro contábil do ágio, se houver, incluído no preço de subscrição;</p> <p>f) Laudos de avaliação de peritos no caso de subscrição de capital com bens;</p>		
---	--	--

Programa de: **Patrimônio líquido.**

13

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>g) Registro individual de bens incorporados; e,</p> <p>h) Contabilização do aumento de capital.</p> <p>3. Verificar, para compra de ações próprias:</p> <p>a) Atas de reuniões de diretoria aprovando a compra;</p> <p>b) Documentação de compra das ações;</p> <p>c) Cálculos e critérios para fixação dos preços de compra;</p> <p>d) Existência física das ações adquiridas (inspeção física ou confirmação, se custodiadas com terceiros);</p> <p>e) Pagamento das ações;</p> <p>f) Lançamentos de transferência de propriedade, nos registros de ações;</p> <p>g) Revenda das ações adquiridas ou cancelamento das ações, qual tenha sido o motivo da aquisição; e,</p> <p>h) Verificações do atendimento de normas legais e regulamentares (inclusive da CVM, se aplicável).</p> <p>4. Obter confirmações diretas das quantidades de ações em circulação, caso a empresa utilize serviços de agentes emissores encarregados da emissão, dos registros e das transferências de ações.</p> <p>5. Conferir montante do capital autorizado com atas de assembléia</p>		
--	--	--

Programa de: **Patrimônio líquido.**

13

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>de acionistas ou reuniões de diretoria.</p> <p>6. Obter cálculos do lucro por ação, e:</p> <p>a) Conferir o montante do lucro com a demonstração do resultado;</p> <p>b) Confrontar o total de ações com o registro próprio;</p> <p>c) Confira o cálculo da quantidade média de ações, se este for o critério adotado; e,</p> <p>d) Confira o cálculo.</p> <p>7. Proceder aos seguintes testes aplicáveis a subvenções e doações recebidas, ou a ágios na emissão de ações, alienação de bônus de subscrição e prêmios na emissão de debêntures:</p> <p>a) Verificar entradas em caixa;</p> <p>b) Examinar instrumentos legais de subvenções e doações; e,</p> <p>c) Examinar documentação do subvencionador ou doador, confirmando os termos e condições da subvenção ou doação;</p> <p>8. Proceder, para as mutações nas reservas de lucros:</p> <p>a) Ao confronto das bases de constituição com os limites e percentuais estabelecidos pelos estatutos;</p> <p>b) A conferência de critérios e cálculos dos montantes constituídos;</p> <p>c) Ao julgamento das justificativas para constituição das</p>		
---	--	--

Programa de: **Patrimônio líquido.**

13

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>reservas de contingências, reservas de lucros a realizar e de retenção de lucros em confronto com os estatutos, a legislação societária e exigências legais de órgãos reguladores (CVM, Banco Central, SUSEP, etc.); e,</p> <p>d) Ao julgamento dos critérios de reversão das reservas.</p> <p>9. Executar os seguintes trabalhos, para reavaliações procedidas:</p> <p>a) Julgar procedimentos e critérios adotados pela empresa;</p> <p>b) Examinar laudos de avaliação de peritos;</p> <p>c) Examinar atas de assembleias de acionistas e reuniões de diretoria;</p> <p>d) Verificar contabilização; e,</p> <p>e) Conferir cálculos e critérios para realização da reserva constituída.</p> <p>10. Examinar lançamentos de ajustes de exercícios anteriores, certificando-se do correto tratamento contábil dispensado e evidenciar os ajustes do exercício, principalmente aqueles necessários por mudança do regime contábil: “de caixa” para “competência”.</p> <p>11. Verificar, para dividendos distribuídos:</p> <p>a) Consonância dos critérios de cálculos em relação aos estatutos e à legislação societária;</p> <p>b) Correção aritmética dos cálculos;</p>		
--	--	--

Programa de: **Patrimônio líquido.**

13

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>c) Documentação comprobatória dos pagamentos de dividendos; e,</p> <p>d) Confirmar, diretamente com agentes pagadores de dividendos ou com acionistas, o pagamento de dividendos.</p> <p>Revisão analítica</p> <p>1. Efetuar comparação e investigar variações relevantes ou incomuns entre os dados contidos nas demonstrações contábeis do exercício atual e do anterior e nos orçamentos para:</p> <p>a) O total do patrimônio líquido;</p> <p>b) A quantidade de ações em circulação;</p> <p>c) Dividendos pagos ou a pagar;</p> <p>d) Ações em tesouraria;</p> <p>e) A relação entre dividendos e lucros líquido; e,</p> <p>f) A relação entre dividendos e patrimônio líquido.</p> <p>2. Efetuar revisão global dos totais de subscrição, resgates ou compras de ações da empresa mediante a multiplicação das quantidades de ações pelos preços médios determinados para a transação.</p> <p>3. Conferir montante total do capital em circulação através da multiplicação das quantidades de ações pelo valor nominal ou o preço unitário das ações.</p> <p>4. Efetuar leitura da movimentação no razão das contas do patrimônio líquido e dividendos a pagar; investigar itens</p>		
--	--	--

Programa de: Patrimônio líquido.		
		13
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

relevantes ou incomuns.		
Conclusão:		
Considerando as características da instituição os controles internos são satisfatórios?		
1. Os saldos parecem corretos?		
2. Foram adotados princípios de contabilidade adequados?		
3. Esses princípios são consistentes com os do período anterior?		
4. Há fatos que merecem citação no nosso parecer ou divulgação em notas explicativas?		
Tempo orçado:	Preparado por:	Aprovado por:

Programa de: Despesas operacionais (exceto pessoal).		
		14
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Introdução:</p> <p>Este programa de auditoria é um guia de orientação ao auditor, para evitar desvios de objetivos, dispersão de esforços, esquecimento e incertezas quanto ao tipo, forma e aplicação, extensão e profundidade dos procedimentos. O programa deve ser preparado de tal forma que permita sintonia de procedimentos de auditoria em relação às características próprias de cada instituição, eis porque, nenhum programa padrão, por mais completo que possa parecer, será perfeitamente satisfatório à instituição.</p> <p>Este programa se aplica ao exame das despesas operacionais, aqui definidas como despesas realizadas pela instituição com o objetivo de obter as receitas necessárias ao desenvolvimento e manutenção das suas atividades operacionais.</p> <p>Classificam-se como tais, as despesas com operações de crédito, as despesas financeiras (juros, comissões bancárias, etc.) e as despesas administrativas e gerais (aluguéis, viagens, limpeza e conservação, honorários de diretoria, serviços prestados por terceiros, telefone; energia, manutenção e reparos, etc.)</p> <p>Objetivo:</p> <p>O exame das despesas operacionais tem como objetivos principais determinar que essas despesas estejam:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Devidamente autorizadas; 2. Suficientemente comprovadas; 3. Apropriadamente identificadas com a natureza das atividades da instituição; 4. Devidamente associadas com as receitas as quais devem contrapor-se; 	
---	--

Programa de: Despesas operacionais (exceto pessoal).		
		14
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>5. Corretamente alocadas no exercício de sua competência;</p> <p>6. Adequadamente apresentadas nas demonstrações contábeis.</p> <p>Entendimento das operações e dos controles internos:</p> <p>1. Obter um prévio entendimento das operações. Rotineiras realizadas pela empresa, registrar este entendimento por meio de fluxogramas ou narrativas. As seguintes fontes deverão ser consultadas, caso disponíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Manual de procedimento; b) Manual e plano de contas; c) Instruções, formulários e normas internas; d) Relatórios da auditoria interna; e) Papéis de trabalho do ano anterior. <p>2. Avaliar os controles contábeis internos.</p> <p>3. Com base nas informações colhidas em 1. e 2. acima:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Atualizar as anotações arquivadas na pasta permanente; b) Julgar a necessidade de efetuar alterações no programa de auditoria discutindo suas sugestões com o encarregado do serviço. <p>Teste das transações e saldos:</p> <p>1. Obter ou preparar uma análise comparativa das contas classificadas no grupamento de despesas operacionais, esta análise deverá conter:</p>		
---	--	--

Programa de: Despesas operacionais (exceto pessoal).		
		14
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>a) Os saldos individuais correspondentes aos exercícios sob exame;</p> <p>b) Os saldos individuais correspondentes ao exercício anterior;</p> <p>c) Os valores correspondentes ao orçamento anual;</p> <p>d) Variações percentuais de: a) em relação a c); e,</p> <p>e) Colunas destinadas às observações a respeito das variações apuradas.</p> <p>2. Com base na análise do passo 1. acima, efetuar o seguinte trabalho:</p> <p>a) Conferir saldos com o razão; e,</p> <p>b) Obter explicações justificativas das variações ocorridas, julgar as explicações obtidas e investigar as variações que aparentem ser incomuns. ou anormais.</p> <p>Obs: Para efeito de melhor interpretar as origens das variações, deverão ser levados em conta, os seguintes aspectos principais:</p> <p>a) Grau de estabilidade das operações dos exercícios comparados. Expansões acentuadas ou recessões podem refletir sobre o aumento ou redução nas despesas;</p> <p>b) Efeitos causados pela inflação;e,</p> <p>c) Consistência de tratamento contábil.</p> <p>3. Quando aplicável, cruzar referências para as seções nas quais já tenha sido desenvolvido trabalho em contas de despesas, em conexão com trabalho em contas de ativo ou de passivo.</p>		
--	--	--

Programa de: **Despesas operacionais (exceto pessoal).**

14

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>4. Para as contas não cobertas por trabalhos em outras seções e, preferivelmente, para aquelas que tenham apresentado flutuações relevantes em relação ao exercício anterior, efetuar os seguintes trabalhos:</p> <p>a) Efetuar leitura no movimento registrado durante o exercício, observando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Se a natureza das despesas lançadas é condizente com a natureza da conta; - Se as despesas estão sendo registradas nos exercícios corretos de acordo com sua competência (atentar para o fato de que pode haver casos de despesas de exercício anterior sendo lançadas no exercício sob exame e casos de omissões de lançamentos ao final do exercício para registro somente no exercício subsequente). <p>b) Testar lançamentos registrados durante o exercício, observando os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inspeccionar comprovantes originais (identificá-los claramente nos papéis); - Verificar se os comprovantes estão em nome da empresa ou certificar-se de que o gasto foi feito por conta da empresa; - Examinar autorizações; - Constatar evidência efetiva dos gastos; - No caso de serviços contratados a terceiros (advogados, médicos, engenheiros ,etc.), examinando relatórios, pareceres, laudos, contratos firmados, etc; 		
--	--	--

Programa de: Despesas operacionais (exceto pessoal).		
		14
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<ul style="list-style-type: none"> - Quando aplicável, verificar retenção de impostos de fonte e previdência social; - Julgar adequação da classificação contábil; e, - Certificar-se de que as normas, instruções internas, etc., quando existentes, vêm sendo obedecidas. <p>5. Analisar contas (com saldos relevantes) que apresentem intitulações genéricas tais como "Despesas diversas", "Gastos gerais" ou títulos similares. Investigar natureza dos lançamentos.</p> <p>Conclusão:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os controles internos são satisfatórios? 2. Os saldos parecem corretos? 3. Foram adotados princípios de contabilidade adequados? 4. Esses princípios são consistentes com os do período anterior? 5. Há fatos que merecem citação no nosso parecer ou divulgações em notas explicativas? 		
Tempo orçado:	Preparado por:	Aprovado por:

Programa de: Auditoria de Sistema de Operações de Crédito		
		15
Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>Introdução:</p> <p>Este programa de auditoria de sistemas é um guia ao auditor, para que o mesmo tenha condições de avaliar os controles do sistema de operações de crédito e do ambiente de processamento de dados que o suporta.</p> <p>O programa procura ser abrangente o suficiente para tratar um sistema de operações de crédito em qualquer ambiente de processamento de dados. Dependendo das características deste ambiente e da complexidade do sistema de operações de crédito pode ser realizado um maior detalhamento deste programa.</p> <p>O foco deste programa é o do exame dos parâmetros de segurança física e lógica, fidelidade da informação em relação ao dado, confidencialidade da informação e eficácia / eficiência do sistema de operações de crédito.</p> <p>Objetivos:</p> <p>A avaliação dos controles sobre os componentes sistêmicos que suportam as operações de crédito tem como objetivos principais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Validar o grau de segurança proporcionado aos recursos envolvidos no ambiente de sistemas em relação às ameaças existentes e prováveis sinistros que podem ocorrer; 2. Validar o grau de segurança empregado com os recursos tecnológicos nos processos do sistema; 3. Validar os procedimentos operacionais e de controle para transformação dos dados em informações; 4. Validar o grau de sigilo existente em relação aos dados e informações tratados pelo sistema; 		
---	--	--

Programa de: **Auditoria de Sistema de Operações de Crédito**

15

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>5. Verificar os controles existentes para redução de risco de interrupção das atividades do negócio</p> <p>Segurança física:</p> <p>No que diz respeito à sala do servidor:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Verificar se o servidor se encontra em uma sala apropriada, onde: <ol style="list-style-type: none"> a) É evitada a armazenagem de produtos nocivos aos equipamentos; e, b) Sua limpeza é adequada, de modo a proteger os equipamentos contra danos. 2. Verificar se existe procedimento de acesso à sala, contemplando: <ol style="list-style-type: none"> a) Acesso restrito de todos os usuários; e, b) Medidas de segurança e proteção relativas ao controle e limitação de acesso às pessoas não autorizadas. 3. Verificar se existem instruções de segurança do que fazer em caso de sinistro. <p>No que diz respeito aos procedimentos de <i>back-up</i>:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Verificar se existem normas e procedimentos de <i>back-up</i> e se as mesmas são seguidas. 2. Verificar se são atribuídas responsabilidades a um ou mais empregados pela custódia, manutenção e arquivamento das fitas de <i>back-up</i>. 		
---	--	--

Programa de: **Auditoria de Sistema de Operações de Crédito**

15

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>3. Verificar se as fitas de <i>back-up</i> são armazenadas em locais distintos do ambiente de processamento de dados e de acesso restrito.</p> <p>4. Verificar se existem garantias de que os arquivos e os movimentos dos últimos dias podem ser recuperados; e,</p> <p>5. Verificar se é utilizado o conceito avô-pai-filho para a geração de back-up.</p> <p>No que diz respeito ao ambiente de microinformática:</p> <p>1. Verificar se os microcomputadores estão protegidos com estabilizadores e <i>no-break</i>.</p> <p>2. Verificar se existe contrato de manutenção dos microcomputadores.</p> <p>3. Verificar se existem programas sem a devida licença de uso; e,</p> <p>4. Verificar se os microcomputadores estão protegidos contra vírus através de uso de software antivírus.</p> <p>No que diz respeito à rede de microcomputadores:</p> <p>1. Verificar se a rede elétrica que serve os microcomputadores, é estabilizada com <i>no-break</i></p> <p>2. Verificar se há tempo suficiente para o término de operações críticas; e,</p> <p>3. Verificar se existe um sistema que evite entrada de softwares não autorizados na rede e que detecte e elimine arquivos estranhos.</p>		
--	--	--

Programa de: **Auditoria de Sistema de Operações de Crédito**

15

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>No caso de existência de um ambiente WEB:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Verificar se existe um mecanismo como <i>Firewall</i> contra acesso indevido de agentes externos como <i>hackers</i>.. 2. Verificar se o servidor WEB não permite a execução de programas não autorizados, como por exemplo arquivos executáveis anexados aos e-mails; e, 3. Verificar se existem procedimentos de monitoração do ambiente WEB no sentido de verificar irregularidades ou anormalidades na operação da rede. <p>Segurança lógica:</p> <p>No que diz respeito ao controle de acesso:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Verificar a existência de usuário e senha de acesso ao microcomputador, ao sistema operacional e ao sistema de operações de crédito. 2. Verificar a existência de controles que não permitam senhas presumíveis, como o uso do <i>user id</i> como senha, repetição de números etc. 3. Verificar a existência de controles que forcem a troca de senhas de forma periódica. 4. Verificar a existência de controles que bloqueiem senhas por tentativas de acesso não concluídas ou por longo período de inatividade. 5. Verificar a existência de uma estrutura de acessos às funcionalidades do sistema, de forma que um usuário só tenha permissão às operações relativas às suas atividades; e, 		
--	--	--

Programa de: **Auditoria de Sistema de Operações de Crédito**

15

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>6. Verificar se, quando da saída temporária ou definitiva de um empregado, os acessos ao microcomputador, ao sistema operacional e ao sistema de operações de crédito são bloqueados.</p> <p>No que diz respeito às trilhas de auditoria do sistema:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Verificar se o sistema registra as operações críticas realizadas pelos seus usuários. 2. Verificar se o acesso aos registros de operações no sistema é restrito; e, 3. Simular as rotinas críticas em ambiente de testes e verificar se os registros de operações possuem dados suficientes para a compreensão das operações realizadas. <p>Fidelidade da informação em relação ao dado:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Verificar a existência de controles de validação de dados de entrada que contemplem as seguintes detecções de erros: <ol style="list-style-type: none"> a) Entrada de valores fora dos limites aceitáveis; b) Entrada de caracteres inválidos nos campos de entrada; c) Dados ausentes ou incompletos; d) Dados excedendo os volumes máximos e mínimos; e, e) Dados não autorizados ou inconsistentes. 2. Para os processos de entrada de dados em lote: 		
---	--	--

Programa de: **Auditoria de Sistema de Operações de Crédito**

15

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>a) Verificar se existem controles de checagem dos valores digitados, como por exemplo comparações das sumarizações da capa de lote com as do sistema; e,</p> <p>b) Simular em ambiente de teste a entrada de um lote e verificar o funcionamento do controle.</p> <p>3. Para os processos de integração do sistema de operações de crédito com outros sistemas:</p> <p>a) Verificar relatórios dos sistemas origem e destino que permitam a identificação da correta integração. Por exemplo: verificar se um conjunto de movimentações corresponde ao saldo de uma determinada conta contábil; e,</p> <p>b) Caso exista a possibilidade, convém que sejam realizados cruzamentos eletrônicos de dados entre os sistemas origem e destino. Para estes cruzamentos pode ser utilizada uma ferramenta como o Microsoft Access ou alguma ferramenta de extração de dados.</p> <p>Confidencialidade da informação:</p> <p>1. Verificar se são adotados controles para redução de riscos de acesso não autorizado, perda e danos à informação durante e fora do horário normal de trabalho. Para isso pode-se verificar:</p> <p>a) Se papéis e mídias de computador são guardados quando não utilizados;</p> <p>b) Se informações sensíveis e críticas ao negócio são guardadas em local distante, de forma segura e fechada quando não forem requeridas;</p>		
--	--	--

Programa de: **Auditoria de Sistema de Operações de Crédito**

15

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>c) Se computadores e impressoras ficam desligados quando não assistidos e se são protegidos por senhas, chaves ou outros controles quando não estão em uso; e,</p> <p>d) Se informações sensíveis, quando impressas, são imediatamente retiradas da impressora.</p> <p>2. Verificar se as mídias contendo informações sensíveis são descartadas de forma segura e protegidas quando não forem mais necessárias. Os itens que podem requerer descarte seguro são documentos em papel, gravação de voz ou outro tipo, papel-carbono, relatórios impressos, fitas de impressão descartáveis, fitas magnéticas, discos removíveis e cartuchos, meio de armazenamento ótico, listagem de programas, dados de testes e documentação de sistemas.</p> <p>3. Caso exista tráfego de informações por meio eletrônico, verificar se são utilizados mecanismos de criptografia que impeçam a leitura dessas informações em caso de extravio</p> <p>Eficácia / Eficiência:</p> <p>1. Definir amostras e simular em ambiente de testes as rotinas mais críticas do sistema de operações de crédito, a fim de verificar o correto funcionamento destas rotinas. A princípio as rotinas que poderiam passar por esse procedimento são:</p> <p>a) Definição do limite de crédito, sendo ponto importante a verificação da existência de diferenciação de tratamento para o cliente dependendo de parâmetros suspeitos;</p> <p>b) Concessão de crédito, sendo ponto importante a verificação</p>		
---	--	--

Programa de: **Auditoria de Sistema de Operações de Crédito**

15

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

<p>do correto cálculo de juros; e,</p> <p>c) Baixa de recebimentos.</p> <p>2. Caso exista a disponibilização de dados para o cliente via Internet ou algum outro meio, é necessário verificar se os dados disponibilizados são corretos e atualizados, principalmente se o banco de dados for replicado.</p> <p>No que diz respeito ao treinamento dos usuários em relação ao sistema de operações de crédito:</p> <p>1. Verificar se os usuários foram treinados para a utilização das operações do sistema de sua responsabilidade; e,</p> <p>2. Verificar se existe manual do usuário e <i>help on line</i> nos quais os usuários tenham condições de sanar dúvidas em relação à utilização do sistema.</p> <p>Caso o sistema de operações de crédito seja desenvolvido internamente:</p> <p>1. Verificar a existência de documentação técnica que possibilite manutenções no sistema por analistas e programadores que não tenham projetado o sistema;</p> <p>2. Verificar a existência de normas e procedimentos específicos de testes do sistema que possam garantir que o sistema a ser disponibilizado execute de forma correta suas rotinas; e,</p> <p>3. Verificar a existência de controle de manutenções realizadas no sistema.</p> <p>No que diz respeito à arquitetura do sistema de operações de crédito:</p>		
--	--	--

Programa de: **Auditoria de Sistema de Operações de Crédito**

15

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

1. Verificar a utilização de um SGBD (Sistema Gerenciador de Banco de Dados), o que dá indício de boa performance do sistema e de segurança aos dados; e,
2. Verificar a utilização de uma linguagem de programação atual e de mercado, o que dá indício de boa performance do sistema e facilita a procura de mão de obra qualificada.

Conclusões:

1. Os controles adotados para segurança do ambiente de processamento de dados que dá suporte ao sistema de operações de crédito são adequados e suficientes?
2. Os controles adotados para certificar o uso do sistema de operações de crédito por pessoas autorizadas e para registrar as operações realizadas por elas são adequados e suficientes?
3. As informações geradas pelo sistema de operações de crédito condizem com o processamento dos dados de entrada?
4. O sistema de operações de crédito aparenta estar executando suas operações de forma correta, gerando informações de acordo com o resultado esperado?
5. Os controles adotados para garantia do sigilo dos dados e informações tratados pelo sistema de operações de crédito são adequados e suficientes?
6. Os controles adotados para prevenção contra interrupção das atividades do negócio são adequados e suficientes?
7. Há fatos que merecem citação no nosso parecer ou divulgação em notas explicativas?

Programa de: **Auditoria de Sistema de Operações de Crédito**

15

Cliente:	Exercício findo em:	
Descrição dos procedimentos	Referência para as evidências da execução do trabalho	Feito por /data

Tempo orçado:	Preparado por:	Aprovado por:

Bibliografia

- Attie, William. Auditoria - Conceitos e Aplicações, Ed. Atlas.
- Brady, H. "Taller de Auditoria de Instituciones de Microfinanzas, Notas Técnicas Y Manual de Auditoria Externa para Auditores (CGAP)", Workshop de Auditoria, PDI - BNDES, 2001.
- Bruett, Tillman, Reuben Summerlin, Sharon D'Onofrio. "Técnicas de Gestão Microfinanceira", PDI - BNDES, 2002.
- Brusky, B., J.P. Fortuna. "Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil: um estudo qualitativo de duas cidades", PDI - BNDES, 2002.
- Campion, A. "Improving Internal Control: A Practical Guide for Microfinance Institutions", MicroFinance Network and GTZ, 2000.
- Cavalcanti Marcelo Almeida. Auditoria, Um curso moderno e completo, Ed. Atlas.
- CGAP – Consultative Group to Assist the Poorest. "External Audits of Microfinance Institutions – A Handbook", MicroFinance Network and GTZ, 1998.
- Christen, R.P. "Banking Services for the Poor: Managing for Financial Success: An expanded and revised guidebook for microfinance institutions", Accion International, 1997.
- Christen, R.P. "What Microenterprise Credit Programs Can Learn from the Moneylenders", Accion International, 1989.
- Christen, R.P., E. Rhyne, R.C. Vogel. "Maximizing the Outreach of Microenterprise Finance: The Emerging Lessons of Successful Programs", USAID, 1994.
- Franco, Hilário, Ernesto Marra. Auditoria Contábil, Ed. Atlas
- Gallagher, T., D. Dudley, C. Assumpção, J. Fortuna. "O Mercado de Crédito para Pessoas de Baixa Renda no Município do Rio de Janeiro", 2002.
- Gallagher, T., F. Castanheira, D. Vechina, E. Toder. "A Indústria Brasileira de Microcrédito", 2001.
- Goldmark, L., S. Pockross, D. Vechina. "A Situação das Microfinanças no Brasil", PDI - BNDES, 2000.
- Haus, Paulo, Andrei Winograd, Renata Salles. "Regulamentação das Microfinanças", PDI - BNDES, 2002.
- IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, NEL - Núcleo de Economia Local. "Perspectivas de Expansão das Microfinanças no Brasil: Marco Legal, Capitalização e Tecnologia", IBAM, 2001.
- Jacklen, H. "Auditing: The Missing Dimension in Microfinance", UNDP, 1998.
- Jansson, T. "Financial Regulation and its Significance for Microfinance in Latin America and The Caribbean", Inter-American Development Bank, 1997.



Jansson, T. "Microfinance: From Village to Wall Street", Inter American Development Bank , 2001.

Ledgerwood, J. "Microfinance Handbook – An Institutional and Financial Perspective", World Bank, 1999.

Magalhães, Antonio de Deus F., Irtes Cristina Lunkes, Aderbal Nicolas Müller. Auditoria das Organizações, Ed. Atlas.

Nichter, S., L Goldmark, A Fiori. "Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro", PDI - BNDES, 2002.

Otero, M., Elisabeth Rhyne. "The New World of Microenterprise Finance", Kumarian Press, 1994.

Paxton, J. "A Worldwide Inventory of Microfinance Institutions", The Ohio State University, July 1996.

Rhyne, E., R.P. Christen. "Microfinance enters the Marketplace", USAID, 2000.

Robinson, M. "The Microfinance Revolution", World Bank, 2001.

Taborga, M., Fernando Lucano. "Tipología de Instituciones Financieras para la Microempresa en América Latina y el Caribe", Banco Interamericano de Desarrollo, 1998.

Von Pischke, J.D. et all. "Rural Financial Markets in Developing Countries", World Bank, 1983.

